



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação de Humanidades
Instituto de Letras


Ivonete Rodrigues Lopes

**Os tempos do verbo e a organização do texto:
uma análise de crônicas de Rubem Braga**

Rio de Janeiro
2013

Ivonete Rodrigues Lopes

**Os tempos do verbo e a organização do texto:
uma análise de crônicas de Rubem Braga**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

L864	<p>Lopes, Ivonete Rodrigues. Os tempos do verbo e a organização do texto: uma análise de crônicas de Rubem Braga / Ivonete Rodrigues Lopes. – 2013. 122f.</p> <p>Orientador: José Carlos Santos de Azeredo. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Verbos - Teses. 2. Língua portuguesa – Tempo verbal – Teses. 3. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 4. Braga, Rubem, 1913-1990 – Crítica e interpretação - Teses. 5. Análise do discurso narrativo – Teses. 6. Modalidade (Linguística) – Teses. 7. Língua portuguesa - Aspecto verbal - Teses.. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-541.45</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Ivonete Rodrigues Lopes

**Os tempos do verbo e a organização do texto:
uma análise de crônicas de Rubem Braga**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 17 de setembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Profa. Dra. Tânia Maria Nunes Lima Câmara
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

A meu Deus, Pai Todo Poderoso, fonte de amor e fé, ao meu esposo Marcos Ferreira, aos meus filhos Marcos Alberto Lopes da Silva e João Gabriel Lopes da Silva e a toda minha família pela compreensão, amor, união e fé em nosso Deus. Dedico também ao professor José Carlos Santos de Azeredo, pela dedicação, força e amizade, especialmente por nos momentos difíceis os quais passei, transmitir-me palavras de carinho, coragem, confiança e por não me deixar desistir, mas persistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai, Todo Poderoso, por ter me dado força e coragem para concluir este trabalho. Por sempre estar comigo em todos os momentos de minha vida, por nos momentos mais difíceis de minha vida, Ele me segurar e dizer: filha não se preocupe que estou ao seu lado. Por ter me dado força para passar por todas as coisas pelas quais passei no decorrer desse curso, especialmente quando descobri depois de dezoito anos do primeiro filho, que estava grávida e por ter me dado a graça de ter um lindo filho, tão perfeito, apesar da idade avançada e de ter diabetes. Obrigada, meu Deus.

A Nossa Senhora, que está sempre intercedendo junto a seu amado filho, Jesus Cristo, para me dar força, coragem, fé e nunca me deixar sozinha, mas sempre estar ao meu lado, protegendo-me e abençoando-me em todos os momentos de minha vida.

A meu esposo, Marcos Ferreira da Silva, e ao meu filho, Marcos Alberto Lopes da Silva, pela compreensão, amor e dedicação e a João Gabriel que Deus me enviou recentemente para iluminar minha vida. Mais uma vez, obrigada meu Deus, por meu filhinho, João Gabriel.

A meu orientador, José Carlos Azeredo, que antes de ser meu orientador, foi um grande amigo, que me deu força com palavras carinhosas e de coragem nos momentos mais difíceis que passei em minha vida. Com sua voz calma e compreensiva, fez-me sentir como parte de sua família. Isso foi o que me impulsionou a não desistir. Obrigada, meu professor, pelo seu carinho, incentivo, paciência e compreensão por tudo que passei no decorrer da orientação. Por nunca desistir de sua orientanda. Obrigada, professor, tenho um carinho todo especial por você.

À minha irmã e amiga, Luzinete Rodrigues Lopes, por sempre estar ao meu lado, apoiando-me em todos os momentos da minha vida. Obrigada, minha irmã, por ter me assumido como sua filha.

Ao meu amigo, Marcelino, pela força, amizade, carinho e por todo o apoio em todos os momentos que a ele recorri durante o curso e em outros momentos de minha vida.

E a todos os mestres do Minter UEMA/UERJ que dedicaram seu tempo precioso em transmitir conhecimentos e valores.

Ao professor Helênio, pela força ao se preocupar comigo e enviar textos que muito contribuíram para minha pesquisa.

Aos colegas do Minter, pela amizade e companheirismo durante todo o curso, principalmente a Didi por abrir as portas de sua casa e me acolher quando mais precisei, sem pedir nada em troca.

Às minhas vizinhas D. Jô, Goretti e Tamires que sempre estiveram e estão ao meu lado, dando-me forças e palavras de incentivo. D. Jô por pelo seu carinho e atenção, à Goretti pela amizade, pelas mensagens de fé, de ânimo, e de otimismo naqueles momentos de tristeza. À Tamires, pela amizade e por me ajudar com o bebê enquanto escrevia a dissertação.

Sabendo nós que a vida é sempre agora e aqui, não nos conseguimos desvencilhar de uma perspectiva, a que chamamos temporal, em que só a sequência dos acontecimentos, só a história do que foi e do que será, parece organizar fatos dispersos e significar a nossa existência com a singularidade e a dignidade que achamos que deve ter.

Isabel Leal

RESUMO

LOPES, Ivonete Rodrigues. *Os tempos do verbo e a organização do texto: uma análise de crônicas de Rubem Braga*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Este trabalho é uma análise da organização do texto à luz da articulação dos tempos do verbo. O corpus é constituído por dez crônicas de Rubem Braga. Procede-se inicialmente a uma breve explanação comparativa dos conceitos de verbo, tempo e modo segundo a forma de ver da gramática tradicional, aqui representada por obras da autoria de Rocha Lima, Celso Cunha e Evanildo Bechara. Para uma visão atual, usa-se a gramática de José Carlos de Azeredo (2010). Tendo em vista a flexibilidade formal do gênero crônica, especialmente quando tratada como obra literária, foram selecionados textos com características bem variadas para mostrar os diferentes usos do tempo verbal. Os conceitos de discurso e história, segundo Benveniste, e de mundo comentado e mundo narrado, conforme a terminologia de H. Weinrich, foram levados em consideração, já que a crônica de Rubem Braga combina com frequência episódios e reflexões do enunciador.

Palavras-chaves: Narração e comentário. Enunciação. Gramática e texto. Tempo e modo do verbo.

ABSTRACT

LOPES, Ivonete Rodrigues. *The tenses of the verb and the organization of the text: an analysis of Rubem Braga's chronic*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This work is an analysis of the organization of text in light of the articulation of the times of verb. The corpus is composed of ten chronicles of Rubem Braga. It is initially to an explanation of the comparative concepts of the verb, time and mode according of the form of view of traditional grammar, here represented by works of authorship of Rocha Lima, Celso de Cunha, and Evanildo Bechara. For a current view, you use the grammar of José Carlos (2010). In view of the flexibility of formal gender chronic, especially when treated as a literary work, were selected texts with characteristics as well varied to show the different uses of the verb. The concepts of discourse and history, second Benveniste, and world commented and narrated, as terminology of H. Weinrich, were taken into consideration, since the chronicle of Rubem Braga combines with frequency episodes and reflections of enunciator.

Keywords: Narration and comment. Enunciation. Grammar and text. Time and follows the verb.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

IT	Intervalo de Tempo
ME	Momento da Enunciação
PR	Ponto de Referência

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	O ESTUDO DO TEMPO VERBAL NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRA	19
1.1	A tradição gramatical	19
1.2	Visão atual	28
1.3	Emprego dos tempos e modos do verbo	30
1.3.1	<u>Modo indicativo: formas simples</u>	30
1.3.1.1	Presente	30
1.3.1.2	Pretérito imperfeito	31
1.3.1.3	Pretérito perfeito	32
1.3.1.4	Pretérito mais-que-perfeito	34
1.3.1.5	Futuro do presente	34
1.3.1.6	Futuro do pretérito	35
1.3.2	<u>Modo indicativo: formas compostas</u>	36
1.3.2.1	Pretérito perfeito	36
1.3.2.2	Pretérito-mais-que-perfeito	37
1.3.2.3	Futuro do presente	37
1.3.2.4	Futuro do pretérito	38
1.3.3	<u>Modo subjuntivo: formas simples</u>	38
1.3.3.1	Presente	39
1.3.3.2	Pretérito imperfeito	39

1.3.3.3	Futuro	40
1.3.4	<u>Modo subjuntivo: formas compostas</u>	41
1.3.4.1	Pretérito perfeito	41
1.3.4.2	Pretérito mais-que-perfeito	41
1.3.4.3	Futuro	42
1.3.5	<u>Modo imperativo</u>	42
2	ABORDAGENS MODERNAS: TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE	43
2.1	Mundo narrado e mundo comentado (Harald Weinrich)	43
2.2	Plano da história e tempo do discurso (Emile Benveniste)	47
2.3	Dispositivos temporais, aspectuais e modais	50
2.3.1	<u>A categoria do tempo: uma revisão</u>	50
2.3.2	<u>O aspecto</u>	52
2.3.3	<u>A modalidade</u>	57
2.3.3.1	Modalização e modos verbal	59
2.3.3.2	Modalização do enunciado	62
3	O TEMPO DO VERBO EM CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA	64
3.1	A Que Partiu	64
3.2	Quem Sabe Deus está Ouvindo	70
3.3	A Secretária	75
3.4	Aula de Inglês	78
3.5	Homem no Mar	84
3.6	O Afogado	89

3.7	O Motorista do 8-100	96
3.8	Queda do Iguaçu	100
3.9	Procura-se	105
3.10	Receita de Casa	109
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Vamos começar esta reflexão por uma pergunta: de onde vêm os assuntos de nossos discursos? Partiremos de uma formulação despretensiosa: o que uma pessoa diz a outra pode ser captado, basicamente, por três vias: os sentidos, a memória e a imaginação. Nossos sentidos nos põem em contato com o ambiente imediato, numa relação com o 'aqui e agora': o *presente*; a memória, por sua vez, disponibiliza os arquivos que trazemos de experiências anteriores, numa relação com o *passado*; já a imaginação é o campo do que não é ou não há, mas pode vir a ser e a existir, numa relação com mundos alternativos, entre eles o do *futuro*. Nossos discursos – e nossos textos, portanto – são espaços em que a aptidão do ser humano para o símbolo dá vida a significados que, de alguma maneira, têm origem nos sentidos, na memória e na imaginação.

Se a língua que falamos provesse um espelho direto dessas três vias do conhecimento, poderíamos dizer que um verbo está apto a variar em três tempos – presente, pretérito e futuro – segundo queiramos nos referir, respectivamente, às experiências dos sentidos, aos resgates da memória e às projeções da imaginação. A verdade da linguagem, porém, é outra. Sua matéria não é o conhecimento em si, mas o pensamento que, servindo-se de palavras e construções gramaticais, converte o conhecimento em conteúdo textual. A escolha de variações temporais do verbo não se limita a distinguir o agora, o antes e o depois do ato enunciativo. Ela segue a lógica de todas as demais escolhas linguísticas que fazemos no ato de construir o texto: ser parte da forma pela qual o pensamento organiza o conteúdo de um texto e, na interação comunicativa, atuar a serviço dos propósitos e interesses de quem o enuncia.

Partindo desse princípio, este trabalho está distribuído da seguinte forma: no primeiro capítulo, faremos uma explanação sobre a trajetória do tempo, do modo e do aspecto verbal na perspectiva formal. Para tanto, serão analisados os enfoques de estudiosos da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, Carlos Henrique da Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa), Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo), Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) e a visão de José Carlos de Azeredo (Gramática Houaiss) na perspectiva sociocomunicativa.

Veremos que Lima e Cunha compartilham da mesma ideia de que o verbo exprime um fato, um acontecimento que se passa com os seres ou em torno deles e que Bechara se distingue desses estudiosos, ao dizer que o verbo é o responsável em organizar o significado lexical na enunciação.

Azeredo (2010) por seu turno caracteriza o verbo como sendo determinado vocábulo que ocorre nos enunciados sob distintas formas para expressar as categorias de tempo, modo, aspecto, número e pessoa.

Mostraremos que o modo, tanto para Lima (2000), Cunha (2001), como para Bechara (2009), dividem-no em indicativo, subjuntivo, e imperativo. E que a categoria de tempo segundo Azeredo (2010), é a que mais caracteriza o verbo, graças as suas formas com as noções cronológicas de presente, passado e futuro.

Veremos que o tempo gramatical segundo Azeredo (2010) organiza-se em três variáveis: o momento da enunciação (ME), o ponto de referência (PR) e o intervalo de tempo (IT). O ME é a ocasião em que se dá o ato de fala ou de escrita.

Assim, conforme afirma o autor, o PR é cada uma das etapas (presente, passado, futuro) nas quais se divide a linha do tempo e a partir das quais situamos o fato expresso pelo verbo. É também o PR que possibilita os deslocamentos mentais do enunciador: como 'fato já acontecido', típico das narrativas tradicionais, ou como 'evento prospectivo, e o IT é o segmento da linha do tempo representado como fato anterior, contemporâneo ou posterior ao PR. Logo, é no intervalo de tempo que os fatos expressos pelos verbos são situados.

Em seguida, mostraremos um quadro do emprego dos tempos e modos do verbo, ou seja, os modos indicativo, subjuntivo e imperativo com seus respectivos tempos, com exemplos extraídos de crônicas de Rubem Braga.

No capítulo dois, faremos uma abordagem moderna do tempo, aspecto e modalidade. Veremos o tempo na visão de Weinrich (1964), cujo estudioso, faz a distinção entre o mundo narrado e o mundo comentado, e na visão de Benveniste (1989) que trata do plano da história e do plano do discurso.

Narrar, de acordo com Weinrich (1964), é relatar acontecimentos, reais ou fictícios. Os reais só podem ser relatados depois que os fatos acontecem e os fictícios têm de ser tratados, por um compromisso da ficção com a verossimilhança, como se fossem reais.

Ao mundo narrado pertencem os tempos verbais do modo indicativo: pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito, e todas as locuções verbais formadas por esses tempos.

Quanto ao mundo comentado, a este mundo pertencem a lírica, o drama, o ensaio, o diálogo, o comentário, enfim, as situações comunicativas que não contenham apenas relato. Ainda mais, nesse mundo, o enunciador fica comprometido, pois comentar é comprometer-se com o que se enuncia, isto é, os tempos do comentário conduzem o ouvinte a uma atitude receptiva tensa, engajada, atenta.

Os tempos verbais referentes ao mundo comentado pertencem ao modo indicativo (*presente, pretérito perfeito composto, o futuro do presente simples e composto*), e todas as locuções verbais formadas por esses tempos.

O plano da história na visão de Benveniste (1989) caracteriza-se pelas narrativas dos acontecimentos pertencentes ao passado, sobrevindos de certo momento do tempo sem que haja intervenção do locutor da narrativa, já o plano do discurso pode ser visto como toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo o outro.

Conforme já dito, mostraremos também uma breve abordagem sobre o aspecto verbal. A categoria do aspecto, segundo Azeredo (2010), refere-se à duração do processo verbal independentemente da época em que esse processo ocorre. Essa duração pode ser representada como *momentânea ou contínua, eventual ou habitual*, completa ou incompleta. Pode se classificar como *imperfectivo, perfectivo, interativo e indeterminado*.

Focalizaremos também o conceito de modalização de enunciação, que, segundo Pinto (1994), trata-se de uma relação da ordem do fazer, isto é, de um tipo de ação (“ato), que se exerce em nível comunicacional (“fala”), que corresponde também à realização de um fazer de natureza cognitiva-operações mentais postas em jogo na atividade social em curso – e, frequentemente ainda, persuasiva – com recusa de certas linhas de pensamento ou conduta e proposta de novas – por parte do emissor em vistas ao receptor.

Mostraremos que a modalização da enunciação está dividida em cinco partes, a saber: *modalidade declarativa, representativa, declarativa e representativa, expressiva, compromissiva e diretiva*.

Enfocaremos também o conceito de modalização do enunciado que é o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que descreve, ou a que alude em seus enunciados e/ou aos participantes desses estados de coisas, ao longo de uma escala de probabilidades que se refere. Assim, essa modalidade se divide em *ônticas*, *aléticas*, *epistêmicas*, *deônticas*, entre outras, pertencentes à modalidade do enunciado.

No terceiro capítulo, faremos uma breve análise das crônicas: *A Que Partiu*, *Quem Sabe Deus Está Ouvindo*, *A Secretária*, *Aula de Inglês*, *Homem no Mar*, *O Afogado*, *O Motorista do 8-100*, *Queda do Iguaçu*, *Procura-se e Receita de Casa*, cujo autor, é o cronista Rubem Braga, considerado por muitos o maior cronista brasileiro desde Machado de Assis. É de suma importância lembrar que este ano de 2013, Rubem Braga completaria seu centenário de existência, logo, a análise dessas crônicas é também uma forma de homenageá-lo pelos seus trabalhos dedicados.

A crônica pertence a um gênero narrativo, narra fatos históricos em ordem cronológica, ou trata de temas da atualidade, produzido essencialmente para ser veiculado na imprensa escrita, seja em jornal ou revista.

Nas crônicas *A Que Partiu*, *Quem Sabe Deus Está Ouvindo* e *Aula de Inglês* veremos que tratam de uma narrativa predominante na perspectiva do passado, com tempos verbais intercalados ora do mundo narrado, ora do mundo comentado.

As crônicas "*Homem no Mar* e *O Afogado*" são narrativas que têm como ponto de referência (PR) o presente, indicado pelas formas verbais no presente do indicativo que coincidem com o momento em que o enunciatador expressa os fatos, representados por advérbios relativos ao *aqui/agora* da enunciação.

A crônica *Queda do Iguaçu* é um texto que expressa o fato no seu desenrolar, independentemente da época em que acontece. O gerúndio é, antes de tudo, uma forma que capta o acontecimento na sua progressão.

Já a crônica *Procura-se* apresenta a estrutura de um anúncio. Sua forma verbal predominante é o *presente do indicativo*, dessa maneira, seu ponto de referência é o *presente* com o intervalo de tempo *contemporâneo* à fala do enunciatador.

A crônica *Receita de Casa* é perpassada por atos discursivos que se enquadram no processo de modalização.

Em *A Secretária* e *o Motorista do 8-100* veremos que se caracterizam por serem textos constituídos pela combinação de narração e reflexão. São ações relatadas no momento da enunciação. Isto significa que os enunciadores se colocam numa perspectiva do presente fazendo coincidir o ponto de referência, o *aqui/ agora* desses enunciadores. Logo, as enunciações dessas crônicas, coincidem com o ponto de referência e seus intervalos de tempo.

E, por fim, faremos as considerações finais a respeito do assunto em estudo.

1 O ESTUDO DO TEMPO VERBAL NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS

1.1 A tradição gramatical

Ao discorrer sobre o estudo do verbo é importante fazer uma breve análise comparativa desse tópico no que se refere às categorias de Tempo, Modo e Aspecto. Para tanto, selecionamos as Gramáticas Normativas, perspectiva formal, de Carlos Henrique da Rocha Lima (Gramática Normativa da Língua Portuguesa), Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo), Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) e o enfoque de Azeredo (Gramática Houaiss), perspectiva sociocomunicativa. Por meio dessa comparação será possível observar distintas visões sobre a gramática do verbo, graças às estratégias que esses autores utilizam para caracterizar as relações entre as formas assumidas pelo verbo e seu papel no discurso.

Para Lima (2000), o verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais. E estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco ideias: modo, tempo, número, pessoa e voz.

Para Cunha (2001), verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo.

Entende-se por verbo, segundo Bechara (2009), a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza no falar seu significado lexical.

Analisando-se a forma de conceituação do verbo, percebe-se que Lima (2000) e Cunha (2001) apresentam uma mesma visão, quando ambos afirmam que o verbo exprime um fato, um acontecimento que se passa com os seres ou em torno deles. Sintaticamente, apresentam os três tempos, delimitando-os e definindo-os de maneira semelhante. Diante dessa situação, percebe-se que tanto um autor como outro expressam uma visão estrutural do verbo, considerando-o em uma dimensão tripartida (presente, passado e futuro).

Bechara (2009) distingue-se dos demais ao acrescentar que é a própria enunciação que é organizada pelo verbo, ou seja, é o verbo que organiza o significado lexical na enunciação.

O modo, o tempo, o número, a pessoa e a voz exprimem para Lima, cinco ideias que são classificados como variações de formas ou acidentes gramaticais.

O modo, para Lima (2000), Cunha (2001) e Bechara (2009), divide-se em indicativo, subjuntivo, e imperativo. Lima lembra que alguns gramáticos “têm vacilado em chamar modos: o infinitivo, o particípio e o gerúndio”, ignorando que essas formas não têm as características próprias do verbo. Cunha (2001) e Bechara (2009), alinhados com a NGB e atentos a essa propriedade, os chamam de formas nominais. Bechara também chama o subjuntivo de conjuntivo.

O condicional admite fatos dependentes de certa condição, como por exemplo, *dançaria*. Antes as formas como *estaria*, *estarias*, eram classificadas como *condicionais*; com a Nomenclatura Gramatical Brasileira passaram a ser chamadas de *futuro do pretérito*, designação há algum tempo defendida por Said Ali e incorporada por J. Mattoso Câmara Jr. Bechara (2009) ainda mantém a designação de condicional para o valor hipotético dessa forma.

O modo, na concepção de Lima (2000), caracteriza as diversas formas sob as quais a pessoa que fala considera a significação que está inserida no verbo. Há, assim, três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo.

Como ficou dito acima, o infinitivo, o particípio e o gerúndio são também chamados por alguns gramáticos de modos, não obstante, tais formas não possuem função exclusivamente verbal, já que o infinitivo é antes um substantivo, o qual pode ser sujeito ou complemento de um verbo e, até mesmo, vir precedido de artigo.

O particípio apresenta valor e forma de adjetivo – apresenta o feminino em *-a*, e o plural em *-s* – sendo muitas vezes usado para modificar o substantivo, com o qual concorda em gênero e número. E o gerúndio, por fim, equipara-se ao advérbio: é invariável e exprime uma variedade de circunstâncias, tais como modo, tempo, lugar e condição.

Cunha (2001), ao falar de modos do verbo, é mais sucinto, pois os conceituam como sendo as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de clareza, de dúvida, de suposição, de mando, entre outros) do falante em relação àquilo que enuncia.

Em sua obra, Bechara (2009), acrescenta aos modos já conhecidos (indicativo, subjuntivo e imperativo) outros dois modos: o condicional e o optativo. Para dito autor, o modo verbal marca a posição de quem fala com respeito à relação

entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, o que a pessoa pensa dessa relação. Quem fala pode considerar a ação como algo feito, como verossímil – como um acontecimento pouco seguro –, como condicionada, como desejada pelo agente, como um ato que se exige do agente, etc. Assim, os modos do verbo, segundo o ponto de vista desse autor, classificam-se em *indicativo*, *subjuntivo*, *condicional*, *optativo* e *imperativo*.

O indicativo faz referência a fatos como verossímeis ou tidos como tais, como, por exemplo, *danço*, *dancei*, *dançava* e *dançarei*; o subjuntivo ou conjuntivo se refere a fatos incertos, como nas construções introduzidas pelo advérbio de dúvida ‘talvez’ ou pela conjunção condicional ‘se’: *talvez dance*, *se dançar*, *talvez estudasse*, etc.

O optativo está relacionado a um acontecimento desejado pelo agente; e o imperativo está relacionado a um ato que se exige ou se pede ao agente. Como exemplo: *dançai*.

Comparando as três formas de conceituação dos gramáticos em relação ao modo, percebe-se que Lima (2000), limita-se a dizer que o modo refere-se às formas segundo as quais a pessoa compreende a significação no verbo; enquanto Cunha (2001), o conceitua como a atitude que a pessoa toma em relação ao fato que enuncia, ou seja, antes do enunciador fazer uma enunciação, ele organiza o que pretende enunciar.

Já Bechara (2009), contribui mais um pouco quando afirma que o modo assinala a posição do falante, a ação verbal e o agente, isto é, o falante é visto como um sujeito ativo. Enquanto para Rocha Lima (2000), o modo situa-se no campo da compreensão, da semântica do verbo, Evanildo Bechara (2009), e Celso Cunha (2001), já apontam para uma leitura mais pragmática em relação ao que seja o modo verbal.

Ao tratar-se do tempo do verbo, vejamos a forma como cada autor citado o classifica.

Tempo, segundo Lima (2000), comunica, de forma geral, se o que o verbo denota ocorre em ocasião simultânea, anterior ou posterior ao momento em que se fala. Para Cunha (2001), o tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo.

Bechara (2009), por seu turno, assinala que tempo ou nível temporal é a relação temporal do acontecimento comunicado com o íterim do ato de fala; o

presente encerra este momento, o passado é anterior, e o futuro ocorrerá depois deste momento.

Tanto Lima (2000) quanto Cunha (2001), consideram-no de forma menos dinâmica, porque ambos centram a relação verbal na palavra e não nos falantes, ou seja, o tempo expresso pelo verbo pode estar no presente, passado ou futuro, sem que isso implique modificação no posicionamento dos interlocutores; enquanto Bechara (2009) diz que é a relação entre o tempo do fato comunicado e o momento da enunciação. Dessa forma, percebe-se que esse autor dá importância ao momento em que a enunciação é pronunciada para, por fim, estabelecer a fala enunciada, se está no presente, passado ou futuro.

Lima (2000) propõe três modalidades de pretérito e duas de futuro, sendo que para o pretérito e o futuro instituem-se na língua certas diferenças. Na realidade, para o autor, os tempos simples na língua portuguesa são seis: o presente (*estudo*); o pretérito - constituído por imperfeito (*estudava*), perfeito (*estudei*) e mais-que-perfeito (*estudara*); e o futuro constituído pelo presente (*estudarei*) e pretérito (*estudaria*).

Quanto ao modo subjuntivo, este é constituído pelo presente (*estude*); pelo pretérito imperfeito (*estudasse*) e pelo futuro (*estudar*).

O imperativo não apresenta variação de tempo. O cumprimento da ordem ou pedido é necessariamente posterior ao ato imperativo, podendo acontecer imediatamente ou em algum momento futuro. Essa particularidade, porém, não implica uma descrição de presente ou futuro. A enunciação dá-se sempre no presente do locutor, o desenvolvimento da ação verbal é que pode dar-se no presente contínuo ou no futuro, próximo ou não. Este modo diferencia-se por sua força ilocucionária, dependendo da atuação dos implicados no momento da enunciação. O subjuntivo e o indicativo, por outro lado, prescindem da atuação dos sujeitos da enunciação.

Cunha (2001) difere de Lima por agregar as formas compostas às simples. Para Cunha, o presente é indivisível, mas o pretérito e o futuro subdividem-se no modo indicativo e no subjuntivo. Assim, observe-se como o autor classifica os tempos verbais: O indicativo é constituído pelo presente, (*estudo*); pelo pretérito: imperfeito (*estudava*), perfeito simples, (*estudei*); composto (*tenho estudado*); mais-que-perfeito: simples (*estudara*); composto (*tinha* ou *havia estudado*); e futuro: do

presente simples (*estudarei*); composto (*terei* ou *haverei estudado*); futuro: do pretérito simples (*estudaria*); composto (*teria* ou *haveria estudado*).

Quanto ao subjuntivo, o autor classifica como presente: *estude*; pretérito: imperfeito (*estudasse*); perfeito: (*tenha* ou *haja estudado*); mais-que-perfeito (*tivesse* ou *houvesse estudado*). Futuro simples (*estudar*); composto: (*tiver* ou *houver estudado*).

Conforme já foi referido nesta apresentação, Evanildo Bechara (2009) conceitua verbo como a unidade de significado categorial, que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical. Para a organização das categorias verbais segundo Jakobson (*Apud* BECHARA, 2009), além de ser pensado como veículo de significado, o verbo apresenta instrumentos gramaticais como os morfemas de tempo, de modo, de pessoa e de número.

Dessa forma, o infinitivo *estudar* e o substantivo [o] *estudo* possuem o mesmo significado léxico, mas representam diferentes significados categoriais. É o significado categorial que habilita certa unidade do léxico a ocorrer nos enunciados com as variações respectivas (tempo e modo para o verbo, gênero e número para o nome, etc.). Por essa razão, conforme afirma Coseriu (*Apud* BECHARA, 2009), um lexema não é um verbo porque se combina, por exemplo, com um morfema de tempo e pessoa, mas, ao contrário, combina-se com esses morfemas para ser verbo, e porque está pensado com significação verbal.

Dessa maneira, para um estudo coerente do verbo, é necessário o estabelecimento do sistema de categorias verbais, ou seja, tipos de funções ou formas léxicas mediante as quais se estabelecem as funções comunicativas e pragmáticas em uma língua.

Assim, quando se pronuncia *estudo* e *estudas*, percebe-se que há oposições quanto ao tipo de pessoa; quando se diz *estudo* e *estudamos*, vê-se que o verbo conjugado está diante de uma mesma pessoa, isto é, da primeira, com distinção do número. Nas formas *estudo* e *estude*, diferenciam-se na categoria de modo.

Bechara (2009) distancia-se do modelo adotado por Cunha e Lima, mais alinhados com a NGB, na medida em que estende o rol das categorias, a saber: gênero, número, pessoa, estado, aspecto, tipo ou nível temporal, voz ou diátese, modo, taxis, e evidência.

Percebe-se uma diferença bem nítida na forma adotada por esses autores para trabalhar o verbo. Quando se compara a 37ª edição da Moderna Gramática, publicada em 1999, com as edições anteriores, percebe-se que Evanildo Bechara busca para sua gramática um perfil mais atual, inspirado nas ideias de linguistas como Eugenio Coseriu e Roman Jakobson.

Pensemos, por exemplo, na categoria do aspecto. Enquanto a gramática de Lima é omissa em relação ao tema, a de Cunha dedica-lhe uma seção, com destaque para a distinção fundamental entre processo concluído e processo não concluído.

Diferentemente das categorias do tempo, do modo e da voz, o aspecto designa “uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo”. Pode ele considerá-la como concluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não concluída, ou seja, observada na sua duração, na sua repetição.

Assim, percebemos como o autor enfatiza a distinção entre as formas verbais classificadas como perfeitas ou mais-que-perfeitas, por um lado, e as imperfeitas por outro.

Bechara (2009), afirma que, além de o verbo ser gramaticalmente dividido em dois grupos de formas, é possível -segundo alguns estudiosos- estender-se o conceito de aspecto, de forma a incluir valores semânticos relacionados ao verbo ou ao contexto no qual a fala está inserida. Por exemplo, em *começou a estudar*, *continua a estudar*, e *acabou de estudar*, é o próprio significado dos auxiliares que remete ao contexto, mostrando que os sentidos respectivamente são incoativo, permansivo e conclusivo. Assim, as oposições aspectuais se dividem em pontual/durativo; contínuo / descontínuo e incoativo / conclusivo.

Ao fazer a distinção dessas oposições aspectuais, podemos dizer que, a oposição aspectual pontual X durativo, caracteriza-se pela menor ou maior extensão de tempo ocupada pela ação verbal.

Dessa forma, quando o falante profere *acabo de fazer os exercícios físicos* e, *continuo fazendo os exercícios físicos* há uma oposição aspectual pontual versus durativo, porque há uma ação acabada e outra que ainda não foi finalizada. Quanto ao aspecto contínuo e o aspecto descontínuo, pode-se afirmar que a oposição aspectual recai sobre o processo de desenvolvimento da ação.

Assim, quando se diz: *vou fazendo os exercícios físicos e, voltei a fazer os exercícios físicos*, no primeiro exemplo, a ação representada está em processo contínuo; no segundo exemplo, a ação verbal estabelece um processo descontínuo, ou seja, indica que o sujeito tinha parado de praticar os exercícios físicos por um tempo, mas que agora voltou a praticá-los.

Os dois últimos aspectos são o incoativo e o conclusivo. O aspecto incoativo, expressa um processo que pode ser considerado em sua fase inicial, enquanto o aspecto conclusivo ou terminativo, como o próprio nome sugere, exprime um processo observado em sua fase final.

Observamos, de forma geral que, as perífrases formadas com o particípio, expressam o aspecto acabado e concluído e que aquelas constituídas por infinitivo ou gerúndio apresentam o aspecto inacabado ou não concluído.

Bechara (2009) faz algumas considerações sobre o tempo e o aspecto, de acordo com o proposto por Coseriu (*Apud* BECHARA, 2009), o qual afirma que as duas categorias geralmente costumam andar ligadas no português e nas demais línguas românicas nas formas simples e também nas locuções verbais.

As especificações da categoria gramatical do tempo referem-se à posição da ação verbal na perspectiva da sucessividade dos acontecimentos, e a especificação aspectual diz respeito à estruturação interna do acontecimento.

Em relação às categorias de tempo e aspecto, com fundamento no sistema das subcategorias verbais, Coseriu (*apud* BECHARA, 2009), apresenta uma proposta coerente para a interpretação do verbo no português e nas demais línguas românicas. Assim, para que isso aconteça, ele faz a distinção das seguintes subcategorias: a de nível de tempo ou simplesmente nível; a perspectiva primária; a perspectiva secundária; a duração; a repetição; a conclusão; o resultado; a visão; e a fase.

Observemos o que se diz de cada uma dessas subcategorias:

Quanto à categoria de nível de tempo, há uma estrutura temporal dupla no verbo das línguas românicas, ou seja, um plano que coincide com a linha do tempo mediante o presente (nível atual) e outra paralela em que se situam as ações que não dizem respeito com essa linha do tempo e que representam outra ação (nível inatual).

Isto significa que o centro do nível atual, é o presente, e o do nível inatual é o imperfeito, porém, ressalte-se que o nível inatual, com relação ao presente, nem

sempre é interpretado como pertencente ao passado, ou que o imperfeito diz respeito a algo inseguro, condicionado, ou seja, como algo distante da ação atual.

Para compreender melhor, faz-se necessário demonstrar através dos seguintes exemplos: a) João *queria* pedir-te uma gentileza; b) Se João pudesse, te *retribuía* a gentileza.

Conforme explicação anterior observa-se no primeiro exemplo, que a enunciação foi proferida no nível atual, apesar de o verbo querer ser concretizado no nível inatual, ou seja, no imperfeito. Ressalte-se que as formas verbais do primeiro e do segundo exemplos (*queria* e *retribuía*, respectivamente) estão no pretérito imperfeito do indicativo, ou seja, fogem à regra padrão da língua. O correto segundo a norma padrão gramatical, é que estivessem no futuro do pretérito, haja vista que as orações remetem uma ação futura condicionada. Isso ocorre porque registros semiformal e informal, o pretérito imperfeito do indicativo pode empregar-se regularmente com o mesmo valor do futuro do pretérito.

O mesmo ocorre com o segundo exemplo: o momento enunciativo é obviamente presente, mas as formas verbais flexionadas no passado expressam uma possibilidade válida no presente e no futuro.

Quanto à perspectiva primária, a posição do falante está relacionada com o ajustamento do falante em relação à ação verbal. O falante pode ter a ação verbal como paralela a si mesmo, assim como antes deste ponto ou depois dele.

Dessa forma, explica-se a posição primária como paralela, retrospectiva ou prospectiva de acordo com os espaços de tempo.

Assim, para melhor compreensão em relação ao nível atual, quanto ao presente na perspectiva paralela, no ato de fala, pode-se dizer *trabalho*; no passado, na perspectiva retrospectiva, diz-se *trabalhei* e na perspectiva prospectiva, naturalmente, pronuncia-se *trabalharei*. Em se tratando do nível inatual, quanto às modalidades de perspectiva primária, tem-se respectivamente *trabalhara*, *trabalhava* e *trabalharia*.

A perspectiva secundária está relacionada à remissão do tempo verbal simples, (presente do indicativo e pretérito imperfeito) ao tempo composto no passado e no futuro, dessa maneira, cada espaço segue o mesmo princípio da perspectiva primária.

Assim, quando o falante pronuncia *estudo* e *estudava*, ambos remetem respectivamente a *tenho estudado*, *tinha estudado* e *vou estudar* e *ia estudar*. Esta

mesma regra segue para *estudei* e *estudara* que remetem também respectivamente a *tive estudado*, *tivera estudado* e *foi estudado*, *fora estudado*.

O mesmo ocorre com o tempo verbal no futuro simples, assim, quando se enuncia *estudarei* e *estudaria*, há remissão respectivamente a *terei*, *teria estudado* e *irei*, *iria estudar*.

Na perspectiva de duração, a ação verbal pode ser durativa, momentânea ou intermitente, ou seja, a ação verbal ocorre por atos breves como, por exemplo, *ouvir* (ação durativa), *ver* (ação pontual), e *pular* (ação iterativa).

A perspectiva de repetição pode ser única ou repetida (frequentativa) como no exemplo, *volta a confessar*, ou procedimento de repetição de palavras, como *reconfessar*.

Na perspectiva de conclusão, a ação verbal pode estar conclusa, inconclusa ou sem traço de conclusão. Coseriu (apud BECHARA, 2009), classifica de terminativa a conclusão subjetiva e de completiva a objetiva. Por exemplo, quando se enuncia “estudei muito”, o falante quer dizer que já estudou muito e agora não estuda (conclusão terminativa subjetiva).

Ao dizer “escrevi o livro”, significa que o falante findou a ação de escrever, logo, tem-se uma ação completiva objetiva. É importante frisar que, no português, somente a conclusão subjetiva é expressa por formas verbais, porque a objetiva é vista pelo contexto, podendo também às vezes ser assinalada junto à voz verbal.

Na perspectiva da visão, a ação verbal do falante pode ser vista no seu todo ou de forma parcial, por fragmento, ou entre dois pontos da trajetória verbal. Assim, na visão parcializante podem distinguir-se muitas possibilidades como em *vir*, *ir*, *andar*, e *prosseguir estudando*.

Nessa perspectiva, há várias possibilidades, dentre elas, está à visão comutativa, na qual se concebe o acompanhamento da ação verbal em diversos momentos do seu curso e que se exprime em português pelo verbo no infinitivo mais gerúndio (*andar estudando*) ou o verbo andar no presente do indicativo, mais preposição seguida de infinitivo (*ando a estudar*).

Na visão prospectiva, a ação é vista entre um ponto intermediário mais um ponto distante como acontece com o verbo ir mais gerúndio; por exemplo, *vou estudando*. Na visão retrospectiva a ação verbal é progressiva, e se manifesta em português por meio de vir + gerúndio (*venho estudando*). A visão continuativa se

expressa nessa língua pelas perífrases: seguir + gerúndio (*sigo estudando*) ou continuar + gerúndio (*continuo estudando*).

Por fim, temos a perspectiva, que diz respeito à relação entre o instante da observação e o grau de desenvolvimento da ação verbal observada. Temos dessa forma, as seguintes fases: *iminente (ingressiva); inceptiva; progressiva; continuativa e egressiva*.

Dentre as categorias apresentadas é importante destacar que a perspectiva de nível do tempo e a primária, são de suma importância e não podem faltar em cada forma verbal portuguesa. Porém, as demais categorias podem ou não faltar, ficando assim, indeterminadas, ou neutras; ou mesmo podem se juntar até duas formas verbais dessas categorias.

Ao analisar as abordagens de Cunha (2001) sobre o aspecto e o tempo, e as de Bechara (2009) sobre aspecto, percebemos que este apresenta um avanço qualitativo e quantitativo em relação ao estudo do verbo, pois apresenta nove perspectivas conforme citadas anteriormente, a de nível de tempo ou simplesmente nível, a perspectiva: primária, a perspectiva secundária, a duração, a repetição, a conclusão, o resultado, a visão e a fase.

1.2 Visão atual

Vejamos agora como Azeredo (2010) apresenta as categorias de tempo, modo e aspecto do verbo. Segundo o autor, verbo é um determinado vocábulo que ocorre nos enunciados sob diferentes formas para exprimir as categorias de tempo, modo, aspecto, número e pessoa. A categoria de tempo é, porém, a que mais objetivamente o caracteriza, graças à associação que ordinariamente se faz das suas formas com as noções cronológicas de presente, passado e futuro.

A associação a que se referiu há pouco induz, porém, à identificação do tempo cronológico – dos fatos da história – com o tempo gramatical – da organização dos fatos na construção dos enunciados. A análise deve mostrar como se organiza o tempo gramatical. Para tanto, precisa tomar por base três variáveis: o momento da enunciação (ME), o ponto de referência (PR) e o intervalo de tempo (IT).

O modo, por sua vez, é a categoria que permite ao enunciador, mediante a variação da forma do verbo, posicionar os conteúdos do seu discurso em dois

mundos: o das certezas e o das contingências. O mundo das contingências abrange o possível e o impossível, o provável e o improvável, o desejável e o indesejável, etc.

Por conseguinte, quando se enuncia “gosto de pessoas que são sinceras” e “gosto de pessoas que sejam sinceras”, percebemos que o que distingue um enunciado do outro, é que o primeiro se baseia no pressuposto da existência dessas pessoas, e o segundo, não inclui esse pressuposto, mas apenas trata a existência delas como objeto de um desejo. Esses exemplos ilustram a distinção entre o modo indicativo e o modo subjuntivo.

O modo indicativo “indica” fatos de existência objetiva, ou independentes da “vontade” do enunciador; o modo subjuntivo caracteriza-se por representar acontecimentos como dependentes do ponto de vista pessoal do enunciador.

Quanto ao imperativo, exprime uma ordem, uma exortação, um pedido. Notemos que a diferença entre o imperativo e os modos: indicativo e subjuntivo é que estes sofrem variação para apresentar acontecimentos em diferentes intervalos de tempo e são empregados em todas as funções da linguagem, ao passo que as formas do imperativo são exclusivas de um enunciador que dirige a palavra a um interlocutor às vezes na forma de vocativo com o objetivo de fazê-lo agir.

Quanto à categoria do aspecto, Azeredo (2010) a relaciona à duração do processo verbal, independentemente da época em que esse processo ocorre. Essa duração pode ser representada como momentânea ou contínua; eventual ou habitual, completa ou incompleta.

Assim, podemos concluir que o aspecto pode ser caracterizado pela extensão do acontecimento na linha do tempo. O aspecto conceptualiza a estrutura interna do acontecimento: visto como um bloco unitário ou segmentado em fases, visto como um processo consumado/concluído, ou como um processo em fluxo/contínuo.

Tendo como ponto de referência o presente e dando sequência ao pensamento de Azeredo (2010), quanto à duração do processo, o aspecto pode assim dividir-se em *concluído* e *não concluído*. O *concluído* classifica-se como *progressivo* ou *não progressivo*. O *progressivo* pode ser *cursivo* ou *interativo*. O *não concluído* pode ser *progressivo* ou *não concluído*. O *concluído* classifica-se em *progressivo* ou *não progressivo*. O *progressivo* pode ser: *cursivo* ou *interativo como*, por exemplo: *Ana esteve estudando a lição*. O *não concluído* pode ser *progressivo*

como, por exemplo, *Ana está estudando a lição*; ou *não progressivo como, por exemplo, Ana estuda a lição*.

1.3 Emprego dos tempos e modos do verbo

1.3.1 Modo Indicativo: Formas Simples

O modo indicativo segundo Azeredo (2010) serve para indicar fatos de existência objetiva, ou seja, é próprio dos enunciados declarativos simples, em que ocorre apenas um verbo ou uma locução verbal.

Assim, os segmentos produzidos pelo tempo variam em extensão de acordo com a ação produzida no discurso.

No tempo do indicativo das formas simples temos: *presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, o mais-que-perfeito, futuro do presente e do pretérito*. A forma composta se distingue da simples quanto à classificação, porque não apresenta o *presente e o pretérito imperfeito*.

Vejamos agora as formas verbais e seus tempos. Vale lembrar que os exemplos abaixo estão relacionados com este tempo e que a maioria deles é retirada da obra *200 crônicas escolhidas* (BRAGA [2009]). Em poucos casos, os exemplos são criações próprias da autora desta dissertação. Observemos que antes dos exemplos, daremos alguns conceitos dos autores estudados, porém nem todos eles apresentam tais conceitos, e isso ocorre na gramática de Rocha Lima (2000).

1.3.1.1 Presente

Na visão de Cunha (2001), emprega-se esse tempo para enunciar um fato atual que ocorre no momento em que se fala (presente momentâneo); para indicar ações e estados permanentes, ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei (presente durativo).

Para Bechara (2009), o presente denota uma declaração que se verifica ou que se prolonga até o momento em que se fala; que acontece habitualmente; que representa uma verdade universal (o presente eterno).

De acordo com Azeredo (2010), esse tempo presente expressa o fato no momento em que se fala, porém não concluído, seu intervalo de tempo faz parte do

próprio momento da enunciação. Esse intervalo de tempo pode ser aplicado a fatos de existência limitada ou ilimitada. A limitada ocorre pela própria expressão 'intervalo de tempo' e a ilimitada conforme afirma o autor (2010), se dá por meio de crenças, dogmas provérbio ou verdades científicas. Vejamos os exemplos abaixo relacionados com esse tempo.

- **É** noite de Natal, e **estou** sozinho na casa de um amigo, que foi para a fazenda. (Natal, p. 155).
- **Levanto** cedo, **faço** minhas abluções, **ponho** a chaleira no fogo para fazer café e **abro** a porta do apartamento – mas não **encontro** o pão costureiro. (O padeiro, p. 206).
- **Moro** com meus pais. (tempo limitado)
- Os filhos dos filhos **são** a coroa dos velhos e a glória dos filhos **são** os pais. (provérbios da Bíblia Sagrada).
- Os Titãs **são** criaturas formidáveis, descendentes do Céu, Urano e da terra, Gaia. (lendas).

Existe também segundo Ilari (1997), a coocorrência com adjuntos, por exemplo, o presente que resulta de modo imprevisível com valor de presente histórico ou de futuro. Vejamos os seguintes exemplos respectivamente:

- Ano que vem o Maranhão **faz** 402 anos. (subentendido 2014).
- Não se **preocupe** D. Tereza, aqui ninguém **mexe** com sua família.

1.3.1.2 Pretérito Imperfeito

Para Cunha (2001) este tempo serve para designar um fato passado, mas não concluído (imperfeito = não perfeito, inacabado). Encerra uma ideia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão porque se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados.

Na visão de Bechara (2009), emprega-se o pretérito imperfeito quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente; nos pedidos e solicitações ou denota que duvidamos da realização do fato ou exprime um desejo feito com modéstia ou com o simples propósito. Pode

substituir, principalmente na conversação, o futuro do pretérito, quando se quer exprimir fato categórico ou a segurança do falante.

Por seu turno, Azeredo (2010) assinala um fato passado contínuo, não concluído, ocorre no intervalo de tempo simultâneo a um ponto de referência passado ou ainda um ponto de referência futuro ou ainda um fato simultâneo em relação a outro no passado indicando a simultaneidade de ambos os fatos. Vejamos os seguintes exemplos:

- “Muito me **inibia** o cortante nome de Hélice, minha ternura do Natal de 1944 durante a guerra na Itália. Hélice **era** como ela **pronunciava** e **queria** que eu pronunciasse o seu nome de Alice. Como **era** enfermeira e **tinha** divisas de tenente eu às vezes a **chamava** de lieutenant, o que é muito normal na vida militar, mas impossível em momentos de maior aconchego. (Uma certa americana; p. 290).
- As bordas **eram** da altura aproximada de um centímetro, e nelas **havia** reentrâncias curvas – duas ou três – na parte superior. Na depressão central, uma espécie de bacia delimitada por essas bordas, **havia** um pequeno pedaço de cigarro fumado (uma bagana) e, aqui e ali, cinzas esparsas, além de um palito de fósforos já riscado. (Aulas de inglês; p. 37).
- À tarde, eu já não o **chamava** de Belzebu, mas apenas de Bebu, e ele me chama de Rubem. Nossa intimidade **caminhava** rapidamente, mesmo sem a gente esperar. (Eu e Bebu na hora neutra da madrugada; p. 31).

1.3.1.3 Pretérito perfeito

Para Cunha (2001), indica uma ação que se produziu em certo momento do passado. É a que se emprega para “descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente”.

O pretérito perfeito para Bechara (2009) é o tempo da ação prolongada ou repetida com limites imprecisos; ou não nos esclarece sobre a ocasião em que a ação terminaria ou nada nos informa quanto ao momento do início. O pretérito perfeito, pelo contrário, fixa e enquadra a ação dentro de um espaço de tempo determinado.

Segundo Azeredo (2010), esse é o tempo com que se codifica uma ação consumada do ponto de vista do momento da enunciação. Nas narrativas em geral,

os atos e fatos se sucedem como unidades completas de sentido para a montagem de um enredo, como se exemplifica a seguir.

- Minha empregada, Mme. Thérèse, que já ia se conformando em ser chamada de dona Teresa, **caiu** doente. **Mandou**-me com a letra meio trêmula, falando em reumatismo. Dias depois **apareceu**, mais magra, mais pálida e menor; **explicou**-me que tudo fora consequência de uma corrente de ar... **Vigiou** um pouco minha surpresa, mas como eu não dissesse nada, **queixou**-se do frio. **Tive** um movimento de ternura por dona Teresa: **ofereci**-lhe o cachecol que o pintor Caribé **comprou** para mim em Buenos Aires... (Dona Teresa, p.131).

Reforçando o que foi dito, o pretérito perfeito indica um fato que “se *perfez*”, já ocorrido e concluído. Situa-se no intervalo de tempo anterior a um ponto de referência do presente. A presença de marcas temporais, como mostra o trecho a seguir – “dias depois” e “a horas tantas” – serve para especificar as ocasiões e ordenar cronologicamente os fatos. Vejamos alguns exemplos:

- Bem; eu e João **subimos** por uma capoeira, **atravessamos** um roçado, **contornamos** um brejo, **entramos** na mata, **andamos**, **andamos**, e a horas tantas **começou** a escurecer e a chover. **Escureceu** e **choveu** tanto que **ficamos** molhados e sem rumo; **tocamos** por um caminho qualquer até ver, como nas histórias antigas, uma luzinha lá longe. (Pessoas que acontecem; p. 307).
- Foi uma pescaria curta e modesta, pois **trouxemos** apenas um dourado de 10 quilos que o patrão do barco **fisgou** (...) (Pescaria de barco, p.283).
- Uma semana depois o professor **mandou** que nós todos escrevêssemos sobre a Bandeira Nacional. Foi então que – dá-lhe, Braga! – **meti** uma bossa que **deixou** todos maravilhados. Minha composição tinha poucas linhas, mas era nada menos que uma paráfrase do Padre-Nosso, que começava assim: “Bandeira nossa, que estais no céu...” (A minha Glória Literária, p.249).
- Mas naquela manhã ela se **sentiu** tonta, e **senti** também minha fraqueza; **resolvi** sair, era preciso dar uma escapada para obter víveres; **vesti**-me lentamente, **calcei** os sapatos como quem faz algo de estranho; que horas seriam? (Os amantes; p. 163).

- Dois ou três dias nos **encontramos**, até que certa noite eu a **convidei** a jantar no hotel em que eu estava alojado, com os demais correspondentes de guerra (...) (Em Roma, durante a guerra; p. 310).

1.3.1.4 Pretérito Mais-que-Perfeito

Para Cunha (2001), o pretérito mais-que-perfeito indica uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada, podendo denotar um fato vagamente situado no passado; um fato passado em relação ao momento presente, quando se deseja atenuar a afirmação ou um pedido.

O pretérito mais-que-perfeito segundo Bechara (2009) denota uma ação anterior a outra já passada.

Na visão de Azeredo (2010), esse tempo verbal expressa um fato passado em relação a outro também no passado, ou seja, situa-se a um intervalo de tempo anterior a um ponto de referência passada.

- A morte do homem foi comentada no café. Eu soube, assim, que ele **passara** muitos meses doente, **sofrera** muito, **morrera** muita de magro e sem cor. (Viúva na praia; p. 230).
- Mas que nos importa isso agora? Cada um **vivera** para seu lado: às vezes um **cruzara** com outro em alguma cidade (...) (Os amigos na praia, p. 205)
- O cachorro não **aparecera** em parte alguma, devia ter morrido...
- Sem vergonhão!
Acabara de ver o valente que, deitado na varanda, ouvia a conversa e o mirava com um olho só. (Histórias de Zig; p. 100).
- Na véspera **ouvíramos** uma notícia espantosa: um marlin **fora** visto na Praia Azedinha. (Histórias de pescaria; p. 254).

1.3.1.5 Futuro do presente

De acordo com Cunha (2001), este tempo emprega-se para indicar fatos certos ou possíveis, posteriores ao momento que se fala.

Esse tempo para Bechara (2009) denota uma ação que ainda se vai realizar. Pode exprimir também em lugar do presente, incerteza ou ideia

aproximada, simples possibilidade ou asseveração modesta; pode também em lugar do imperativo, uma ordem ou recomendação, principalmente nas prescrições e recomendações morais.

Utiliza-se o *futuro do presente* para assinalar uma ação que ocorrerá no futuro relativamente ao momento da enunciação.

Segundo Azeredo (2010), o futuro do presente representa o fato como não concluído e o situa num intervalo de tempo posterior ao presente (modalidade asseverativa ou categórica) ou simultâneo ao momento da enunciação (modalidade hipotética ou dubitativa).

- Um dia, antes do remate de meus dias, ainda **jogarei** fora esta máquina de escrever e, pegando uma velha pena de pato, me **porei** a narrar a crônica dos Braga. (**posterior** ou **categórico**) (Histórias de Zig; p. 100).
- Não **contarei** onde fica a Azedinha; quem sabe, sabe, quem não sabe procure no mapa; não **achará**, e a nossa praia **continuará** como è, pequena e doce, escondida no mundo. (**posterior** ou **categórico**) (Histórias de pescaria; p. 254).
- O major **comunicará** ao coronel, este ao general, este ao Presidente da República. O Presidente da República **expedirá** mensagens de congratulações a Deus e a Albert Einstein, no Paraíso. (O fiscal da Noite, p.273-74).
- Quem **virá** para cá agora? (**simultâneo, dubitativo**).

1.3.1.6 Futuro do Pretérito

Emprega-se segundo Cunha (2001), para designar ações posteriores à época de que se fala, para exprimir incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados.

Esse tempo na visão de Bechara (2009) denota assim como o futuro do presente, uma ação que ainda se vai realizar. Pode denotar ainda que um fato dar-se-á, agora ou no futuro, dependendo de certa condição; asseveração modesta em relação ao passado, admiração por um fato se ter realizado ou por incerteza.

Exprime um fato como não concluído e situa-se num intervalo de tempo posterior ao passado, simultâneo ao passado ou relativamente a intervalo hipotético. De acordo com Azeredo (2010), este tempo representa o fato como não concluído e

o situa num intervalo de tempo posterior a passado (categórico), simultâneo a passado (possível ou, relativamente a um universo hipotético, num intervalo de tempo simultâneo a presente).

- (...) e me **detestaria** se eu quisesse ser falso e gentil. (Ai de ti, Copacabana! – As luvas, p. 204). (simultâneo a presente, hipotético).
- Se eu fosse casado, e morresse, **gostaria** de saber que alguns dias depois minha viúva **iria** à praia com meu filho. (Viúva na praia, p.230) - (simultâneo a presente, hipotético).
Mas de onde é que você tirou essa história?”– eu **responderia** que ela não é minha (...) (Meu ideal seria escrever...” p. 287) (simultâneo a presente hipotético).
- Eu lhe **traria** cajus amarelos e vermelhos, seus olhos **brilhariam** de prazer. (posterior, categórico). (Rita, p. 200).
- Gostaria ao menos de lavar a cara. (simultâneo a presente). (Conversa de abril, 1946, p.45).
- (...) o folheto que **seria** a salvação do povo; que **traria** a última palavra de esperança, se perdeu na noite? (simultâneo a passado, possível). (Meu ideal seria escrever, 1957; p.287).

1.3.2 Modo Indicativo: Formas Compostas

1.3.2.1 Pretérito Perfeito

Segundo Cunha (2001), exprime geralmente a repetição de um ato ou a sua continuidade até o presente em que falamos, ou seja, expressão de um fato repetido ou contínuo; aproxima-se do presente.

Exprime, na visão de Bechara (2009), repetição ou prolongação de um fato até o momento em que se fala, ou fato habitual; exprime também um fato consumado.

Esta forma retrata de acordo com Azeredo (2010), o processo verbal como fato que se consuma (concluso) e se repete (iterativo), ou prossegue, com regularidade, num intervalo de tempo anterior ao marco temporal presente.

- (...) tenho mais de 70 anos e **tenho visto** muita coisa, nunca, por nada, perca essa mulher. (O rei secreto de França, 1959; p. 295).
- **Tenho apanhado** muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido. (Coisas antigas, p. 217).

1.3.2.2 Pretérito-Mais-que-Perfeito

Pode exprimir de acordo com Cunha (2001), uma ação anterior a outra ação passada (dentro do sentido eventual do modo subjuntivo); uma ação irreal no passado.

Denota segundo Bechara (2009), assim como a forma simples uma ação anterior a outra já passada.

Para Azeredo (2010) exprime o fato como concluído e o situa num intervalo de tempo anterior ao marco temporal passado. A forma composta do pretérito-mais-que-perfeito é uma alternativa à forma simples na escrita, mas a única empregada na fala corrente.

- “O homem acabou confessando que **tinha aparecido** um periquitinho verde sim, de rabo curso, não sabia que chamava ruim”. (História triste de tuim, 1958; p. 232).
- “Eu sentia que ele **tinha desistido** no momento de se entocar numa pedra, estava mais perto da flor d’água, porém muito longe”. (Histórias de pescaria, 1960; p.254).
- Agente **tinha ido** pescar no rio, de noite. (Um sonho de simplicidade, 1953; p.262).
- (...) eu me lembro de uma noite em que não **havia jantado** e não sabia onde dormir, (...) (Lembranças, 1953, p.179).

1.3.2.3 Futuro do Presente

Indica para Cunha (2001), um fato futuro como terminado em relação a outro fato futuro (dentro do sentido geral do modo subjuntivo).

Na gramática em estudo de Bechara (2009), não há indícios de conceitos desse tempo verbal.

Em sua função estritamente temporal e aspectual, segundo Azeredo (2010), representa o fato como concluído e o situa entre o momento da enunciação (ME) e o ponto de referência (PR) futuro. Ao prevalecer sua função modal, expressa atitude de cisma, hipótese, dúvida relativamente a um fato concluído no ME, (terá=poder ter).

- Quanto **terá recebido** esse menino desconhecido por aquele coleiro especial. (Conversa de compra de passarinho, 1959; p.257).

1.3.2.4 Futuro do Pretérito

Emprega-se esse tempo de acordo com Cunha (2001), para indicar ações posteriores à época em que se fala; para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados.

O futuro do pretérito segundo Bechara (2009), denota assim como o futuro do presente, uma ação que ainda se vai realizar. Emprega-se ainda para denotar uma asseveração modesta em relação ao passado, admiração por um fato se ter realizado.

Representa segundo Azeredo (2010), o fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior aos marcos temporais, passado ou presente. No primeiro caso, equivale ao pretérito-mais-que-perfeito composto; no segundo, ao futuro do presente composto. Sem distinção dos dois casos, ocorre, portanto, a neutralização das respectivas oposições temporais, em favor de uma intensificação do conteúdo modais de hipótese (teria = podia ter).

- Certamente **teria entalado** uma longa conversação com o embaixador britânico, se o encontrasse naquele momento. (Aula de inglês, 1945, p.37).
- Cada um vivera a seu para seu lado: às vezes um cruzara com outro em alguma cidade e então possivelmente **teria perguntado** pelo terceiro. (Os amigos na praia, 1956, p. 205).

1.3.3 Modo Subjuntivo: Formas Simples

Semanticamente, o subjuntivo expressa um estado de coisas duvidoso. A representação morfológica do subjuntivo se faz por meio de sufixos. Do ponto de vista sintático, o subjuntivo predomina nas sentenças subordinadas. Esse termo

subjuntivo retrata o modo em sua figuração quase que absoluta em sentenças subordinadas.

Vejamos os tempos verbais que pertencem ao subjuntivo.

1.3.3.1 Presente

No entendimento de Cunha (2001), esse tempo enuncia a ação do verbo como eventual, incerta, ou irreal, em dependência estreita com a vontade, a imaginação ou o sentimento daquele que a emprega. Assim, o presente do subjuntivo pode indicar um fato presente e futuro.

Segundo Bechara (2009), ocorre normalmente nas orações independentes optativas.

Representa o fato como não concluído, situa-o num intervalo de tempo simultâneo ou posterior a presente. (AZEREDO, 2010).

Percebe-se então, que semanticamente, o subjuntivo expressa um estado de coisas expressas de forma duvidosa.

- Estamos em 1857 e talvez esse mesmo sudoeste **espanque** as espumas desse mesmo oceano verde-cinza. (Aquele folheto perdido; p. 286).
- Talvez não **seja** muito velha, e a fadiga do trabalho a faça parecer menor e mais lenta. (O homem do Mediterrâneo; p. 305).
- Mas **voltemos** ao carneirinho; e **contemos** que tio Estácio carregou o bicho dentro da camioneta horas e horas (...) (Buchada de carneiro; p. 200).

1.3.3.2 Pretérito Imperfeito

Segundo Cunha (2001), esse tempo pode ter valor de passado, de futuro e de presente.

Na gramática em estudo de Bechara (2009), não há indícios de conceitos desse tempo verbal.

Representa de acordo com Azeredo (2010), o fato como não concluído, situa-o num intervalo de tempo simultâneo ou posterior a passado (universo possível) ou ainda relativamente a um universo hipotético, num intervalo de tempo indefinido.

- Se eu **ficasse** louco neste momento, e perdesse a memória, talvez **acabasse** a vida nesta aldeia; e, como seria um louco manso, talvez me **admitissem** lentamente (...) (O Homem do Mediterrâneo; p. 305).
- (...) e se alguém **tivesse** tido a mais leve suspeita então seria a ignomínia total. (Às Duas Horas da Tarde de Domingo; p.288).
- (...) pessoas me eram necessárias e agora nem existiriam mais na minha lembrança se eu não **encontrasse** essas linhas rabiscadas em Londres ou na Suíça. (Velhas Cartas, p. 271).
- E isso **fizesse** bem ao coração do povo; **iluminasse** um pouco as suas pobres choupanas e as suas remotas esperanças. (A Palavra, p. 247).

1.3.3.3 Futuro

Marca para Cunha (2001), a eventualidade no futuro, e emprega-se em orações subordinadas adverbiais (condicionais, conformativas e temporais), cuja principal vem enunciada no futuro ou no presente. Emprega-se também nas orações subordinadas adjetivas, dependentes de uma principal também enunciada no futuro ou no presente.

Na gramática em estudo de Bechara (2009), não há indícios de conceitos desse tempo verbal.

Segundo Azeredo (2010), representa o fato não concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a presente ou a futuro.

- Elas não sabem geografia nem navegação, são vagas a respeito de canais e se não **acreditarem** nos poetas, como poderão viver? (Nós, imperadores sem baleias, 1954; p.275).
- Santo Deus, mais de 20 anos! Feliz Natal onde **estiveres**, Hélice ingrata! (Uma Certa Americana, 1957; p.290).
- E se amanhã, na tua inquieta fantasia, **quiseres** dar esse nome a algo que ames, podes dá-lo sem remorso à égua fidalga (...) (A Vingança de uma Teixeira, 1953; p.266).
- Seja o que for que **tiverdes** a dizer, tudo o que me **disserdes** será tremendo, mas inútil. (Os mortos de Manaus, 1934, p.23).

- E quando eu **estiver** bem defunto, no total escuro, vestido de preto, calçados com enormes botinas pretas, minha amada estará nadando em luz no Arpoador matinal (...) (Montanha, 1959, p.241).

1.3.4 Modo Subjuntivo: Formas Compostas

1.3.4.1 Pretérito Perfeito

Pode exprimir segundo Cunha (2001), um fato passado (supostamente concluído); um futuro (terminado em relação a outro fato futuro).

Esse tempo exprime repetição ou prolongação de um fato até o momento em que se fala, ou fato habitual; exprime também um fato consumado. (BECHARA, 2009).

Representa o fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a presente ou a futuro. (AZEREDO, 2010).

- É possível que nesse intervalo **tenhamos esquecido** uma encantadora linguíça de porco e talvez um pouco de farofa. (anterior a presente). (Almoço mineiro, 1934, p.15).
- É extraordinário que nunca mais **tenhamos falado** de um negócio tão maravilhoso. (anterior a presente). (Velhas cartas, p.271).
- Por aquele caminho talvez **tenha descido** a cavalo (...) (Pensamentos em Itatiaia, 195; p.280). (anterior a presente).
- Espero que vocês **tenham** se **aproximado** do palco quando o espetáculo *começar*. (anterior a futuro).

1.3.4.2 Pretérito Mais-que-Perfeito

Para Cunha (2001), pode indicar uma ação anterior a outra passada (dentro do sentido eventual do modo subjuntivo); uma ação irreal no passado.

Denota, assim como o pretérito perfeito simples, de acordo com Bechara (2009) uma ação anterior a outra já passada; denota também uma asseveração modesta em relação ao passado, admiração por um fato se ter realizado.

Segundo Azeredo (2010), representa o fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a passado ou presente.

- (...) imagine uma saíra grande que de súbito aparecesse a um menino que só **tivesse visto** coleiros e curiós ou pobres cambaxirras. (Passeio à infância, 1945, p.39).
- Talvez não **tivessem sido** muito atentos em suas orações, talvez tivessem bebido em demasia (...) (Histórias de São Silvestre; p. 77).
- (...) elas começam a dizer uma coisa e param no meio, ficam olhando as folhas das amendoeiras como se **tivessem acabado** de descobrir um estranho passarinho. (O Verão e as Mulheres, p.183).

1.3.4.3 Futuro

Indica para Cunha (2001), um fato futuro como terminado em relação a outro fato futuro (dentro do sentido geral do modo subjuntivo).

Na gramática em estudo de Bechara (2009), não há indícios de conceitos desse tempo verbal.

De acordo com Azeredo (2010), representa um fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a presente ou a futuro.

1.3.5 Modo Imperativo

Do ponto de vista sintático o imperativo é o modo das sentenças simples. Nele, o enunciador expressa uma ordem, uma exortação ou um pedido, dirigido ao interlocutor.

Quanto à variação para situar os fatos em distintos intervalos de tempo (IT) as formas do imperativo são invariáveis. E essas formas são exclusivas segundo Azeredo (2010) o enunciador se dirige explicitamente ao seu interlocutor e frequentemente o nomeia pelo emprego de um vocativo, o que limita a ocorrência do imperativo à função conativa da linguagem.

2 ABORDAGENS MODERNAS: TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE

2.1 Mundo narrado e mundo comentado (H. Weinrich)

Segundo Weinrich (1964), a função dos tempos verbais não é a de marcar o tempo cronológico, mas de “cientificar o ouvinte ou leitor quanto à situação comunicativa em que a linguagem se atualiza”, distinguindo dessa maneira, dois mundos: o mundo narrado e o mundo comentado.

A classificação de mundo narrado e mundo comentado foi proposta pela primeira vez por Harald Heinrich em 1964, num trabalho a cerca dos tempos verbais em alemão, traduzido ao espanhol em 1968 que se intitula *Estructura de los tiempos em español*. Em português, há, nesse âmbito, um artigo de Ingedore Koch, “Os tempos verbais no discurso”, do livro *Argumentação e linguagem*, de 1984. Ali aparecia um novo olhar sobre a questão do tempo impresso nas formas verbais. Não se trata mais de pensar o tempo como uma representação fiel da passagem de horas e dias do mundo, mas como um componente discursivo a serviço do desidério de um locutor.

Assim, considerando a função dos tempos verbais nas mais variadas situações comunicativas no discurso, Weinrich (1964), conclui que tanto as formas verbais quanto as situações comunicativas se dividem em dois grupos, predominando, em um ou em outro, um dos grupos temporais.

Assim, faz-se a distinção entre dois mundos: o mundo narrado e o mundo comentado.

Ao mundo comentado, pertencem a lírica, o drama, o ensaio, o diálogo, o comentário, enfim, as situações comunicativas que não contenham apenas relato. Nesse mundo, o enunciador fica comprometido, pois comentar é se comprometer com o que profere, isto é, os tempos do comentário conduzem o ouvinte a uma atitude receptiva tensa, engajada, atenta.

Os tempos verbais referentes ao mundo comentado aparecem em menos quantidade que os da narrativa, pertencem ao modo indicativo (*presente, pretérito perfeito composto, o futuro do presente simples e composto*), e todas as locuções verbais formadas por esses tempos. Quanto à perspectiva, têm-se, em cada mundo, os tempos-zero (sem perspectiva) e os tempos retrospectivos e prospectivos. No

mundo comentado, o *tempo-zero* é o *presente*; o *retrospectivo* é o *pretérito perfeito*; e o *prospectivo*, o *futuro do presente* (KOCH, 1984).

Por conseguinte, faz-se necessário que a relação dos tempos verbais em um determinado contexto apresente concordância, ou seja, que ao se narrar ou se comentar uma determinada situação comunicativa, não haja mescla excessiva desses dois tempos verbais, mas que sejam mencionados um de cada vez, para que mantenham uma unidade e não haja comprometimento na compreensão da leitura.

Assim, o autor quer demonstrar que as formas verbais não expressam Tempo, o tempo físico, empírico, mas

[...] caracterizam a situação comunicativa como relato ou como comentário. Mostra, por exemplo, que na gramática de M. Grevisse, "Le Bon Usage", no capítulo destinado ao presente, diz-se em primeiro lugar, que este designa o tempo presente; depois, que designa um hábito, a seguir, que exprime ações atemporais; e, finalmente, que pode expressar coisas passadas e futuras. (WEINRICH, 1964, p.56).

O autor tenciona aclarar que a demonstração supracitada é a maneira mais cabal de dizer que a forma verbal presente não tem nada haver com o Tempo, pois estabelece o tempo principal do mundo comentado, relatado.

Em relação ao estudo da classificação dos tempos verbais, os tempos da narração e tempos do comentário, os tempos do modo indicativo são mais significativos porque são mais motivados semanticamente, os do modo do subjuntivo na maioria das vezes obedecem a critérios mais sintáticos que semânticos.

Assim, mesmo que se atribua o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito (simples), na narrativa de uma história, ao resumi-la, atribui-lhe o tempo verbal no presente, com a presença ou não dos outros tempos verbais utilizados no mundo comentado. Logo, ao se fazer um resumo, seja de um filme, de um conto ou de uma novela, faz-se comentários a respeito daquele discurso. Esse tempo presente aparece também nas manchetes de jornais e revistas, que objetivam chamar a atenção do leitor. É por essa razão que em descrições empregam-se o verbo no *presente* ou no *pretérito imperfeito do indicativo*.

Vale lembrar que, quando se aplica um ou mais tempo verbal do mundo narrado no mundo comentado numa determinada situação sociocomunicativa, tem-se o que Weinrich (1964), denomina de teoria da metáfora. Pode-se dizer, então,

que o tempo verbal, nessa perspectiva, não apresenta um significado fixo, varia de acordo com o contexto em que está inserido.

Por conseguinte, nas situações comentadoras quando se usa as formas verbais no imperfeito, no perfeito ou no condicional, o mundo comentado fica comprometido em sua validade, porque a presença desses tempos pertencentes ao mundo narrado passa uma ideia para o interlocutor de relaxamento, falta de compromisso, podendo exprimir hipótese, incerteza, irrealidade, levam o ouvinte a assumir uma atitude receptiva relaxada, não lhe exigindo nenhuma reação direta.

Os tempos do mundo comentado são mais comprometidos, mais reais com o que locutor emite.

Dessa forma, quando um locutor quer se omitir da comprovação de alguma informação, é possível utilizar uma forma do mundo narrado como em “Disseram que...”, e, por esse artifício, falar o que tenciona sem comprometer-se.

Ao mundo narrado pertencem todos os tipos de relato, literários ou não; tratando-se de eventos relativamente distantes, que ao passarem pelo filtro de relato, perdem muito de sua força, permitindo aos interlocutores uma atitude mais “relaxada” (KOCH, 2011, p.35-37).

Narrar, segundo Weinrich (1964), é relatar acontecimentos, reais ou fictícios. Para ele os reais só podem ser relatados depois que aconteceram e os fictícios têm de ser tratados, por um compromisso da ficção com a verossimilhança, como se fossem reais e, portanto, como se já tivessem ocorrido.

Ao mundo narrado pertencem os tempos verbais do modo indicativo: *pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do pretérito, e todas as locuções verbais formadas por esses tempos*. E, quanto mais distantes os fatos narrados estiverem, mais os interlocutores se sentirão distantes, relaxados, podendo assim, o relato perder sua validade.

Conforme já foi mencionado quanto à perspectiva, de cada mundo, há os tempos-zero (sem perspectiva) e os tempos retrospectivos e prospectivos. No *mundo narrado*, há dois tempos-zero – o *pretérito perfeito* e o *imperfeito*; o *pretérito mais-que-perfeito* é o *retrospectivo*; e o *futuro do pretérito*, o *prospectivo* com relação a esses tempos-zero. (KOCH, 1984).

Com os tempos verbais do mundo narrado, o narrador convida o destinatário a ser um simples ouvinte, porque a situação comunicativa converte-se para outro plano, ou seja, o plano da consciência, assim o relato deixa de ter a

validade que tem o mundo comentado. Por isso é que os advérbios de tempo se ordenam em dois grupos porque o agora, o *hoje* e o *ontem* passam então a, *nesse dia, na véspera*.

O Tempo verbal, na visão de Weinrich (1964), deve ser entendido como “comportamento do falante articulado nos dois grupos temporais do mundo comentado e do narrado”. A distinção existente entre imperfeito e o passado simples (perfeito simples) é que o passado simples sempre ocorre no relato, o tempo do primeiro plano, ao passo que o imperfeito é o segundo plano.

O perfeito marca todas as unidades da ação da narrativa. O imperfeito ganhou força na época do Realismo em que o pano de fundo tinha maior importância que a própria narrativa; hoje, o imperfeito exerce a função de pano de fundo da narração, pois serve para descrever o local da ação, as atitudes mentais dos personagens, sua aparência física, seu status etc. Com seu valor durativo (segmento de reta na linha do tempo), presta-se à recordação de fatos passados, reais ou fictícios que se passam na memória como se fosse um filme, logo, põe-se a serviço da descrição, inserida na narração. Aparece com frequência na introdução e na conclusão.

A seguir o fragmento da crônica “Os amigos na praia” de Rubem Braga ilustra bem essa oposição entre os pretéritos o perfeito e imperfeito.

Éramos três velhos amigos na praia quase deserta, o sol estava bom; e o mar, violento. Impossível nadar: as ondas rebentavam lá fora, enormes, depois avançavam sua frente de espumas e vinham se empinando outra vez, inflando, oscilantes, túmidas, azuis, para pousar de súbito na praia. Mal a gente entrava no mar a areia descaía de chofre, quase a pique, para uma bacia em que não dava pé; alguns metros além havia certamente uma plataforma de areia onde o mar estourava primeiro. Demos alguns mergulhos, apanhamos fortes lambadas de onda e nos deixamos ficar conversando na praia; o sol estava bom. (Os amigos na praia, março, 1956 – 200 Crônicas Escolhidas).

De *Éramos* até o numeral *primeiro*, o conto é introduzido e começa com os verbos no pretérito imperfeito, os quais descrevem a quantidade de pessoas que estavam juntas, o local onde se passa a ação (praia deserta), assim também como a situação na qual se encontrava o mar (violento e impossível de nadar). Caracteriza as ondas do mar naquele momento (oscilantes, túmidas e azuis). Só a partir de *demos* que começa a narração propriamente dita, ou seja, as ações das personagens.

É possível observar que aqui ocorre descrição de ações, pois descrevem ações ou processos costumeiros, sem localização temporal precisa, repetitivos. Na narração propriamente dita, isto é, a narração dos acontecimentos relata-se fatos localizados no tempo em determinados períodos ou momentos.

Os modos subjuntivos e imperativos assim como o infinitivo, gerúndio e participio são semitempos. Isso significa que são formas verbais indiferentes à distinção entre o mundo comentado e o mundo narrado, podem, no entanto, fixar a perspectiva ou estabelecer o relevo, e na maioria dos casos, apresentam-se ligados a um tempo pleno, isso é o que lhes determinam a situação comunicativa.

Os semitempos não têm categoria operacional porque não oferecem informação completa sobre pessoa e tempo, deixando de lado a informação sobre a atitude comunicativa e o relevo. Assim, encontram-se em dependência de outras fontes ligadas ao contexto linguístico para completar sua informação.

2.2 Plano da história e tempo do discurso (Émile Benveniste)

O plano da história caracteriza-se pelas narrativas dos acontecimentos pertencentes ao passado, sobrevivendo de certo momento do tempo sem que haja intervenção do locutor da narrativa.

A intenção histórica imprime-lhe a sua temporalidade específica, porque se reconhece no plano histórico da enunciação uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa tomados em conjunto.

Assim, a narrativa histórica, como modo de enunciação, exclui toda e qualquer forma linguística autobiográfica porque o historiador dificilmente articulará seu discurso em *eu/tu* nem *aqui/agora*. A forma preferencial será a terceira pessoa do discurso, um referente mais objetivo, por assim dizer, mais científico, como convém à ciência História.

A enunciação histórica consiste em três tempos, a saber: o *perfeito*, o *imperfecto* e o *mais-que-perfeito*. Como forma acessória tem-se um tempo perifrástico substituto de *futuro*, que é o *prospectivo* e de forma muito rara um presente intemporal como o presente de definição.

Quanto ao plano do discurso, é importante salientar que discurso, segundo a concepção do linguista francês Émile Benveniste (1989, p.78)

[...] é toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins.

Isso implica os mais variados discursos, desde as correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim, todos os demais gêneros, nos quais alguém se dirige a outrem e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa. Isso não significa que a distinção entre narrativa histórica e discurso não está entre língua falada e língua escrita, porque o *plano da narrativa histórica*, conforme já dito, hoje está reservada à *língua escrita* enquanto que a *enunciação do discurso* ocorre tanto na *língua falada quanto na escrita*.

Assim, toda vez que, numa narrativa histórica, o enunciador reproduz as palavras de uma personagem ou ele próprio intervém para julgar os fatos, os acontecimentos, o sistema temporal passa a ser o do discurso e isso acontece instantaneamente, o que poderia implicar um discurso indireto.

Percebe-se então que, conforme a escolha dos tempos verbais há uma clara distinção entre os planos do discurso e da narrativa histórica. No primeiro há livremente a presença de todas as formas pessoais do verbo. Isso implica a forma explícita ou não do *eu/tu* assim como *ele*. Isso não acontece na narrativa histórica em que a *terceira pessoa não se faz presente*, na realidade, é uma ausência de pessoa porque não se opõe a nenhuma outra.

No discurso, todos os tempos são possíveis, salvo o *pretérito perfeito*, que faz parte exclusivamente ao plano de enunciação da narrativa histórica: o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador porque o efetivo e a natureza dos tempos permanecem os mesmos; não há razão para que os tempos mudem no decorrer da narrativa contínua, que se constitui sobre a tripla relação temporal: *perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito*.

Assim, os três tempos fundamentais do discurso são o *presente*, o *futuro* e o *perfeito*, os quais não fazem parte da narrativa histórica (com exceção do *mais-que-perfeito*). Vale lembrar que o *imperfeito* é comum aos dois planos.

Enfim, os dois planos de enunciação delimitam-se em traços positivos ou negativos, isto é, na enunciação histórica, admitem-se em forma de terceira pessoa, o *aoristo*, o *imperfeito*, o *mais-que-perfeito* e o *prospectivo* e exclui-se, o *presente*, o *perfeito*, o *futuro* (simples e composto): enquanto na enunciação de discurso

admitem-se todas as formas, com exceção do *perfeito* (simples e composto).

É importante que se compreenda a distinção entre os dois planos de enunciação numa perspectiva diferente, o fenômeno que há cinquenta anos foi chamado de desaparecimento das formas simples do perfeito, na realidade não pode ser considerado correto, haja vista que um fenômeno só pode ser considerado extinto, quando é substituído completamente por outro, é o que não ocorre com o perfeito, porque ele é usado no plano do discurso da enunciação.

É necessário compreender-se a situação do perfeito em relação ao duplo sistema de formas e de funções que constitui o verbo. O perfeito, como tempo da narrativa histórica, não se mantém ameaçado e nenhum outro tempo poderia ocupar seu lugar, porque todo aquele que escreve e empreende uma narrativa dos acontecimentos passados, emprega-o de forma espontânea como tempo fundamental, quer chame tais acontecimentos como historiador, quer os crie como romancista, caso contrário, não estaria numa perspectiva de narrativa histórica e passaria ao plano do discurso, pois nesse plano, pode-se adotar outros tempos, seja para mudar o tom ou multiplicar os pontos de vista.

Comparando-se textos narrativos dos acontecimentos há cinquenta anos com os de hoje, percebe-se que o aoristo é de suma importância nas suas condições estritas de sua função linguística, haja vista que o uso inteiramente do perfeito em uma narrativa histórica não seria possível, porque o perfeito se emprega na primeira pessoa, é uma forma por excelência autobiográfica.

Nesse sentido, o perfeito pertencente ao discurso é pouco adequado para acompanhar a relação objetiva dos acontecimentos. O perfeito estabelece um elo vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual seu chamamento se dá. É o tempo do sujeito, daquele que relata como testemunha, como participante ativo. É, por conseguinte, também, o tempo escolhido pelo sujeito que deseja repercutir até o ouvinte o acontecimento referido e ligá-lo ao presente desse ouvinte/leitor. Assim, a marca do perfeito é o discurso e a marca do aoristo é o momento do acontecimento.

Por conseguinte, o presente, o perfeito e o futuro são excluídos do historiador porque, em se tratando de dimensão, não é compatível com a intenção da narrativa histórica, e um fato, um acontecimento, para ser apresentado como tal, na expressão temporal não deve ser enunciado como presente.

O mesmo ocorre com o futuro, que é excluído pelo fato de este não ser

mais um presente projetado para o futuro, porque implica uma obrigação, uma certeza, haja vista que é uma modalidade subjetiva e não categoria histórica.

Portanto, na narrativa dos acontecimentos, faz-se necessário um encadeamento histórico, em que um enunciador deve relatar uma fatalidade, o mesmo usa o *tempo futuro*, isto é, o *prospectivo* como ocorre em *ele irá sair, ela deve pular*.

Logo, no discurso, a exclusão limita-se ao tempo histórico, ou seja, ao perfeito. Este, introduzido no discurso, parece livresco, pedante. Conclui-se que então, para enunciar fatos passados, o discurso utiliza-se do perfeito.

2.3 Dispositivos temporais, aspectuais e modais

2.3.1 A categoria do tempo: uma revisão

Já vimos em Azeredo (2010) que o verbo é uma classe de palavra que ocorre nos enunciados sob diferentes formas para exprimir as categorias de tempo, modo, aspecto, número e pessoa. A categoria de tempo é, porém, a que mais objetivamente o caracteriza, graças à associação que ordinariamente se faz das suas formas com as noções cronológicas de presente, passado e futuro.

A visão tradicional, que se difunde nos compêndios didáticos, baseia-se na identificação do tempo cronológico – dos fatos da história – com o tempo gramatical – da organização dos fatos na construção dos enunciados. A análise deve mostrar como se organiza o tempo gramatical. Para tanto, tomaremos por base três variáveis, conforme a proposta de Hans Reichenbach (*Apud* ILARI, 1997): o momento da enunciação (ME), o ponto de referência (PR) e o intervalo de tempo (IT).

Assim, ao assumir o discurso, o enunciador adota um marco temporal em relação ao qual situa os fatos relatados. Este marco pode ser o próprio momento da enunciação (por isso, presente) ou outro momento instalado no texto (passado ou futuro). Noutras palavras, o enunciador pode eleger um segundo ponto de referência não coincidente com o momento da enunciação, o qual também funciona como um marco temporal de certos fatos e situações.

Dessa forma, são três pontos de referência para a ordenação temporal dos acontecimentos e ideias no discurso. O primeiro é o *aqui/agora*, assinalado pela dêixis temporal presente, imprescindível a todos os enunciados; o segundo e o terceiro, dependentes do primeiro, decorrem do deslocamento mental do enunciador para um ponto no passado ou no futuro.

Por conseguinte, o tempo apresenta três variáveis para a compreensão das relações de tempo manifestadas na frase. O primeiro é o momento da enunciação (ME) em que ocorre no ato de fala ou de escrita. O segundo é o ponto de referência (PR) que corresponde aos momentos do presente, passado ou futuro, a partir dos quais o enunciador situa o fato expresso pelo verbo. E, por último, o intervalo de tempo (IT) representando as épocas anterior, contemporânea ou posterior ao ponto de referência (PR).

Em uma formulação esquemática, temos o seguinte quadro:

Momento da Enunciação (ME)

Ponto de referência (PR) **Passado Presente Futuro**

Interv. de tempo(IT) *Ant. Cont. Post. Ant. Cont. Post. Ant. Cont. Post.*

Não há em português, formas verbais diferenciadas para todas as distinções de tempo apresentadas acima. Uma mesma forma verbal pode exprimir mais de um conteúdo temporal, como veremos no capítulo sobre o verbo. Isso dependerá da frase, do contexto de comunicação e do advérbio de tempo selecionado para cada situação. O que temos nesse quadro é, portanto, uma situação teórica, de conteúdos temporais possíveis e exprimíveis por meios variados.

Comparando os dois trechos abaixo, adaptados de uma crônica de Rubem Braga que faz parte de nosso *corpus*, podemos perceber com clareza a diferença entre os dois pontos de referência mais comuns na atividade discursiva: em 1 o ponto de referência coincide com o momento da enunciação (PR = ME), e

o intervalo de tempo é **contemporâneo** a PR (IT = PR); em 2, PR é **passado** em relação a ME (PR > ME) e o intervalo de tempo é **contemporâneo** a PR (IT = PR):

1) “De minha varanda **vejo**, entre árvores e telhados, o mar. Não **há** ninguém na praia, que **resplende** ao sol. O vento **é** nordeste, e **vai** tangendo, no belo azul das águas, pequenas espumas que **marcham** alguns segundos e **morrem**, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda **é** verde.

Mas **percebo** um movimento em um ponto do mar; **é** um homem nadando.

Ele **usa** os músculos com uma calma energia; **avança**. Certamente não **suspeita** de que um desconhecido o **vê**, e o **admira** porque ele **está** nadando na praia deserta. Não **sei** de onde **vem essa** admiração, mas **encontro nesse** homem uma nobreza calma, **sinto-me** solidário com ele, **acompanho** o seu esforço solitário.

2) “De minha varanda (eu) **via**, entre árvores e telhados, o mar. Não **havia** ninguém na praia, que **resplendia** ao sol. O vento **era** nordeste, e **ia** tangendo, no belo azul das águas, pequenas espumas que **marchavam** alguns segundos e **morriam**, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda **era** verde.

Mas **percebi** um movimento em um ponto do mar; **era** um homem nadando.

Ele **usava** os músculos com uma calma energia; **avançava**. Certamente não **suspeitava** de que um desconhecido o **via**, e o **admirava** porque ele **estava** nadando na praia deserta. (Eu) Não **sabia** de onde **vinha aquela** admiração, mas encontrava **naquele** homem uma nobreza calma, **sentia-me** solidário com ele, **acompanhava** o seu esforço solitário.

2.3.2 O Aspecto

Muitas vezes, ao falar ou escrever, o locutor emite enunciados que fazem referência ao tempo físico, ou seja, o tempo referente ao calendário, que descreve datas ou fixa durações, às vezes introduzidas por preposições, denominadas pela gramática como adjuntos adverbiais de tempo.

Porém, há outros enunciados também que tais datas ou durações não expressam. Isso significa que não estão ancorados ao tempo físico, mas a verbos conjugados, advérbios dêiticos e orações temporais considerados marcas do tempo

semântico, que é o modo de ser interno desses intervalos de tempo denominado aspecto.

Esse estado de tempo pode possuir duração pequena, quase instantânea (um momento) ou duração longa. Assim, um intervalo de tempo qualquer pode ser considerado um conjunto ordenado de momentos, em que dado par de momentos (a,b), deve obedecer à restrição de um intervalo de tempo, o qual um momento *x* está situado entre dois momentos.

Em se tratando de intervalo de tempo os enunciados, tanto na língua portuguesa como em outras línguas, devem ser ordenados, tomando como origem convencional de contagem do tempo o que se denomina de tempo semântico ou perspectiva temporal.

Assim, são três as perspectivas temporais: a experiencial, a narrativa e a relatada.

A perspectiva experiencial, segundo Pinto (1994), caracteriza o uso do tempo nas suas interações verbais cotidianas, em que o emissor fixa, numa primeira operação enunciativa, o momento da enunciação como origem para ordenação dos demais intervalos de tempo.

Essa perspectiva, seja pelo uso explícito de pronomes ou advérbios dêiticos, seja implicitamente, um enunciado sempre é emitido por um *eu*, e o destinatário é um *tu*, cujo sistema de referência espaço-temporal em uso seja organizado em torno do *aqui* e do *agora* da enunciação.

Dessa maneira, através de uma segunda operação enunciativa, o emissor localiza o estado de coisas em um intervalo de tempo anterior, simultâneo ou posterior ao momento da enunciação, criando assim, tempos naturais (passado, presente e futuro).

A ordem em que o intervalo de tempo se encontra fica marcada pelo uso de determinados tempos gramaticais dos verbos, assim como também por dêiticos adverbiais temporais ou por conjunções temporais.

Logo, o passado é marcado pelo pretérito perfeito ou imperfeito do indicativo, os quais possuem diferenças de natureza de sentido aspectual. O pretérito perfeito do indicativo caracteriza o (aspecto perfectivo ou aoristo) que ocorre em enunciados narrativos, no presente e no futuro narrativo.

No pretérito perfeito, termo semanticamente não marcado, o fato tratado perfectivamente ocupa segundo Costa (2002, p. 78):

[...] uma determinada posição na linha de tempo e é visto como global, como ponto fechado, como um todo, um conjunto, do que não interessa referir a constituição temporal interna, isto é, se ele durou um certo período de tempo ou não, se o falante quer falar só do início da sua realização, ou do meio, ou do fim; ou seja, ele não é observado quanto à maneira como a fração de tempo nele contida é distribuída.

Assim, o perfectivo expressa o fato enunciado como já foi dito, de maneira global sem parcializá-lo ou marcar de alguma maneira a sua temporalidade interna.

O pretérito imperfeito indica o aspecto imperfectivo em que o emissor apresenta o estado de coisas antes ou após o momento final, ou seja, aspecto acabado (aspecto inacabado) ou após o momento final (aspecto acabado). Ou expressando ainda estados resultativos que deem relevância linguística à constituição temporal interna de um processo que os antecedeu, ou seja, a oposição aspectual acabado x inacabado fica marcada pelo uso dos tempos do pretérito perfeito simples do indicativo.

O presente é marcado pelo presente do indicativo, pela forma perifrástica com o verbo auxiliar no presente do indicativo estar + gerúndio e também em alguns casos pelo futuro do indicativo. O presente do indicativo só tem valor de presente quando se refere a um verbo *dicendi*, o qual exprime um ato de fala na primeira pessoa.

O futuro simples do indicativo só marca presente em alguns enunciados que apresentam modalidade de probabilidade. Assim, o que marca o futuro é a posterioridade do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito em relação ao momento da enunciação, pelo presente do indicativo, pela forma perifrástica com o verbo auxiliar ir + infinitivo, em orações cujo valor é temporal ou condicional, pelo presente do subjuntivo, se usado em enunciados imperativos e exclamativos, e pelo imperativo.

O passado do passado ratificando o que já foi dito, é marcado pelo pretérito-mais-que-perfeito simples e também pelo pretérito-mais-que-perfeito composto (indica que o estado das coisas é anterior a um passado).

O futuro do passado mostra que o intervalo em que um estado de coisas acontece, é posterior a um passado.

O passado do presente pode ser indicado pelo pretérito perfeito, em enunciados que contenham dêiticos temporais de primeira pessoa ou com a forma

perifrástica com o auxiliar *acabar de + infinitivo* no presente, ou no pretérito perfeito acompanhado de dêiticos temporais.

O futuro do presente acontece em enunciados marcados, principalmente pela forma perifrástica com o verbo *ir* acompanhada de dêitico temporal. Sempre acompanhados de dêiticos temporais de primeira pessoa, podem ocorrer também como marcadores o presente do indicativo e o futuro simples do indicativo.

O passado do futuro é marcado, em geral, pelo futuro composto, indicando que o intervalo de tempo em que um estado de coisas ocorre, é anterior a outro estado de coisas no futuro.

Com a mesma função marcadora aparecem também o presente do indicativo, o futuro simples do indicativo, a forma perifrástica com o verbo auxiliar *ir* no presente e o futuro do subjuntivo.

Pode-se também expressar o efeito de sentido futuro do futuro, marcado pelo futuro simples do indicativo ou pela construção com o auxiliar *haver de + infinitivo* no presente ou futuro.

Na perspectiva narrativa, os intervalos de tempo são ordenados de acordo com o eixo cronológico, a partir de um estado de coisas escolhidos convencionalmente. Apresenta função anafórica e os enunciados narrativos se mantêm de forma invariável, ou seja, no mesmo tempo gramatical.

O intervalo de tempo tomado como origem e estado de coisas que ocupam o primeiro plano da história é marcado pelo pretérito perfeito do indicativo.

A anterioridade ou posterioridade ficam indicadas pela própria ordem em que são citados e algumas vezes por expressões adverbiais de tempo não dêiticas, como *então, no dia seguinte, na semana anterior, no ano passado, dois meses depois*, entre outros.

A anterioridade em relação aos enunciados narrativos no pretérito perfeito é marcada pelo uso do pretérito-mais-que-perfeito. O pretérito imperfeito do indicativo e outros tempos com valor aspectual imperfectivo são usados como marcadores de enunciados descritivos, circunstanciais e/ou de acontecimentos narrativos que funcionam como plano de fundo dos acontecimentos narrados no pretérito perfeito, assim como também as formas nominais dos verbos no (infinitivo, particípio presente e gerúndio).

Segundo alguns gramáticos pode também haver narrativas no presente do indicativo, o qual é considerado como presente histórico ou narrativo e é marcado

por narrativas em primeiro plano. Como plano de fundo tem-se as formas verbais no infinitivo, gerúndio ou particípio passado e por formas aspectuais imperfectivas, no presente.

A perspectiva relatada é o modo que uma língua dispõe para o emissor reproduzir enunciados já proferidos por outros, como parte do seu próprio enunciado. A esse tipo de enunciado, a gramática tradicional caracteriza-o como modo de ancoragem e ordenação temporal de estilo ou discurso indireto o qual se opõe ao discurso direto, que é caracterizado pelo uso de aspas, por um travessão após dois pontos ou por transcrição imediata da fala.

Os verbos dos quais depende o discurso direto indireto ou relatado, da mesma forma que introduzem o discurso direto ou citado podem aparecer tanto como parte de enunciados com perspectiva experiencial quanto de enunciados com perspectiva narrativa.

Se o verbo no qual introduz o discurso indireto estiver no pretérito perfeito do indicativo, a anterioridade é marcada no discurso relatado pelo pretérito-mais-que-perfeito do indicativo a simultaneidade pelo pretérito imperfeito e a posterioridade pelo futuro do pretérito.

Ademais da concordância dos tempos verbais o emissor realiza ainda outras transformações ao reproduzir a fala tais como as formas verbais de primeira e segunda pessoa são transferidas para a terceira e todos os pronomes, advérbios dêiticos dessas pessoas são substituídos pelas formas anafóricas que a eles correspondem.

Quanto às chamadas formas nominais no (infinito, gerúndio e particípio passado) podem aparecer em qualquer das três perspectivas temporais citadas anteriormente.

A forma composta do infinitivo e o particípio passado marcam sempre anterioridade do estado de coisas descrito em relação a um estado de coisas representado por um verbo em tempo finito, já as formas simples do infinitivo são geralmente, usadas para indicar a simultaneidade ou a posterioridade do estado de coisas que acontecem em relação ao que está descrito na oração com verbo finito.

No gerúndio, tanto as formas simples como as compostas, marcam anterioridade, simultaneidade ou posterioridade do estado de coisas na oração com verbo finito.

Em relação às operações aspectuais, além do emissor produzir seus enunciados e não se limitar somente à ancoragem realiza também, outras operações que envolvem tais intervalos de tempo, o que envolve, por exemplo, a categoria aspecto juntamente com a seleção entre as formas estativas, incoativas, causativas e factivas, tais como a seleção de relacionador, a frequência e a indicação de fase.

O emissor seleciona o relacionador da matriz de acordo com os efeitos de sentidos que quer produzir ligados ao modo como os estados de coisas vão ser descritos pelo enunciador se desenrola no tempo.

A definição de frequência consiste na aplicação de operações de quantificação e totalização sobre os intervalos de tempo em que os estados de coisas descritos pelos enunciados se dão, definindo sua singularidade ou pluralidade de ocorrência e sua duração.

A indicação de fase consiste em o emissor, ao realizar um enunciado, indicar ou não, em que momento se encontra o estado de coisas descrito no seu desenrolar ao longo do intervalo de tempo relevante, em relação ao momento inicial e final do intervalo de tempo, ou, também, nos intervalos de tempo adjacente imediatamente anterior e posterior a ele. É marcada pelas formas verbais do indicativo e também pelo emprego de certas conjugações perifrásticas e/ou expressões adverbiais.

2.3.3 A Modalidade

Ao proferir dada língua, o locutor procura incluir marcas linguísticas que o inscrevam no enunciado, que denunciem suas intenções e pontos de vista relativamente ao objeto de sua comunicação. Uma dessas marcas linguísticas está o *modus*, tal expressão é realizada segundo Azeredo (ano, p.209) de várias maneiras e uma delas consiste:

[...] em variar a entoação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo. Pode também recorrer a verbos que expressam atitudes como saber, duvidar e supor, e a advérbios como talvez, sinceramente, obviamente entre outros.

Entre essas marcas linguísticas está a modalização. Mas, mencionar a modalização é estabelecer relação com modalidade.

Dessa forma, pode dizer-se que a modalização é um processo decorrente do momento, do espaço e das relações intersubjetivas presentes na enunciação.

Modalização é o que Pinto (1994) denomina de dispositivos enunciativos pelos quais o locutor cria, de acordo com seus interesses, universos de referência. O autor designa esses dispositivos como: modalização da enunciação e modalização do enunciado.

Quanto à modalização da enunciação temos a modalidade declarativa, representativa, declarativa e representativa, expressiva, compromissiva e diretiva.

Modalização de enunciação são os operadores enunciativos que pretendem atender ao ato comunicacional. Através dessas operações o emissor enuncia seus textos conscientes ou não, para a realização de suas intenções comunicativas para seu receptor. Assume assim, em seus enunciados, certos papéis ou imagem e os propõe ao seu receptor, o qual assume outros para estabelecer um ato de fala ou linguagem.

A modalização de enunciação, segundo Pinto (1994, p.82), trata-se de uma:

[...] relação da ordem do fazer, isto é, de um tipo de ação ("ato"), que se exerce em nível comunicacional ("fala") que corresponde também à realização de um fazer de natureza cognitiva-operações mentais postas em jogo na atividade social em curso – e, frequentemente ainda, persuasiva – com recusa de certas linhas de pensamento ou conduta e proposta de novas – por parte do emissor em vistas ao receptor.

Isso corresponde às intenções do locutor quanto à persuasão de seu interlocutor, de acordo com os interesses daquele.

A modalização da enunciação pode ser marcada diretamente, no interior de um enunciado, por meio de certos itens lexicais ou construções morfossintáticas, ou ser inferida indiretamente a partir do contraste entre o enunciado e a situação e/ou contexto.

Dessa forma, as modalidades enunciativas que afetam os enunciados de um determinado texto definem, juntamente com as operações de referenciação, os conteúdos do papel ou imagem que o emissor assume ao produzi-lo.

Conforme já foi mencionado, quanto à classificação da modalização da enunciação temos a *modalidade declarativa* que consiste em emitir enunciados transparentes, cujos conteúdos são considerados do próprio universo de referência, ou seja, por quem de direito garante a produção de enunciados e textos e/ou reproduzem realidade e que são aceitos por consenso da sociedade como verdadeiros.

2.3.3.1 Modalização e Modos Verbais

O *modus* e o *dictum* são dois componentes na construção dos enunciados segundo uma tradição descritiva que remonta à Idade Média e que se inspira na filosofia escolástica. O *dictum* – aquilo que é objeto de comunicação – e o *modus* -a atitude ou ponto de vista do enunciador relativamente ao objeto de sua comunicação. Entre as variadas maneiras em que a expressão de *modus* é realizada, uma delas consiste segundo Azeredo (2010), em variar a entoação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo entre outras.

Pode-se também recorrer-se a verbos que expressam atitudes, como saber, duvidar e supor, e a advérbios, como talvez, sinceramente, obviamente etc.

A análise clássica da modalidade distingue quatro pares de conteúdos que se contrastam dentre eles estão o possível/impossível, certo/contestável, obrigatório/facultativo, permitido/proibido.

Assim, a categoria gramatical denominada modo segundo Azeredo (2010) é a variação da forma do verbo como está/esteja, estava/estivesse, estará/estiver – para a expressão da atitude do enunciador – ou modalidade da frase.

Ilari e Basso (2008) mostram que a língua dispõe de diferentes operadores de modalização tais como *não dá, não tem alternativa, tem que, seria o caso de, é imprescindível que, é capaz de, com certeza, etc.*

Assim, entende-se por modalizadores as operações que têm por função atender ao objetivo comunicacional. Através delas, o interlocutor emite seus enunciados e textos, conscientemente ou por hábito, como instrumento para a realização de determinadas intenções comunicativas, fortemente ritualizadas, contratadas com o interlocutor.

As modalidades enunciativas, pela posição que ocupam nas instituições sociais, ganham o direito, o poder e mesmo o dever (nem sempre cumprido de

acordo com a vontade e o bem gerais) de produzir enunciados e textos que criam e/ou reproduzem e que são aceitos por consenso da sociedade como verdadeiros.

Dessa forma, realizam como emissores: “a operação de modalização enunciativa que se denomina declaração e tem por objetivo emitir enunciados transparentes, cujos conteúdos são considerados como sendo o próprio universo de referência.” (PINTO, 1994, p.83-84).

Pode-se dizer então que a modalidade declarativa pode ainda ser expressa por enunciados assertivos ou exclamativos no modo indicativo, desde que o receptor reconheça o estatuto do emissor.

Percebe-se dessa maneira que essa modalidade entre todas as outras é a que expressa exigências rituais nítidas, mesmo que as outras também sejam realizadas. Assim, para que uma declaração expresse seu valor, um enunciado ou texto deve ser em algumas situações:

[...] (a) por quem de direito, (b) no lugar adequado, (c) no momento devido, (d) com tempo de duração e velocidade corretos, (e) com a expressão corporal e os comportamentos esperados, (f) com a fórmula linguística consagrada, (g) com o vestuário exigido e, ainda, (h) com a utilização dos objetos e instrumentos requeridos. (PINTO, 1994, p.84).

A modalidade representativa consiste em assumir, diante do interlocutor, a responsabilidade sobre a provável verdade dos estados de coisas descritos no enunciado.

Assim, ao proferir um enunciado com essa modalidade, o locutor mostra, por meio do que expressa, a posição que tem sobre a verdade dos estados de coisas que está em jogo e o tipo de controle que ele mantém daquilo que profere, sem dessa maneira, reivindicar assumindo certo saber, sem, porém, reivindicar o poder de estar falando a verdade.

Essa modalidade representativa apresenta determinadas fórmulas verbais conjugadas na primeira pessoa do singular. Porém poderão ser marcadas de forma indiretamente pela modalidade declarativa, tudo vai depender do contexto.

Os verbos que podem ser empregados para essa finalidade são os de asserção (“afirmar”, “negar”, “assegurar”, etc), de opinião (“achar”, “crer”, “julgar”, “saber”), de predição (*prever, predizer, vaticinar* etc.), de narração (*narrar, contar, relatar*), entre outros.

Quanto à modalidade declarativa-representativa o emissor tem a intenção de que seja reconhecido como detentores de fé pública, de que por isso seus enunciados sejam considerados verdadeiros.

Essas declarações aparecem assim como uma tentativa de os emissores “controlarem, pelo uso da fala, a relação social que mantém com seus interlocutores, porém, se, depois da palavra aceita, o locutor não estiver falando a verdade, isso lhe poderá ser cobrado pelo interlocutor.” (PINTO, 1994, p.87).

Já os enunciados da modalidade expressiva mostram a intenção que o emissor tem de exprimir efetivamente ou juízos de valor relativos aos estados de coisas descritos, ou a qualquer das entidades deles participantes.

Essa modalidade é marcada diretamente pelo uso de palavras e locuções pelas quais se exprimem afetividade e/ou valores, e que podem pertencer às classes dos substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios.

Quanto às expressões de afetividade, ao mesmo tempo em que são usadas para:

[...] descrever estados de coisas e entidades deles participantes, tornam explícitas uma reação emocional do sujeito da enunciação relativa ao(s) estado(s) de coisas descritos ou ao(s) seu(s) participante(s). Os juízos de valor são usados na descrição de estados de coisas e seus participantes, atribuindo a uns e outros uma avaliação moral, estética, prática, etc. (bom x mau, feio x bonito, útil x inútil e suas gradações). (PINTO, 1994, p. 88).

Na modalidade compromissiva, o emissor assume perante o receptor o papel de quem se obriga, em algum momento no futuro, a tornar verdadeiro(s), por sua iniciativa o(s) estado(s) de coisa(s) ali expresso(s).

Esse tipo de modalidade traduz os vários graus de poder e controle que o enunciador pretende ter sobre a determinação de um estado de coisas futuro, isto é, um texto compromissivo funciona sempre como instrumento de sedução ou de ameaça, pelo qual o emissor busca persuasivamente a simpatia, a aprovação, ou a adesão do receptor do texto a algum objetivo.

Assim, cabe ao receptor por sua aceitação, avalizar socialmente o compromisso feito, tal compromisso vai ao encontro dos interesses ou desejos do receptor, ou os contraria, e dessa forma, esse ao aceitá-lo, está também conferindo fé pública às palavras do outro.

Pode essa modalização ser realizada de forma indireta por enunciados ou textos na primeira pessoa ou com o verbo no futuro da expectativa experiencial ou através de enunciados interrogativos e imperativos, diretos ou indiretos.

Pode também ser expressa por verbos de compromisso sempre na primeira pessoa, tais como (*jurar, prometer, apostar, ter a intenção, comprometer-se*) ou por verbos de oferecimento (*oferecer, dar um lance, estar ao inteiro dispor*).

A modalidade diretiva tem por objetivo tentar que o receptor tenha no futuro, o comportamento expresso pelo estado de coisas ao qual nele se faz alusão.

Dessa forma, o comportamento imposto pelo receptor pode ser:

- a) uma resposta verbal, nos enunciados interrogativos em que se pede uma informação; ou b) qualquer tipo de resposta, no caso de enunciados imperativos; ou apenas c) o de que ele seja instituído, naquele instante, como receptor, isto é, interpelado a assumir o papel de sujeito falado que lhe é proposto. (PINTO, 1994, p.92).

Os tipos de modalidade diretiva distribuem-se assim numa hierarquia, em que, à proporção que decresce o poder de imposição detido ou pretendido pelo emissor, aumenta o arbítrio do receptor, e que vai da expressão da ordem, aos requerimentos e pedidos, à sugestão, ao conselho, aos pedidos de informação e à interpelação, pura e simples.

Assim, a melhor forma de se realizar um pedido de informação é através da utilização de enunciados interrogativos ou perguntas ou também de forma indireta por meio de enunciados assertivos, introduzidos por verbos de inquirição como (*perguntar, interrogar, inquirir, e investigar*) empregados na primeira pessoa do presente do indicativo. Pode ser realizados ainda por formas indiretas, algumas vezes com valor de cortesia, introduzidas por uma expressão formada por um verbo de desejo (*desejar, querer, gostar, entre outros*) na primeira pessoa do presente do indicativo, ou do futuro do pretérito e seus substitutos, seguido por um verbo de conhecimento (*saber, conhecer, etc.*).

2.3.3.2 Modalização do enunciado

Chama-se modalização do enunciado o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que descreve ou a que alude em seus enunciados e/ou aos

participantes desses estados de coisas, ao longo de uma escala de probabilidades que se refere.

As modalidades *ônticas, aléticas, epistêmicas, deônticas*, entre outras, pertencem à modalidade do enunciado.

As modalidades ônticas manifestam-se em enunciados com qualquer modalidade de enunciação e podem ser expressas pelos adjetivos, por seus derivados nominais, verbais ou adverbiais, ou por seus sinônimos. Em textos que não são propostos ao interlocutor como ficcionais, os enunciados no presente ou no passado do modo indicativo apresentam modalidade ôntica de factualidade; já os enunciados no futuro do indicativo, em tempos do subjuntivo ou no imperativo apresentam modalidade ôntica de não factualidade. As pressuposições são uma das formas de indicar a modalidade ôntica.

As modalidades aléticas manifestam-se em enunciados cuja modalidade de enunciação é a declarativa, e ficam marcadas de várias maneiras tais como **necessário**: (*ter que ser ou não poder não ser*), **possíveis** (*não ter que não ser ou poder ser*), **impossível** (*ter que não ser ou não poder ser*), **contingente** (*não ter que ser ou poder não ser*) ou pelos **substantivos, verbos e advérbios** que deles se derivam; bem como seus respectivos sinônimos ou ainda, comumente pelo uso de verbos auxiliares modais – sendo a necessidade marcada por *ter de, ter que* ou, em alguns contextos, por *dever, haver de, ou haver que*; a possibilidade, por *dever, haver de, haver que* ou, em alguns contextos, *poder* e a contingência por *poder*.

Modalidades epistêmicas manifestam-se em enunciados com modalidade enunciativa de representação. Segundo Neves (2012), a modalidade epistêmica está ligada ao conhecimento, indicando necessidade *dever* e a possibilidade por meio do verbo *poder*.

Tais modalidades podem ser expressas pelo modo em que o verbo está conjugado, o uso do indicativo marcando certeza em frases afirmativas, ou então exclusão, em frases negativas; e o subjuntivo tendo por função marcas plausibilidade e contestabilidade ou ainda por combinação do modo do verbo, de verbos auxiliares modais ou do tempo futuro com certas fórmulas que se empregam para introduzir enunciados com modalidade enunciativa de representação.

As modalidades deônticas se manifestam em enunciados com modalização diretiva e são expressas pelos adjetivos que ilustram as posições de obrigações (*ter que fazer, ser ou não poder não fazer/ser*), proibição (*ter que não*

fazer/ser ou não fazer/ser), permissão (não ter que não fazer/ser ou poder fazer/ser), por seus derivados nominais, verbais e adverbiais, e por sinônimos, especialmente os que derivam as modalidades éticas. Podem ainda, serem marcadas pelos verbos auxiliares modais.

3 O TEMPO DO VERBO EM CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA

O corpus escolhido para análise são dez crônicas que fazem parte do livro “200 crônicas escolhidas” de Rubem Braga (1913- 1990). Este autor neste ano de 2013 completaria um centenário de seu nascimento. Pode-se dizer que este escritor é um grande poeta disfarçado em jornalista. É considerado o maior cronista do Brasil, desde Machado de Assis. É um dos jornalistas que mais colaboraram em diferentes jornais e revistas do país, tendo produzido cerca de quinze mil crônicas, o velho Braga, como costumava se referir a si próprio desde jovem. Nasceu em 12 de janeiro de 1913 em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Ao longo dos seus 62 anos de jornalismo, Rubem Braga, julgava-se como uma máquina de escrever – “com algum uso, mas em bom estado de funcionamento”. Produzia para ser publicado no dia seguinte. Comparava sua profissão ao de um cigano, “que toda noite arma sua tenda e pela manhã a desmancha”.

Considerado o inventor da crônica moderna brasileira, Rubem Braga vem atravessando gerações com seus textos sobre cenas cotidianas, sempre com a roupa da língua comum.

3.1 A Que Partiu

A Que Partiu
<i>Rubem Braga</i>
<p>É uma doçura fácil ir aprendendo devagar e distraidamente uma língua. Mas às vezes acontece uma coisa triste, e a gente sem querer achar que língua é que está errada, nós é que temos razão.</p> <p>Eu tinha há muito, na carteira, o número do telefone de uma velha conhecida, em Paris. No dia seguinte ao de minha chegada disquei para lá. A voz</p>

convencional e gentil de uma *conciierge* respondeu que ela não estava. Perguntei mais alguma coisa, e a voz insistiu:

- *Elle n'est pas là, monsieur. Elle est partie.*

Eu não tinha grande interesse no telefonema, que era apenas cordial. Mas o mecanismo sentimental de uma pessoa que chega a uma cidade estrangeira é complexo e delicado. Eu esperava ouvir do outro lado aquela voz conhecida, trocar algumas frases, talvez combinar um jantar "qualquer dia destes". Daquele número de telefone parisiense na minha carteira eu fizera, inconscientemente, uma espécie de ponto de apoio; e ele me falhava.

Então me deu uma súbita e desrazoável tristeza; a culpa era do verbo. Ela tinha "partido". Imaginei-a vagamente em alguma cidade distante, perdida no nevoeiro dessa manhã de inverno, talvez em alguma estação da Irlanda ou algum hall de hotel na Espanha. Não, sua presença para mim não tinha nenhuma importância; mas tenho horror de solidão, fome de criaturas, sou dessas pessoas fracas e tristes que precisam confessar, diante da autossuficiência e do conforto íntimo das outras: sim, eu preciso de pessoas; sim, tal como aquele personagem de não sei mais que comédia americana, *I like people*.

E subitamente me senti abandonado no quarto de hotel, porque ela havia partido; esse verbo me feria, com seu ar romântico e estúpido, e me fazia pobre e ridículo, a tocar telefone talvez com meses ou anos atraso para um número de que ela talvez nem se lembrasse mais, como talvez de mim mesmo talvez nem se lembrasse e se alguém lhe dissesse meu nome seria capaz de fazer um pequeno esforço, franzindo as sobancelhas:

- Ah, sim, eu acho que conheço...

Mas a voz da *conciierge* queria saber quem estava falando. Dei o meu nome. E me senti ainda mais ridículo perante aquela *conciierge* desconhecida, que ficaria sabendo o segredo de minha tristeza, conhecendo a existência de um Mr. Braga que procura pelo telefone uma pessoa partiu.

Meia hora depois o telefone da cabeceira bateu. Atendi falando francês, atrapalhado - e era a voz brasileira de minha conhecida. Estava em Paris, pois eu não tinha telefonado para ela agorinha mesmo? Sua voz me encheu de calor, recuperada assim subitamente das brumas da distância e do tempo, cálida, natural e amiga. Tinha "partido" para fazer umas compras, voltara em casa e recebera meu

recado; telefonara para amigo comum para saber o hotel em que eu estava.

Não sei se ela estranhou o calor de minha alegria; talvez nem tenha notado a emoção minha voz ao responder à sua. Era como se ouvisse a voz da mais amada de todas as amadas, salva de um naufrágio que parecia sem remédio, em noite escura. Quando no dia seguinte nos encontramos para um almoço banal num bistrô, eu já estava refeito; era o mesmo conhecido de sempre, apenas cordial e de ar meio neutro, e era outra vez ela mesma, devolvida à sua realidade banal de pessoa presente, sem o prestígio misterioso da mulher que partira.

Custamos a aprender as línguas; partir é a mesma coisa que sair. Mas através das línguas vamos aprendendo um pouco de nós mesmos, de nossa ânsia gratuita, melancólica e vã.

ANÁLISE

Ao analisar a crônica “A que partiu”, percebe-se que o texto é constituído tanto por formas verbais que fazem parte do mundo narrado como do mundo comentado. Quanto ao mundo narrado, conforme já explicado anteriormente, de acordo com a concepção de Weinrich (1964), o locutor utiliza sinais linguísticos aptos a retratar acontecimentos que se desdobram na linha do tempo, como os verbos no passado, especificamente, os pretéritos (perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito do indicativo).

Esses tempos verbais não expressam somente a ideia de passado ou de um futuro em relação a um passado, no caso do futuro do pretérito; servem também para indicar que se trata de narrativa, uma vez que narrar é relatar fatos reais ou fictícios, como se fossem reais. Isso difere das narrações reais que só podem ser contadas após seu acontecimento. Quanto ao mundo comentado, representam maior engajamento, maior tensão e maior compromisso com a realidade dos fatos.

As formas do mundo comentado, tipicamente no presente ou que contribuem para caracterizar as referências como suportes das coisas presentes, são usados, segundo Weinrich, para emitirem julgamentos de valor, para comentar os fatos, para analisar a situação presente.

A crônica “A que partiu” é o relato de experiências passadas cuja memória é deflagrada por um telefonema. Isso se percebe desde o início da narrativa, quando ele explicita que liga para uma amiga logo que chega a Paris.

No primeiro parágrafo, compreendido pelo trecho “*É uma doçura fácil **ira aprendendo** devagar (...) nós é que temos razão*”, o narrador expressa comentários acerca da importância de aprender uma língua de forma prazerosa, sem pressão, e compreender que por trás do que pode parecer a mesma palavra em duas línguas pode haver importantes diferenças de sentido. Para expressar tais comentários, o narrador utiliza a forma verbal auxiliar *ir + aprendendo*, que exprime, quanto ao aspecto, um processo de **duração não conclusivo e progressivo**, haja vista que o locutor expressa uma ação **não acabada**, mas **contínua**, cujo enunciado tem como ponto de referência (PR) o **presente**. Conforme afirma Azeredo (2010), o processo progressivo é aquele que é necessariamente representado como algo que se estende no tempo. Assim, quando o narrador utiliza tal locução, pretende mostrar que a ação não está acabada, mas em processo, “ir aprendendo uma língua estrangeira”.

O mesmo ocorre com o trecho “*Eu **tinha** há muito...*” até *Paris*”. Nesse caso, a forma verbal está no **pretérito imperfeito**, o qual serve apenas de pano de fundo para o narrador justificar sua intenção, que era telefonar para uma conhecida. O tempo verbal “**tinha**”, indica que o ponto de referência (PR) é **passado** com (IT) **anterior** ao momento de enunciação (*presente*) do narrador no ato de sua fala, objetivando explicar ao interlocutor seu propósito.

Vejamos que todo o texto é sequenciado com tempos verbais intercalados ora do **mundo narrado**, ora do **mundo comentado**.

À continuidade do texto, percebemos que no quarto parágrafo, no quinto e no último, o texto é constituído especialmente pelos tempos verbais também no **pretérito imperfeito e presente do indicativo**. Com exceção de **fizera**, do quarto parágrafo, um **pretérito-mais-que-perfeito**, que expressa uma anterioridade ao ponto de referência (PR) **passado**. Esse tempo mostra que o narrador cria uma expectativa em relação ao encontro com a velha conhecida.

Vejamos o seguinte fragmento do quarto parágrafo:

Eu não *tinha* grande interesse no telefonema, que *era* apenas cordial. Mas o mecanismo sentimental de uma pessoa que chega a uma cidade estrangeira é complexo e delicado. Eu esperava ouvir do outro lado aquela

voz conhecida, trocar algumas frases, talvez combinar um jantar "qualquer dia destes". Daquele número de telefone parisiense na minha cara eu fizera, inconscientemente, uma espécie de ponto de apoio; e ele *falhava*. (BRAGA, 1979, p.127).

As formas verbais em destaque acima têm como ponto de referência o passado e é constituído pelas formas verbais de pretérito imperfeito. As formas verbais, *tinha* e *era* são usadas pelo narrador para insistir em “justificar” a pouca importância que teria em se comunicar com sua velha amiga, o que na realidade não é verdade, já que ele se mostra ansioso.

Em seguida o enunciador usa a forma verbal *cega*, no *presente do indicativo*, a qual expressa comentário para justificar sua atitude em relação à necessidade que tem de se comunicar com a velha amiga, de não querer se sentir só. Percebe-se que o narrador manifesta argumentos não convincentes diante do interesse em comunicar-se com a amiga.

Vejamos que nesse mesmo parágrafo o enunciador utiliza os pronomes **aquela** em (*aquela voz conhecida*), **daquele** (*daquele número de telefone*). Tais pronomes correspondem à ordem de um passado mais distante para reforçar que está contando um fato passado que lhe ocorreu.

Lendo “*imaginei-a vagamente em alguma cidade distante, perdida no nevoeiro dessa manhã de inverno, talvez em alguma estação Irlanda ou algum hall de hotel na Espanha*”, nota-se que “*imaginei*” (quinto parágrafo), no **pretérito perfeito**, revela uma hipótese do enunciador ao conceber por onde poderia estar sua amiga. Isso se dá devido à confusão que o narrador faz com a forma verbal ***tinha partido***, usada pela *concierge*. Tem como ponto de referência o **passado**, cujo intervalo de tempo é **anterior** à fala do enunciador.

Em “Eu esperava ouvir do outro lado aquela voz conhecida, **trocar** algumas frases, talvez **combinar** um jantar “**qualquer dia destes**”. (*quarto parágrafo*) vemos que a expressão “qualquer dia destes” não corresponde à expectativa real do narrador, afinal, o que mais deseja é encontrar com a amiga o quanto antes possível. Note-se que nessa reflexão, o narrador emprega a forma nominal **trocar, combinar**. Estas formas mencionam ações posteriores incertas, uma vez que decorrem do desejo do narrador: ‘esperava’. Note-se, portanto, a importância do caráter modalizador desse verbo, que confere às ações futuras um caráter de projeto subjetivo.

Observemos que o quinto parágrafo é constituído por uma mescla de trechos pertencentes ao mundo narrado e ao mundo comentado. Ao mundo narrado porque o narrador é agente de sua própria história, participa das ações.

Na forma verbal **deu** em “Então me *deu* uma súbita tristeza”, o narrador conta o que lhe passa e ao mesmo tempo justifica que essa tristeza é causada pela interpretação dada à forma verbal pretérita ‘*elle est partie*’, a que impropriamente atribuiu o sentido da construção brasileira ela **partiu**.

Vejamos agora o seguinte trecho: “*Não, sua presença para mim não **tinha** nenhuma importância*” (quinto parágrafo). O narrador presente reforça a pouca importância que dava para a amiga, o que na realidade não era verdade. Note-se que a forma verbal em destaque remete a um tempo **passado**, porém, logo em seguida, o narrador confessa o que realmente sente: medo da solidão. Ao tecer este comentário, o ponto de referência é **passado** com um intervalo de tempo **anterior** ao momento de enunciação.

Em “*que ela talvez nem se **lembrasse** mais, como talvez de mim mesmo talvez nem se **lembrasse** e se alguém lhe **dissesse** meu nome seria capaz de fazer um pequeno esforço*” - (sexto parágrafo, p.128). A forma verbal **lembrasse** e **dissesse** estão no **pretérito imperfeito do subjuntivo**. As duas formas iniciais dão conta de uma lembrança hipotética (subjuntivo) no passado, mas **dissesse** que também está no pretérito imperfeito do subjuntivo, denota um fato posterior ao momento da lembrança, uma condição para um comportamento também hipotético em futuro relativamente ao momento da lembrança. Ele crê que ela tenha se esquecido dele, que ele tem pouca importância para ela, o que o deixa ainda mais triste.

Observemos agora o trecho “*Custamos a aprender as línguas; partir é a mesma coisa que sortir. Mas através das línguas **vamos aprendendo** um pouco de nós mesmos de nossa ânsia gratuita, melancólica e vã*” (p.128).

Nesse parágrafo o narrador faz reflexões a respeito de si mesmo, de suas ânsias. Trata-se de uma incursão no mundo comentado, por meio de uma forma que expressa processo de duração não concluído, progressivo em relação ao ponto de referência presente. É uma oportunidade para, a pretexto de dizer que as línguas apresentam diferenças curiosas e surpreendentes, revelar, de fato, como podemos aprender a lidar com nossas próprias inseguranças, medos e ansiedades.

3.2 Quem Sabe Deus Está Ouvindo

Quem Sabe Deus Está Ouvindo

Rubem Braga

Outro dia eu estava distraído, chupando um caju na varanda, e fiquei com a castanha na mão, sem saber onde botar. Perto de mim havia um vaso de antúrio; pus a castanha ali, calcando-a um pouco para entrar na terra, sem sequer me dar conta do que fazia.

Na semana seguinte a empregada me chamou a atenção: a castanha estava brotando. Alguma coisa verde saía da terra, em forma de concha. Dois ou três dias depois acordei cedo, e vi que durante a noite aquela coisa verde lançara para o ar um caule com pequenas folhas novas. Notei que a empregada regava com especial carinho a planta, e caçoei dela:

– Você vai criar um cajueiro aí?

Embaraçada, ela confessou: tinha de arrancar a mudinha, naturalmente, mas estava com pena. Fiquei em silêncio. Seria exagero dizer: silêncio criminoso – mas confesso que havia nele um certo remorso. Um silêncio covarde. Não tenho terra onde plantar um cajueiro, e seria uma tolice permitir que ele crescesse ali mais alguns centímetros, sem nenhum futuro. Eu fora o culpado, com meu gesto leviano de enterrar a castanha, mas isso a empregada não sabe; ela pensa que tudo foi obra do acaso. Arrancar a plantinha com a minha mão – disso eu não seria capaz; nem mesmo dar ordem para que ela o fizesse. Se ela o fizer, darei de ombros e não pensarei mais no caso; mas que o faça com sua mão, por sua iniciativa. Para a castanha e sua linda plantinha seremos dois deuses contrários, mas igualmente ignaros: eu, o deus da Vida; ela, o da Morte.

Hoje pela manhã ela começou a me dizer alguma coisa – “Seu Rubem, o cajueirinho...” – mas o telefone tocou, fui atender, e a frase não se completou.

Agora mesmo ela voltou da feira; trouxe um pequeno vaso com terra e transplantou para ele a mudinha. Veio me mostrar:

– Eu comprei um vaso...

– Ahn...

Depois de um silêncio, eu disse:

– Cajueiro sente muito a mudança, morre à toa...

Ela olhou a plantinha e disse com convicção:

– Esse aqui não vai morrer, não senhor.

Eu devia lhe perguntar o que ela vai fazer com aquilo, daqui a uma, duas semanas. Ela espera, talvez, que eu o leve para o quintal de algum amigo, ela mesma não tem onde plantá-lo. Senti que ela tivera medo de que eu a censurasse pela compra do vaso, e ficara aliviada com minha indiferença. Antes de me sentar para escrever, eu disse, sorrindo, uma frase profética, dita apenas por dizer:

– Ainda vou chupar muito caju desse cajueiro!

Ela riu muito, depois ficou séria, levou o vaso para a varanda, e, ao passar por mim na sala, disse baixo com certa gravidade:

– É capaz mesmo, seu Rubem; quem sabe Deus está ouvindo o que o senhor está dizendo...

Mas eu acho, sem falsa modéstia, que Deus deve andar muito ocupado com as bombas de hidrogênio e outros assuntos maiores.

ANÁLISE

Desde o início da narrativa ("Outro dia eu *estava* distraído, chupando um caju na varanda, e *fiquei* com a castanha na mão") até o antepenúltimo parágrafo ("Ela *riu* muito, depois *ficou* séria, levou o vaso para a varanda, e, ao passar por mim na sala"), os tempos verbais desse texto organizam-se em torno do eu narrador e da empregada, que dialogam sobre a possibilidade da permanência de uma muda de cajueiro num vaso.

Assim, o texto em análise está situado predominantemente no plano do mundo narrado, cujas formas verbais estão no *pretérito*, assinalando a sequência dos fatos narrados.

A sucessão dos acontecimentos nos parágrafos subsequentes da narração é pautada pelas formas verbais no pretérito perfeito do indicativo (*fiquei, pus, chamou, acordei e vi, confessou, fiquei, começou, tocou, fui, completou, voltou, trouxe, transplantou, comprei, disse, olhou, disse*), os quais assinalam uma ação de duração não especificada e indefinida, mas evidentemente completa. O pretérito perfeito do indicativo é a forma própria para narrar ações que se sucedem ao longo de um segmento de tempo anterior ao momento da enunciação (ME). É importante

ter claro que o presente do narrador é o ponto de referência em relação aos quais os fatos expressos no pretérito perfeito se apresentam como consumados. Para posicioná-los na linha do tempo é necessário recorrer a adjuntos adverbiais (outro dia, ontem, na semana passada, há dois anos etc.).

Observa-se também, nessa narrativa, a importância do plano da consciência, que fornece, conforme a teoria de Weinrich, os dados integrantes do mundo comentado. O parágrafo correspondente ao trecho “Embaraçada... o da Morte” cobre o principal dessa participação da consciência.

Seria exagero dizer: silêncio criminoso – mas confesso que havia nele um certo remorso. Um silêncio covarde. Não tenho terra onde plantar um cajueiro, e seria uma tolice permitir que ele crescesse ali mais alguns centímetros, sem nenhum futuro. Eu fora o culpado, com meu gesto leviano de enterrar a castanha, mas isso a empregada não sabe; ela pensa que tudo foi obra do acaso. Arrancar a plantinha com a minha mão – disso eu não seria capaz; nem mesmo dar ordem para que ela o fizesse. Se ela o fizer, darei de ombros e não pensarei mais no caso; mas que o faça com sua mão, por sua iniciativa. Para a castanha e sua linda plantinha seremos dois deuses contrários, mas igualmente ignaros: eu, o deus da Vida; ela, o da Morte. (BRAGA, 1979, p. 251).

A narrativa é suspensa para dar lugar a ponderações: “*Seria* exagero dizer”, “*seria* uma tolice permitir”, “disso eu não *seria* capaz” exemplificam o que estamos afirmando. O verbo no futuro do pretérito, empregado com valor estritamente modal, mostra o drama de consciência do narrador, dividido entre a descrença da razão realista (= a natureza imporia suas leis) e o otimismo da fé romântica (= o amor sempre vence). Note-se ainda que o trecho apresenta um perfil eclético quanto à temporalidade dos fatos, refletindo o fluxo das ideias de uma alma em conflito diante da necessidade de uma decisão.

Voltando ao plano narrado, observe-se a presença dos advérbios de tempo (*na semana seguinte, dois ou três dias depois*), para ordenar a sequência das ações dos personagens.

O tempo verbal *lançara* ((...) *aquela coisa verde lançara para o ar um caule com pequenas folhas*) no segundo parágrafo, está no pretérito mais-que-perfeito, o qual pode ser substituído pelo pretérito perfeito composto (havia lançado) sem perder seu sentido, exprimindo um fato anterior às ações expressas pelo pretérito perfeito (*Dois ou três dias depois acordei cedo, e vi*). O mesmo ocorre com (tivera e ficara) em um dos parágrafos subsequentes exprimindo também um fato

anterior às ações expressas pelo pretérito perfeito (senti que ela *tivera* medo de que eu a censurasse pela compra do vaso, e *ficara* aliviada com minha indiferença).

As formas verbais da narrativa que estão no *pretérito imperfeito*, (*estava, havia, saía e estava*) em “Outro dia eu *estava* distraído chupando um caju na varanda”, “Perto de mim *havia* um vaso de antúrio” e “Alguma coisa verde *saía* da terra, em forma de concha”, “mas *estava* com pena”, participam de enunciados descritivos; circunstâncias e/ou de acontecimentos narrativos que funcionam como **plano periférico** ou **plano de fundo** da narração. Conforme afirma Weinrich (1964), este tempo serve para descrever o ambiente físico ou social da ação (*varanda, perto do narrador, terra*), as atitudes mentais dos personagens (*pena*), de modo que o que se informa por meio, cria as condições para o desenrolar dos fatos, mas dizem respeito à progressão deles na trama

A forma verbal *está ouvindo* em (*quem sabe Deus está ouvindo*), expressa processo, a *imperfectividade* de uma ação em curso que se sobrepõe ao episódio e dura ao longo dele. A frase pertence ao plano do mundo comentado, pois não traduz uma ação do personagem (a empregada) em relação ao que está acontecendo. Trata-se, no entanto, de algo mais que um plano de fundo; é a expressão de um desejo por meio de uma pergunta retórica, uma alusão a uma força superior capaz de garantir o êxito das boas ações.

Quando o narrador usa a forma verbal imperfectiva “*vou chupar*”, em (“*Ainda vou chupar muito caju desse cajueiro!*”), tal forma indica *futuro*, expressa valor *temporal* de *posterioridade* ao momento da enunciação do narrador, isto é, o tempo *prospectivo* que assinala *futuro* em relação ao tempo zero que é o tempo presente do narrador.

Isso significa que o enunciador exprime um comentário a respeito do cajueiro, enunciando assim um desejo, uma esperança mesmo que seja de forma duvidosa, a possibilidade do cajueiro tornar-se uma planta frondosa e uma árvore frutífera.

Em “*Deus deve andar muito ocupado com as bombas de hidrogênio e outros assuntos maiores*”, o narrador se contrapõe ironicamente à empregada, mas suaviza seu ceticismo com a modalização de seu ponto de vista: “*Deus deve andar muito ocupado*”.

Essa perífrase verbal exprime uma *dúvida*, uma *incerteza* em relação ao futuro do cajueiro porque Deus tem mais o que fazer que ficar se preocupando com coisas mínimas, como o crescimento de um cajueiro.

Podemos notar também que a narração se dá pela mescla do discurso direto e do discurso indireto no decorrer do relato, assim como a presença do mundo comentado. Quando o narrador intercala a narrativa com o discurso indireto, as formas verbais assumem o tempo pretérito; quando o narrador emprega o discurso direto, as formas verbais assumem o tempo presente e às vezes o futuro.

Assim, quando o narrador questiona se a empregada vai criar um cajueiro no jarro, o ponto de referência da forma verbal é *posterior* ao momento do enunciado, revelando algo que ainda vai acontecer.

Quanto à presença do mundo comentado, nota-se que o narrador faz reflexões na narrativa. Na sequência da introdução da crônica, o narrador emprega o *presente do indicativo* do verbo ser (*É* impressionante a rapidez com que essa plantinha cresce e vai abrindo folhas novas), direcionando a atenção do leitor para fora da narração, instaurando um diálogo entre narrador e leitor. Nesse caso, o tempo apresentado pelo narrador é o **tempo-zero**.

O narrador questiona-se sobre seu comportamento diante da situação que ele criou ao deixar a plantinha crescer no jarro, por saber que ela não teria condição de desenvolver-se ali e nem tinha onde plantá-la. Não queria sentir-se culpado, caso a tirasse do jarro, sentiria remorsos pela morte dela. A planta poderia até morrer, mas não por suas mãos.

As reflexões continuam no décimo segundo parágrafo, quando o narrador indaga sobre o que pode acontecer com o cajueirinho, já que nem ele nem a empregada têm onde plantá-lo.

Percebe-se que, tanto no primeiro comentário quanto no segundo, os tempos verbais predominantes estão no *presente*, *pretérito mais-que-perfeito*, *futuro do pretérito* e *futuro do presente*. Isso implica como assinala Weinrich (1964), o **tempo-zero** que é o presente.

Tradicionalmente a crônica é reconhecida como um tipo de texto que prioriza o tempo presente da enunciação, ao registrar fatos ou recortes da realidade cotidiana, comentando-os. O texto em análise faz jus a essa assertiva: nele há o *fato corriqueiro* (o brotar de uma muda de planta), *há o problema que detona a narração*

(não é possível criar-se um cajueiro num vaso), e há a reflexão (a quem cabe a decisão sobre a vida de um ser)?

Por mais que haja um predomínio quantitativo de formas verbais do mundo narrado, a presença do mundo comentado resgata o conceito de crônica como um texto de reflexão para o presente.

3.3 A Secretária

A Secretária	
	<i>Rubem Braga</i>
<p>PROCURO um documento que preciso com urgência. Não o encontro, mas me demoro a decifrar minha própria letra, nas notas de um caderno esquecido que os misteriosos movimentos da papelada pelas minhas gavetas fizeram vir à tona.</p> <p>Isso que dá encanto ao costume da gente ter tudo desarrumado. Tenho uma secretária que é um gênio nesse sentido. Perdeu, outro dia, cinquenta páginas de uma tradução.</p> <p>Tem um extraordinário senso divinatório, que a leva a mergulhar no fundo baú do quarto da empregada os papéis mais urgentes; rasga apenas o que é estritamente necessário guardar, mas conversa com rigoroso carinho o recibo da segunda prestação de um aparelho de rádio, que comprei em S. Paulo em 1941. Isso me fornece algumas emoções líricas inesperadas: quem não se comove de repente quando está procurando um aviso de banco e encontra uma conta de hotel de Teresina de quatro anos atrás, com todos os vales das despesas extraordinárias, inclusive uma garrafa de água mineral? Caio e um estado de pureza e humildade; tomar uma água mineral em Teresina, numa saleta de hotel, quatro anos atrás...</p> <p>Não importa que ela faça sumir, por exemplo, minha carteira de identidade. Afinal estou cansado de saber que sou eu mesmo; não me venham lembrar essa coisa, que me entristece e desanima. Prefiro lembrar esse telefone de Bueno Aires que anotei, com letra nervosa em um pedaço de maço de cigarros, ou guardar com a maior gravidade esse bilhete que diz: “Estive aqui e não te encontrei. Passo amanhã. S.” Quem é esse “S.” ou essa “S.” e por que, e onde e quando procurou minha humilde pessoa? Que sei? Era, afinal, uma criatura humana,</p>	

alguém que me procurava. Lamento que não estivesse em casa. Espero que eu tenha tratado bem a “S.”, que “S.” tenha encontrado em mim um apoio e não uma decepção - e que ao sair de minha casa ou de meu quarto do hotel tenha murmurado consigo mesmo - “o Rubem é um bom sujeito”.

Há papéis de visão amarga, que eu deveria ter rasgado dez anos atrás; mas a mão caprichosa de minha jovem secretária, que o preservou carinhosamente, não será a própria mão da consciência a me apontar esse remorso velho, a me dizer que devo lembrar o quanto posso ser inconsciente e egoísta? Seria melhor talvez esquecer isso; e tento me defender diante desse papel velho que me acusa do fundo do passado. Não, eu não fui mau; andava tonto; e pelo menos era sincero.

Mas para que diabo tomei tantas notas sobre a produção de manganês - e por que não mandei jamais esta carta tão afetuosa, tão cheia de histórias e tão longa a um amigo distante?

Meus arquivos, na sua desordem, não revelam apenas a imaginação desordenada e o capricho estranho da minha secretária. Revelam a desarrumação mais profunda, que não é de meus papéis, é de minha vida.

Sim, estou cheio de pecados; e quando algum dia for chamado a um tribunal, humano ou celeste, para me julgar, talvez a única prova a meu favor que encontre à mão seja essa pequena conta com um PG a lápis e uma assinatura ilegível que atesta que - se respondi com frieza a muita bondade e paguei com ingratidão ou esquecimento algum bem que me fizeram - pelo menos, Senhor, pelo menos é certo que saldei corretamente a nota da lavagem de um terno de brim à lavanderia Ideal, de Juiz de Fora, em 1936... E esta certeza humilde me dá em certo consolo.

ANÁLISE

A crônica “*A Secretária*” é constituída de ações relatadas no momento da enunciação. Isto significa que o enunciador coloca-se numa perspectiva do presente fazendo coincidir o ponto de referência, o *aqui/agora* do enunciador. Logo, a enunciação coincide com o ponto de referência e o intervalo de tempo.

Ao longo de todo o relato, o enunciador faz comentários a respeito do comportamento da secretária, assim como *reflexões e ponderações* das coisas que se passaram em sua vida.

Assim, conforme o enunciador vai encontrando coisas no fundo do baú, vai se recordando, questionando-se e lamentando atitudes vividas que talvez pudessem ter sido melhores, assim também como coisas que preferia esquecer.

Vejamos que só um pequeno trecho no segundo parágrafo é que muda o tempo verbal. Em “**Perdeu**, *outro dia, cinquenta páginas de uma tradução*”. O tempo verbal destacado está no **pretérito** e tem como ponto de referência anafórica **passada** a secretária. A marca temporal “*outro dia*” indica o fato ocorrido no **passado**. Logo, perdeu é uma ação em um intervalo de tempo **anterior ao momento da enunciação**, que é o ponto-zero da narração.

Vejamos que no terceiro parágrafo o enunciador vai descobrindo notas no fundo do baú de anos passados e percebe que coisas pequenas e aparentemente tão insignificantes como um recibo da segunda prestação de um rádio ou uma simples conta do hotel e uma nota de uma água mineral comprada havia quatro anos, tornaram-se tão significativas no momento que os encontra, são recordações.

No quarto parágrafo, o narrador continua com as reflexões sobre o que se passa em sua vida, sobre o que está guardado dentro do baú que não lhe interessa e coisas que lhe faz bem recordar. O tempo verbal predominante continua sendo o **presente**, porém há momentos em que volta ao passado (*anotei, estive, encontrei, procurou*). O ponto de referência é **passado** em relação ao enunciado e o intervalo de tempo é **anterior ao momento da enunciação** (momento em que o enunciador encontra o bilhete no baú).

Os enunciados restantes (*Espero que eu **tenha tratado** bem a “S”, que “S” tenha encontrado em mim um apoio e não uma decepção*) são apenas comentários que estão nas formas verbais do **pretérito perfeito do subjuntivo**, ou seja, são *hipóteses, reflexões* do narrador a respeito de alguém que o tinha procurado e lhe deixado um bilhete. Em (“*Espero que eu **tenha tratado** bem a ‘S’, que ‘S’ tenha encontrado em mim um apoio e não uma decepção*”), o tempo verbal representa o fato como concluído e anterior ao momento da ação narrativa. Vale notar, porém, que, usando a forma verbal ‘espero’, o narrador modaliza o enunciado com uma hipótese sobre um estado de coisas favorável à tranquilidade de sua consciência no futuro.

O último parágrafo, assim como na maioria, traz reflexões sobre o **futuro** do narrador. O *ponto de referência* que ordena o conjunto das ações é o **presente** “*estou*” e “*dá*”, e o advérbio de tempo **agora** o qual pertence ao mundo comentado. As demais formas verbais (*for*, *encontre* e *seja*) denotam um intervalo de tempo **posterior** ao ponto de referência presente. Em relação ao *ponto-zero* do mundo narrado é **prospectivo**. Têm como tempo verbal o **futuro do subjuntivo**, e o **presente do subjuntivo**, respectivamente.

Em *respondi*, *paguei*, *saldei* temos um intervalo de tempo francamente distanciado, e não apenas anterior, em relação ao ato da narração. Esses registros valem como um consolo para o presente e uma garantia de paz de consciência para o futuro (*quando algum dia*).

Logo, percebe-se na realidade que o narrador precisava desse encontro com papéis, documentos, notas velhas para fazer uma reflexão de tudo o que se passou em sua vida e perceber quanta coisa não deveria ter praticado e que poderia ter sido um homem melhor, mais generoso, mais atencioso e menos egoísta, menos ingrato para com o seu próximo e que algumas atitudes tomadas na época poderiam ter tido rumos diferentes. Por fim, a consciência lhe traz algum desconforto, mas com um gesto de humildade perde perdão a Deus e espera ser perdoado.

Percebe-se dessa forma que na crônica predomina o verbo no **presente do indicativo**, o qual faz parte os tempos verbais referentes ao **mundo comentado**.

3.4 Aula de Inglês

Aula de Inglês
<i>Rubem Braga</i>
<p>— Is this an elephant?</p> <p>Minha tendência imediata foi responder que não; mas a gente não deve se deixar levar pelo primeiro impulso. Um rápido olhar que lancei à professora bastou para ver que ela falava com seriedade, e tinha o ar de quem propõe um grave problema. Em vista disso, examinei com a maior atenção o objeto que ela me apresentava.</p> <p>Refletindo nisso, lembrei-me de averiguar se aquilo tinha quatro patas, quatro grossas patas, como costumam ter os elefantes. Não tinha. Tampouco</p>

consegui descobrir o pequeno rabo que caracteriza o grande animal e que, às vezes, como já notei em um circo, ele costuma abanar com uma graça infantil.

Terminadas as minhas observações, voltei-me para a professora e disse convincentemente:

— No, it'snot!

Ela soltou um pequeno suspiro, satisfeita: a demora de minha resposta a havia deixado apreensiva. Imediatamente perguntou:

— Is it a book?

Sorri da pergunta: tenho vivido uma parte de minha vida no meio de livros, conheço livros, lido com livros, sou capaz de distinguir um livro a primeira vista no meio de quaisquer outros objetos, sejam eles garrafas, tijolos ou cerejas maduras — sejam quais forem. Aquilo não era um livro, e mesmo supondo que houvesse livros encadernados em louça, aquilo não seria um deles: não parecia de modo algum um livro. Minha resposta demorou no máximo dois segundos:

— No, it'snot!

Tive o prazer de vê-la novamente satisfeita — mas só por alguns segundos. Aquela mulher era um desses espíritos insaciáveis que estão sempre a se propor questões, e se debruçam com uma curiosidade aflita sobre a natureza das coisas.

— Is it a handkerchief?

Fiquei muito perturbado com essa pergunta. Para dizer a verdade, não sabia o que poderia ser um handkerchief; talvez fosse hipoteca... Não, hipoteca não. Por que haveria de ser hipoteca? Handkerchief! Era uma palavra sem a menor sombra de dúvida antipática; talvez fosse chefe de serviço ou relógio de pulso ou ainda, e muito provavelmente, enxaqueca. Fosse como fosse, respondi impávido: HIPÓTESE

— No, it'snot!

Minhas palavras soaram alto, com certa violência, pois me repugnava admitir que aquilo ou qualquer outra coisa nos meus arredores pudesse ser um handkerchief.

Ela então voltou a fazer uma pergunta. Desta vez, porém, a pergunta foi precedida de um certo olhar em que havia uma luz de malícia, uma espécie de insinuação, um longínquo toque de desafio. Sua voz era mais lenta que das outras

vezes; não sou completamente ignorante em psicologia feminina, e antes dela abrir a boca eu já tinha a certeza de que se tratava de uma palavra decisiva

— Is it an ash-tray?

Uma grande alegria me inundou a alma. Em primeiro lugar porque eu sei o que é um ash-tray: um ash-tray é um cinzeiro. Em segundo lugar porque, fitando o objeto que ela me apresentava, notei uma extraordinária semelhança entre ele e um ash-tray. Era um objeto de louça de forma oval, com cerca de 13 centímetros de comprimento.

As bordas eram da altura aproximada de um centímetro, e nelas havia reentrâncias curvas — duas ou três — na parte superior. Na depressão central, uma espécie de bacia delimitada por essas bordas, havia um pequeno pedaço de cigarro fumado (uma bagana) e, aqui e ali, cinzas esparsas, além de um palito de fósforos já riscado. Respondi:

— Yes!

O que sucedeu então foi indescritível. A boa senhora teve o rosto completamente iluminado por onda de alegria; os olhos brilhavam — vitória! vitória! — e um largo sorriso desabrochou rapidamente nos lábios havia pouco franzidos pela meditação triste e inquieta. Ergueu-se um pouco da cadeira e não se pôde impedir de estender o braço e me bater no ombro, ao mesmo tempo que exclamava, muito excitada

— Verywell! Verywell!

Sou um homem de natural tímido, e ainda mais no lidar com mulheres. A efusão com que ela festejava minha vitória me perturbou; tive um susto, senti vergonha e muito orgulho.

Retirei-me imensamente satisfeito daquela primeira aula; andei na rua com passo firme e ao ver, na vitrine de uma loja, alguns belos cachimbos ingleses, tive mesmo a tentação de comprar um. Certamente teria entabulado uma longa conversação com o embaixador britânico, se o encontrasse naquele momento. Eu tiraria o cachimbo da boca e lhe diria:

— It's not na ash-tray!

E ele na certa ficaria muito satisfeito por ver que eu sabia falar inglês, pois deve ser sempre agradável a um embaixador ver que sua língua natal começa a ser versada pelas pessoas de boa-fé do país junto a cujo governo é

acreditado.

ANÁLISE

Ao analisar a crônica, é importante observar obviamente três pontos de referência para a plena ordenação dos fatos e ideias que constituem o conteúdo do discurso. O primeiro é o aqui e agora, na fala do enunciador. No caso da crônica “*Aula de Inglês*” é o aluno. É salutar saber que esse ponto de referência está presente em todos os discursos, ou seja, é um marco temporal, um ponto de referência básico para todos e quaisquer enunciados.

Em “*Aula de Inglês*” estão bem caracterizados o mundo narrado e o mundo comentado. Comentar e narrar são dois tipos de atitude comunicativa e cada língua possui tempos verbais apropriados para expressá-los.

O texto em análise faz uma crítica ao famoso “método Berlitz”, de ensino de línguas através de perguntas e respostas. A professora pergunta em inglês, ao aluno (o narrador), se determinado objeto é um elefante. Ele analisa cuidadosamente e responde que não. Então, ela pergunta se é um livro; de imediato o narrador também responde que não. Pergunta-lhe se é um *handkerchief* (lenço), palavra que o aluno não conhece, mas acha antipática e responde que não. Por último pergunta-lhe se é um cinzeiro (*ash-tray*), e o aluno responde de forma positiva. A reação eufórica da professora faz com que o narrador saia de sua primeira aula muito feliz e satisfeito. Sua satisfação é tão grande que pensa em comprar um cachimbo inglês e, imagina se encontrasse o embaixador britânico, iria “entabular uma longa conversação”, em que diria que o cachimbo não é um “*ash-tray*”.

Nos trechos abaixo a presença das formas verbais do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo predomina no texto, indicando, portanto, que se trata de um relato.

Vejamos que a narrativa está estruturada da perspectiva do passado, cujo narrador-personagem relata os fatos ocorridos durante uma aula de inglês, cujo objetivo é verificar se o aluno sabe nomear, na língua estrangeira, no caso o inglês, alguns objetos que são apresentados a ele pela professora. Para tanto, o narrador coloca-se na perspectiva do passado, cujo ME é o presente do aluno, haja vista que

ele conta o fato e o PR é passado, não coincidindo, portanto, o ME com o PR. Os trechos seguintes são exemplos dessa afirmação.

Minha tendência imediata *foi* responder que não; mas a gente não deve se deixar levar pelo primeiro impulso. Um rápido olhar que *lancei* à professora *bastou* para ver que ela *falava* com seriedade, e *tinha* o ar de quem propõe um grave problema. Em vista disso, *examinei* com a maior atenção o objeto que ela me *apresentava*.

Ela *soltou* um pequeno suspiro, satisfeita: Imediatamente *perguntou*: “Sorri da pergunta’ *Tive* o prazer de vê-la novamente satisfeita”(…).

Fiquei muito perturbado com essa pergunta.

Minhas palavras *soaram* alto, com certa violência, pois me *repugnava* admitir que aquilo ou qualquer outra coisa nos meus arredores pudesse ser um handkerchief.

Ela então *voltou* a fazer uma pergunta. Desta vez, porém, a pergunta foi precedida de um certo olhar em que *havia* uma luz de malícia, uma espécie de insinuação, um longínquo toque de desafio.

O que *sucedeu* então *foi* indescritível. A boa senhora *teve* o rosto completamente iluminado por uma onda de alegria; os olhos *brilhavam* — vitória! vitória! — e um largo sorriso *desabrochou* rapidamente nos lábios *havia* pouco franzidos pela meditação triste e inquieta. *Ergueu-se* um pouco da cadeira e não se *pôde* impedir de estender o braço e me bater no ombro, ao mesmo tempo que exclamava, muito excitada

Retirei-me imensamente satisfeito daquela primeira aula; *andei* na rua com passo firme e ao ver, na vitrine de uma loja, alguns belos cachimbos ingleses, *tive* mesmo a tentação de comprar um. (BRAGA, 1979, p.37-38).

Conforme se vê nas formas verbais (*foi, lancei, bastou, falava, tinha, examinei, apresentava, soltou, perguntou, sorri, tive, fiquei, soaram, repugnava, voltou, havia, sucedeu, foi, teve, brilhavam, desabrochou, ergueu-se, pôde, retirei-me, andei, tive*), o conjunto das ações narradas situa-se em um intervalo de tempo anterior ao momento do ato enunciativo, o da escrita. Essa temporalidade é subsidiariamente reforçada pelos pronomes demonstrativos da ordem do *passado* – *aquilo, aquela, daquela* – *aquilo* quando o narrador se refere ao elefante e quando a professora pergunta ao aluno se *aquilo* é um livro; *aquela* quando o aluno se refere à professora; *daquela* quando o narrador se refere à satisfação que teve da primeira aula de inglês. Vejamos os seguintes trechos:

Refletindo nisso, lembrei-me de averiguar se *aquilo* tinha quatro patas (...). *Aquilo* não era um livro, e mesmo supondo que houvesse livros encadernados em louça, *aquilo* não seria um deles (...); *Aquela* mulher era um desses espíritos insaciáveis (...); Minhas palavras soaram alto, com certa violência, pois me repugnava admitir que *aquilo* ou qualquer outra coisa nos meus arredores pudesse ser um handkerchief. Retirei-me imensamente satisfeito *daquela* primeira aula (...). (BRAGA, 1979, p.37).

Observa-se, também, que o relato se constitui de trechos mesclados de reflexões ou comentários do narrador, os quais, segundo Weinrich (1964), fazem parte do mundo comentado e são expressos no caso, “Aula de Inglês”, por verbos no *presente do indicativo* – *deve, tenho, sou, conheço* – como:

(...) mas a gente não deve se deixar levar pelo primeiro impulso (...).
 (...) não *sou* completamente ignorante em psicologia feminina (...)
Sou um homem de natural tímido, e ainda mais no lidar com mulheres.
 (...) *tenho* vivido uma parte de minha vida no meio de livros, *conheço* livros, lido com livros, *sou* capaz de distinguir um livro a primeira vista no meio de quaisquer outros objetos, sejam eles garrafas, tijolos ou cerejas maduras. (BRAGA, 1979, p.37).

Vemos que no trecho abaixo o narrador formula *hipóteses* para tirar conclusões a respeito do que poderia ser um *handkerchief*. Para isso, usa as formas verbais no *futuro do pretérito* e do *pretérito imperfeito do subjuntivo*.

Para dizer a verdade, não sabia o que *poderia* ser um handkerchief; talvez fosse hipoteca... Não, hipoteca não. Por que *haveria* de ser hipoteca? Handkerchief! Era uma palavra sem a menor sombra de dúvida antipática; talvez fosse chefe de serviço ou relógio de pulso ou ainda, e muito provavelmente, enxaqueca. *Fosse* como *fosse*, respondi impávido: (BRAGA, 1979, p.37).

Observamos também que no texto há a presença do *discurso direto*, que, segundo Azeredo (2010), é a forma de enunciar praticada pelos próprios personagens, na forma de diálogos, na cena comunicativa. Comprovamos com as passagens em que a professora faz as perguntas em inglês e o aluno responde. Vejamos que no trecho a seguir há a presença da forma verbal no presente do indicativo: “— *Is this na elephant?*” — *No, it'snot!* — *Is it a book?* — *No, it'snot!* — *mas só por alguns segundos.* — *Is it a handkerchief?* — *Is it an ash-tray?* — *Yes!* — *vitória! vitória!* — *Very well! Very well!*

Temos também nas passagens abaixo o procedimento conhecido como *discurso indireto* que ocorre quando o narrador utiliza suas próprias palavras para reproduzir a fala de um personagem, ou seja, o narrador passa a ser portador da fala e dos pensamentos das personagens, como na passagem - *Imediatamente perguntou*-. As palavras segundo Azeredo (2010), efetivamente empregadas pelo personagem podem aparecer no texto do narrador precedidas por verbos como *dizer, perguntar, responder, ponderar* etc., chamados ‘verbos *dicendi*’ (*dicendi* = de

dizer). Nesse caso, se o narrador relata os fatos da perspectiva do passado, é no tempo passado que são retextualizadas as formas empregadas pelos personagens.

Temos também a presença do *discurso indireto livre*, que ocorre quando a fala interior do personagem (sentimentos, emoções, ideias e reflexões) insere-se no meio da fala do narrador de forma sutil, causando certa confusão em relação a quem está se pronunciando (se é o narrador ou a personagem), mas sem as marcas formais do discurso indireto. Vejamos a seguir: “Para dizer a verdade, não sabia o que poderia ser um handkerchief; talvez fosse hipoteca... Não, hipoteca não. *Por que haveria de ser hipoteca? Handkerchief!*”

No final do texto o narrador expressa a satisfação da primeira aula e diz que se encontrasse o embaixador britânico travaria uma longa conversação com ele. Vejamos que as formas verbais – *encontrasse, tiraria, diria, ficaria* - estão no futuro do pretérito do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo, denotando ideia de posterioridade ao ponto de referência passado.

Certamente *teria* entabulado uma longa conversação com o embaixador britânico, se o *encontrasse* naquele momento. Eu *tiraria* o cachimbo da boca e lhe *diria*:... (...).
E ele na certa *ficaria* muito satisfeito por ver que eu sabia falar inglês (...).
(BRAGA, 1979, p.38).

Enfim, vimos que o texto é constituído caracteristicamente, nos termos de Weinrich (1964), pelas formas do mundo narrado, já que se trata do relato de um episódio, mas ao relato se mesclam, como ocorre sempre nas crônicas de Rubem Braga, reflexões e comentários do narrador, devidamente expressas por meio de formas do mundo comentado.

3.5 Homem no Mar

Homem no Mar
<i>Rubem Braga</i>
De minha varanda vejo, entre árvores e telhados, o mar. Não há ninguém na praia, que resplende ao sol. O vento é nordeste, e vai tangendo, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que marcham alguns segundos e morrem,

como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda é verde.

Mas percebo um movimento em um ponto do mar; é um homem nadando. Ele nada a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; nada a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que nascem e somem parecem ir mais depressa do que ele. Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda sua substância é água e vento e luz, e o homem tem sua carne, seus ossos, seu coração, todo seu corpo a transportar na água.

Ele usa os músculos com uma calma energia; avança. Certamente não suspeita de que um desconhecido o vê, e o admira porque ele está nadando na praia deserta. Não sei de onde vem essa admiração, mas encontro nesse homem uma nobreza calma, sinto-me solidário com ele, acompanho o seu esforço solitário como se ele estivesse cumprindo uma bela missão. Já nadou em minha presença uns trezentos metros; antes, não sei; duas vezes o perdi de vista, quando ele passou atrás das árvores, mas esperei com toda confiança que reaparecesse sua cabeça, e o movimento alternado de seus braços. Mais uns cinquenta metros, e o perderei de vista, pois o telhado o esconderá. Que ele nade bem esses cinquenta ou sessenta metros; isto me parece importante; é preciso que conserve a mesma batida de sua braçada, e que eu o veja desaparecer assim como o vi aparecer, no mesmo rumo, no mesmo ritmo, forte, lento, sereno. Será perfeito; a imagem desse homem me faz bem.

É apenas a imagem de um homem, e eu não poderia saber sua idade, nem sua cor, nem os traços de sua cara. Estou solidário com ele, e espero que ele esteja comigo. Que ele atinja o telhado vermelho, e então eu poderei sair da varanda tranquilo, pensando – “vi um homem sozinho, nadando no mar; quando o vi ele já estava nadando; acompanhei-o com atenção durante todo o tempo, e testemunho que ele nadou sempre com firmeza e correção; esperei que ele atingisse um telhado vermelho, e ele o atingiu.”

Agora não sou mais responsável por ele; cumpri o meu dever, e ele cumpriu o seu. Admiro-o. Não consigo saber em que reside, para mim, a grandeza de sua tarefa; ele não estava fazendo nenhum gesto a favor de alguém, nem construindo algo de útil. Mas certamente fazia uma coisa bela, e a fazia de um modo puro e viril.

Não desço para ir esperá-lo na praia e lhe apertar a mão; mas dou meu

silencioso apoio, minha atenção e minha estima a esse desconhecido, a esse nobre animal, a esse homem, a esse correto irmão.

ANÁLISE

Ao analisar as crônicas “*Quem sabe Deus está ouvindo*”, “*A que partiu*” e “*A Secretária*”, percebe-se que são narrações constituídas predominantemente por formas verbais no passado, distribuídas conforme o que Weinrich chama mundo narrado. Algumas formas integram um segundo plano, o do mundo comentado, ainda segundo Weinrich, com a função, não de marcar o tempo cronológico, mas de cientificar o ouvinte (leitor) quanto à situação comunicativa.

Em “Homem no mar”, é possível se dizer que as funções verbais expressas no texto exprimem fatos que se desenvolvem no momento em que se situa o enunciador, ou seja, o presente do falante, representado por advérbios relativos ao *aqui/agora* da enunciação. Neste texto, predomina a coincidência entre momento da enunciação (presente), ponto de referência (presente) e intervalo de tempo (presente).

Vejamos os seguintes trechos:

De minha varanda *vejo*, entre árvores e telhados, o mar. Não **há** ninguém na praia, que *resplende* ao sol. O vento *é* nordeste, e *vai tangendo*, aqui e ali, no belo azul das águas, pequenas espumas que *marcham* alguns segundos e *morrem*, como bichos alegres e humildes; perto da terra a onda *é* verde. (BRAGA, 1979, p.177).

Nesse parágrafo, o narrador é observador do espaço que o cerca e do que ocorre nesse cenário. As formas verbais (*vejo, há, resplende, é, marcham, morrem*) revelam relativa estaticidade das coisas observadas pelo narrador, que se detém nos aspectos do cenário capazes que montar um quadro harmonioso. Essas formas verbais estão no presente do indicativo, coincidindo com o PR presente e o intervalo de tempo – IT – contemporâneo ao momento em o enunciador assume o discurso.

Observemos que nesse trecho aparece uma única forma verbal distinta das outras, *vai tangendo*, formada pelo auxiliar *ir* + *gerúndio* – cujo objetivo, quanto à variação aspectual, é mostrar que se trata de um processo não *concluído*,

progressivo. Refere-se à forma como o vento está se comportando no mar, lentamente.

A partir do segundo parágrafo é que a narrativa propriamente dita se inicia.

Mas *percebo* um movimento em um ponto do mar; é um homem *nadando*. Ele *nada* a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; *nada* a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que *nascem e somem, parecem* ir mais depressa do que ele”, o narrador relata a ação de um homem que nada no mar. (BRAGA, 1979, p.177).

As formas verbais (*percebo, é, nada, nascem, somem e parecem*) encontram-se no *presente do indicativo*, conforme já foi dito. Os fatos são, portanto, contemporâneos ao momento da narração, que, no caso, constitui também o ponto de referência.

Nesse mesmo trecho aparece a forma nominal no gerúndio (*nadando*), cujo processo, quanto à duração aspectual, é *não concluído, progressivo*. Isso se dá pela ação do homem que nada no mar.

Nesse mesmo trecho narrativo, o narrador faz comentários comparativos a respeito das espumas e do homem, ambos estão no mar e as formas verbais referentes a eles estão no presente do indicativo.

No terceiro parágrafo de “*Ele usa os músculos (...) até estivesse cumprindo uma bela missão*”, o narrador permanece exprimindo comentários a respeito do homem que nada no mar.

No mesmo parágrafo de “*Já nadou em minha*” até “*braços*”, o narrador emprega as formas verbais (*nadou, perdi, passou, esperei*) no passado para relatar as ações do homem que nada no mar. Este trecho é estritamente narrativo, com ações denotadas no *pretérito perfeito do indicativo*, portanto consumadas em relação ao PR presente, em que se dá o ato enunciativo.

Nesse mesmo trecho aparece a forma verbal *estivesse cumprindo*, que, embora se apresente no pretérito imperfeito, estabelece a simultaneidade, na mente do narrador, entre um fato hipotético e o momento da enunciação. Trata-se de um emprego metafórico do tempo, procedimento integrado ao mundo comentado, um julgamento sobre a importância do ato do personagem.

Observe-se o parágrafo seguinte:

Mais uns cinquenta metros, e o *perderei* de vista, pois um telhado o *esconderá*. Que ele *nade* bem esses cinquenta ou sessenta metros; isto me parece importante; é preciso que *consERVE* a mesma batida de sua braçada, e que eu o *veja desaparecer* assim como o *vi aparecer*, no mesmo rumo, no mesmo ritmo forte, lento, sereno. *Será* perfeito; a imagem desse homem me faz bem. (BRAGA, 1979, p.177).

As formas verbais (*perderei*, *esconderá* e *será*) são formas enunciativas no futuro com PR no presente e IT posterior em relação ao ato da narração. Esse tempo, segundo Weinrich (1964), integra os recursos de expressão do mundo comentado. Isso demonstra que o enunciador está comprometido com seus comentários e, como afirma esse estudioso, busca envolver o leitor/ouvinte no seu processo enunciativo e no seu modo de interpretar a situação.

Aproveitaremos as peculiaridades deste texto que agora analisamos para mencionar a semelhança entre as teorias de Weinrich – que opõe mundo da narração e mundo do comentário – e a Benveniste (1959-1966) – que distingue o plano da história e o plano do discurso. O primeiro, análogo ao conceito de mundo da narração, implica o desenvolvimento do relato sem a aparente participação do narrador; já o segundo é aquele em que o enunciador compartilha o tempo da enunciação com o leitor/ouvinte e é movido pela intenção de influenciá-lo.

O texto “*Homem no Mar*” reúne marcas de narração, mas o episódio relatado não chega a se organizar como um enredo; o personagem desenvolve uma ação única, que o narrador acompanha menos para reportar o que acontece do que para tecer reflexões sobre a dimensão ética dos atos mais simples de um ser humano. Nesse aspecto, este texto tem grande afinidade com outro que integra este corpus: O motorista do 8-100. No trecho abaixo, somente as duas ações do nadador (‘nada a uma certa distância’, ‘nada a favor das águas e do vento’) são puramente narrativas; ao mencionar as espumas, o narrador ainda menciona coisas que acontecem, mas o fato de usar o verbo ‘parecer’ revela um julgamento sobre o fato e prepara o comentário que vem em seguida:

Ele *nada* a uma certa distância da praia, em braçadas pausadas e fortes; *nada* a favor das águas e do vento, e as pequenas espumas que *nascem* e *somem parecem* ir mais depressa do que ele. (**Plano da história**) e, Justo: espumas são leves, não são feitas de nada, toda sua substância é água e vento e luz, e o homem *tem* sua carne, seus passos, seu coração, todo seu corpo a transportar na água. (**Plano do discurso**). (BRAGA, 1979, p.177).

O mundo narrado de Weinrich e o plano da história de Benveniste convergem no sentido de que ambos têm a função de possibilitar o relato de fatos reais ou fictícios sem a aparente interferência do narrador. Muitos textos têm esse perfil, como as lendas e as fábulas, se excluirmos a moral que as arremata. Alguns cronistas também praticam estórias curtas com esse perfil, mas não é este o caso de Rubem Braga, que constrói textos em que o fato relatado, e que pode ser objeto da narração, sempre figura como ponto de partida para considerações de ordem afetiva, estética, filosófica, social, política, moral, etc. Daí a extrema importância que assume em suas crônicas o componente a que Weinrich chama mundo comentado e que Benveniste relaciona ao tempo do discurso. No trecho abaixo:

Que ele *nade* bem esses cinquenta ou sessenta metros; isto me *parece* importante; é preciso que *conserve* a mesma batida de sua braçada, e que eu o *veja* desaparecer assim como o *vi* aparecer, no mesmo rumo, no mesmo ritmo forte, lento, sereno!. (BRAGA, 1979, p.177).

Encontramos várias formas verbais flexionadas no presente do subjuntivo: *nade*, *conserve*, *veja* e *esteja*. Em seus comentários, o narrador expressa desejo, vontade de que as ações do nadador coincidam com seus sentimentos. O presente do subjuntivo, no caso, posiciona as ações em um intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação.

Esta crônica tem uma singularidade no conjunto de nosso corpus. O autor insere no texto um resumo do episódio, a que ele se refere como algo que já não vê (sai da varanda), e de que guarda um distanciamento cronológico e afetivo. ‘Vejo’ dá lugar a ‘vi’, ‘nada’ dá lugar a ‘nadou’, ‘espero’ dá lugar a ‘esperei’, ‘atinja’ dá lugar a ‘atingisse’. Observe-se: “vi um homem sozinho, nadando no mar; quando o vi ele já estava nadando; acompanhei-o com atenção durante todo o tempo, e testemunho que ele nadou sempre com firmeza e correção; esperei que ele atingisse um telhado vermelho, e ele o atingiu.”

3.6 O Afogado

O Afogado

Rubem Braga

Não, não dá pé. Ele já se sente cansado, mas compreende que ainda precisa nadar um pouco. Dá cinco ou seis braçadas, e tem a impressão que não saiu do lugar. Pior: parece que está sendo arrastado para fora. Continua a dar braçadas, mas está exausto.

A força dos músculos esgotou-se; sua respiração está curta e opressiva. É preciso ter calma. Vira-se de barriga para cima e tenta se manter assim, sem exigir nenhum esforço dos braços doloridos. Mas sente que uma onda grande se aproxima. Mal tem tempo para se voltar e enfrentá-la. Por um segundo pensa que ela vai desabar sobre ele, e consegue dar duas braçadas em sua direção. Foi o necessário para não ser colhido pela arrebentação; é erguido, e depois levado pelo repuxo. Talvez pudesse tomar pé, ao menos por um instante, na depressão da onda que passou. Experimenta: não. Essa tentativa frustrada o irrita e cansa-o. Tem dificuldade de respirar, e vê que já vem outra onda. Seria melhor talvez mergulhar, deixar que ela passe por cima ou o carregue; mas não consegue controlar a respiração e fatalmente engoliria água; com o choque perderia os sentidos. É outra vez suspenso pela água e novamente se deita de costas, na esperança de descansar um pouco os músculos e regular a respiração; mas vem outra onda imensa. Os braços negam-se a qualquer esforço; agita as pernas para se manter na superfície e ainda uma vez consegue escapar à arrebentação.

Está cada vez mais longe da praia, e alguma coisa o assusta: é um grito que ele mesmo deu sem querer e parou no meio, como se o principal perigo fosse gritar. Tem medo de engolir água, mas tem medo principalmente daquele seu próprio grito rouco e interrompido. Pensa rapidamente que, se não for socorrido, morrerá; que, apesar da praia estar cheia nessa manhã de sábado, o banhista da Prefeitura já deve ter ido embora; o horário agora é de morrer, e não de ser salvo. Olha a praia e as pedras; vê muitos rapazes e moças, tem a impressão de que alguns o olham com indiferença. Terão ouvido seu grito? A imagem que retém melhor é a de um rapazinho que, sentado na pedra, procura tirar algum espeto do pé.

A ideia de que precisará ser salvo incomoda-o muito; desagradá-lo violentamente, e resolve que de maneira alguma pedirá socorro; mesmo porque naquela aflição já acha que ele não chegaria a tempo. Pensa insistentemente isto: calma, é preciso ter calma. Não apenas para salvar-se, ao menos para morrer

direito, sem berraria nem escândalo. Passa outra onda, mais fraca; mas assim mesmo ela rebenta com estrondo. Resolve que é melhor ficar ali fora do que ser colhido por uma onda: com certeza, tendo perdido as forças, quebraria o pescoço jogado pela água no fundo. Sua respiração está intolerável, acha que o ar não chega a penetrar nos pulmões, vai só até a garganta e é expelido com aflição; tem uma dor nos ombros; sente-se completamente fraco.

Olha ainda para as pedras, e vê aquela gente confusamente; a água lhe bate nos olhos. Percebe, entretanto, que a água o está levando para o lado das pedras. Uma onda mais forte pode arremessá-lo contra o rochedo; mas, apesar de tudo, essa ideia lhe agrada. Sim, ele prefere ser lançado contra as pedras, ainda que se arrebente todo. Esforça-se na direção do lugar de onde saltou, mas acha longe demais; de súbito, reflete que à sua esquerda deve haver também uma ponta de pedras. Olha. Sente-se tonto e pensa: vou desmaiar. Subitamente, faz gestos desordenados e isso o assusta ainda mais; então reage e resolve, com uma espécie de frieza feroz, que não fará mais esses movimentos idiotas, haja o que houver; isso é pior do que tudo, essa epilepsia de afogado. Sente-se um animal vencido que vai morrer, mas está frio e disposto a lutar, mesmo sem qualquer força; lutar ao menos com a cabeça; não se deixará enlouquecer pelo medo.

Repara, então, que, realmente, está agora perto de uma pedra, coberta de mariscos negros e grandes. Pensa: é melhor que venha uma onda fraca; se vier uma muito forte, serei jogado ali, ficarei todo cortado, talvez bata com a cabeça na pedra ou não consiga me agarrar nela; e se não conseguir me agarrar da primeira vez, não terei mais nenhuma chance.

Sente, pelo puxão da água atrás de si, que uma onda vem, mas olha para trás. Muda de ideia; se não vier uma onda bem forte, não atingirá a pedra. Junta todos os restos de forças; a onda vem. Vê então que foi jogado sobre a pedra sem se ferir; talvez instintivamente tivesse usado sua experiência de menino, naquela praia onde passava as férias, e se acostumara a nadar até uma ilhota de pedra também coberta de mariscos. Vê que alguém, em uma pedra mais alta, lhe faz sinais nervosos para que saia dali, está em um lugar perigoso. Sim, sabe que está em um lugar perigoso, uma onda pode cobri-lo e arrastá-lo, mas o aviso o irrita; sabe um pouco melhor do que aquele sujeito o que é morrer e o que é salvar-se, e demora ainda um segundo para se erguer, sentindo um prazer extraordinário em

estar deitado na pedra, apesar do risco. Quando chega à praia e senta na areia está sem poder respirar, mas sente mais vivo do que antes o medo do perigo que passou.

"Gastei-me todo para salvar-me, pensa, meio tonto; não valho mais nada." Deita-se com a cabeça na areia e confusamente ouve a conversa de uma barraca perto, gente discutindo uma fita de cinema. Murmura, baixo, um palavrão para eles; sente-se superior a eles, uma idiota superioridade de quem não morreu, mas podia perfeitamente estar morto, e portanto nesse caso não teria a menor importância, seria até ridículo de seu ponto de vista tudo o que se pudesse discutir sobre uma fita de cinema. O mormaço lhe dá no corpo inteiro um infinito prazer.

ANÁLISE

Há entre esta curta narrativa e a crônica “Homem no mar” pontos de contato que tornam inevitável a comparação entre elas. Ambas relatam episódios ambientados no mar, apresentam um narrador observador e um personagem, e são construídas numa perspectiva dramática – em que coincidem o tempo da narração e o tempo do fato narrado. Todavia, para além desses traços comuns há um elenco de características que as distinguem profundamente. Considero que pelo menos três dessas características são particularmente relevantes para o tratamento da linguagem em “O afogado”: a) a proximidade entre o narrador e o personagem, b) a captação ostensiva do mundo interior do personagem e c) a função do mar como um antagonista.

Estas três características são, na verdade, facetas interdependentes da construção do sentido do texto. Enquanto em *Homem no mar* o espaço líquido e o nadador são aliados em um espetáculo de perfeição e celebração da vida, em *O afogado* esse mesmo espaço se apresenta como cenário do caos e da morte. Em ambos os textos o narrador é contagiado pelo que narra. Assim, enquanto a narrativa de *Homem no mar* é perpassada de serenidade, a de *O afogado* retrata, na superposição das vozes do narrador e do personagem, a tensão e a turbulência da cena tão presente e tão próxima.

Assim como “*Homem no Mar*”, a crônica “*O Afogado*” é uma narrativa que tem como ponto de referência (PR) o presente, indicado pelas formas verbais no

presente do indicativo, que coincide com o momento em que o enunciador expressa os fatos, ou seja, o momento em *que o enunciador relata o episódio da luta do homem no mar*, tem intervalo de tempo contemporâneo ao ponto de referência.

“O afogado” é um texto que tem como característica a dramaticidade de um flagrante. Um narrador onisciente conta a história, em 3ª pessoa, sobre um homem que com muito esforço consegue se salvar de morrer afogado, sem pedir ajuda para quem quer que seja. Quando vê que está salvo, porém esgotado, deita-se na areia da praia e se sente superior às pessoas que conversam sobre cinema numa barraca próxima dele - “uma idiota superioridade de quem não morreu, mas podia estar morto”.

O narrador conhece tudo sobre os personagens e sobre o enredo, sabe o que passa no íntimo das personagens, conhece suas emoções e pensamentos. A seguinte passagem comprova esta observação:

Tem medo de engolir água, mas tem medo principalmente daquele seu próprio grito rouco e interrompido.
 [...] Pensa insistentemente isto: *calma, é preciso ter calma*”; “Sente-se tonto e pensa: *vou desmaiar*,
 [...] *Gastei-me todo para salvar-me*, pensa, meio tonto; *não valho mais nada*.
 (BRAGA, 1979, p.136).

Vemos que, mesmo no momento mais difícil em que parece que a morte sairá vitoriosa, o homem mantém-se sistemático: fiel aos seus princípios, àquilo que considera ser o certo, mesmo sabendo que está prestes a morrer, prefere não fazer alardes com o que vai lhe acontecer.

Para tanto, serve-se da expressão modalizadora “é preciso”. É um ato de autoimposição de um dever de honra: ele se prepara para a sorte que o espera e, assim, torna-se digno de seu destino: “Pensa insistentemente isto: *calma, é preciso ter calma*. Não apenas para *salvar-se*, ao menos para *morrer* direito, sem berraria nem escândalo”.

Vemos nos trechos abaixo, que as formas verbais (*pudesse, seria, engoliria, perderia, morrerá, deve ter*) estão empregadas no pretérito imperfeito do subjuntivo, no futuro do pretérito e no futuro do presente do indicativo. Por meio delas o narrador formula hipóteses e tira conclusões a respeito da dúvida do homem que está se afogando quando fica em dúvida se mergulha ou não na hora que a onda passa. Pensa também que se não for socorrido, provavelmente morrerá. A

importância de tais formas verbais, que têm por ponto de referência o momento mesmo do fato, é inserir no relato o mundo interior do personagem captado pelo narrador em discurso indireto livre. É um trecho permeado por hipóteses:

Talvez *pudesse* tomar pé, ao menos por um instante, na depressão da onda que passou.

[...]

Seria melhor talvez mergulhar, deixar que ela passe por cima ou o carregue; mas não consegue controlar a respiração e fatalmente *engoliria* água; com o choque *perderia* os sentidos.

[...]

Pensa rapidamente que, se não for socorrido, *morrerá*; que, apesar da praia estar cheia nessa manhã de sábado, o banhista da Prefeitura já deve ter ido embora; horário agora é de morrer, e não de ser salvo. (BRAGA, 1979, p.135).

Vemos ainda no trecho abaixo que o narrador, por ser onisciente, é capaz de revelar as vozes interiores do homem que está se afogando, seu fluxo de consciência, revelado pelo *discurso indireto livre*. Assim, o enredo se torna plenamente conhecido, os antecedentes das ações, suas entrelinhas, seus pressupostos, seu futuro e suas consequências.

Comprovamos com as passagens em que o narrador, na voz do homem que se afoga, imagina que a ideia de alguém salvá-lo incomoda-o; para tanto, é necessário calma. Expressa, de forma hipotética, que se a onda for forte será jogado contra uma pedra e pode ser machucado ou se não conseguir nela se agarrar, não terá mais chance. Os trechos são compostos pelas formas verbais (*é preciso ter, venha, vier, serei, ficarei, bata, consiga conseguir, agarrar, terei*) no futuro do subjuntivo, no presente do subjuntivo, no futuro do presente do indicativo, indicando posterioridade ao momento da enunciação, ou seja, da fala do homem que se afoga.

Pensa insistentemente isto: *calma, é preciso ter calma*.

Pensa: *é melhor que venha uma onda fraca; se vier uma muito forte, serei jogado ali, ficarei todo cortado, talvez bata com a cabeça na pedra ou não consiga me agarrar nela; e se não conseguir me agarrar da primeira vez, não terei mais nenhuma chance*. (BRAGA, 1979, p.135).

Percebemos também que a fidelidade aos princípios revela um homem orgulhoso, que se acha superior a qualquer coisa que o rodeia, tanto que prefere morrer a pedir por socorro. As formas verbais predominantes estão no presente do indicativo (*vê, faz, está*), com ponto de referência no presente e intervalo de tempo

contemporâneo ao momento de enunciação do narrador. Há também a presença das formas verbais que denotam ocorrências potenciais graças ao uso do verbo modalizador ‘poder’ (*pode* cobrir, arrastar). Desse modo, deixa claro que tem consciência dos riscos que corre. Vejamos: “Vê que alguém, em uma pedra mais alta, lhe *faz* sinais nervosos para que saia dali; *está* em um lugar perigoso. Sim, *sabe* que *está* em um lugar perigoso, uma onda *pode* *cobri-lo* e *arrastá-lo*, mas o aviso o *irrita(...)*”.

No seguinte trecho, vemos que o homem que se afoga faz reflexões em relação à sua atitude de não pedir socorro e percebe que não vale a pena ter tamanha autossuficiência. Isso se comprova quando reconhece que não vale mais nada depois de tanto esforço para se salvar, ou seja, reconhece, mesmo que de forma implícita, que a pessoa não pode viver só, mas depende da solidariedade dos que a cercam. Para tanto, realiza uma autoavaliação e tira uma conclusão: "Gastei-me todo para salvar-me, pensa, meio tonto; não valho mais nada." (p.)

As formas verbais (é, ser salvo) do comentário “horário agora é de morrer, e não de *ser* salvo” no presente do indicativo e no infinitivo expressam uma ideia de conformismo do homem que se afoga.

Em “A ideia de que *precisará* ser salvo incomoda-o muito”, a forma verbal *precisará*, no futuro do presente, apresenta uma necessidade indesejada como algo distante, mas que, sendo possível, causa um desconforto presente: *incomoda-o*. O sentimento de autossuficiência ainda uma vez revela o orgulho do homem que se afoga e que não aceita ajuda de ninguém. Para amenizar essa imagem, o afogado se justifica com uma observação que lembra a raposa da fábula das uvas ([o socorro] *não chegaria a tempo*): A ideia de que *precisará* ser salvo incomoda-o muito; desagrada-lhe lentamente, e *resolve que de maneira alguma pedirá socorro; mesmo porque naquela aflição já acha que ele não chegaria a tempo*.

Enfim, percebemos que a narrativa é constituída por uma hábil combinação dos planos da história e do discurso, nos termos de Benveniste (1959-1966), ou, se preferirmos, graças à justaposição dos mundos da narração e do comentário, usando os termos de Weinrich (1964).

3.7 O Motorista do 8-100

O Motorista do 8-100

Rubem Braga

Tem o Correio da Manhã um repórter que faz, todo domingo, uma página inteira de tristezas. Vive montado em um velho carro, a que chama de "Gerico"; a palavra, hoje, parece que se escreve com "J"; de qual jeito (que sempre achei mais jeitoso quando se escrevia com "g") é um carro paciente e rústico, duro e invencível como um velho jumento. E tinha de sê-lo; pois sua missão é ir ver ruas esburacadas e outras misérias assim.

Pois esse colega foi convidado, outro dia, a ver uma coisa bela. Que estivesse pela manhã bem cedo junto ao edifício Brasília (o último da Avenida Rio Branco, perto do Obelisco) para assistir à coleta de lixo. Foi. Viu chegar o caminhão 8-100 da Limpeza Urbana, e saltarem os ajudantes, que se puseram a carregar e despejar as latas de lixo. Enquanto isso, que fazia o motorista? O mesmo de toda manhã. Pegava um espanador e um pedaço de flanela, e fazia o seu carro ficar rebrilhando de limpeza. Esse motorista é "um senhor já, estatura mediana, cheia de corpo claudicando da perna direita; não ficamos sabendo seu nome".

Não poupa o bom repórter elogios a esse humilde servidor municipal. E sua nota feita com certa emoção e muita justeza, mostra que, ele não apenas sabe reportar as coisas da rua como também as coisas da alma.

Cada um de nós tem, na memória da vida que vai sobrando, seu caminhão de lixo que só um dia despejaremos na escuridão da morte. É Grande parte do que vamos coletando pelas ruas tão desiguais da existência é apenas lixo; dentro dele é que levamos a joia de uma palavra preciosa, o diamante de um gesto puro.

É boa a lição que nos dá o velho motorista manco; e há, nessa lição, um alto e silencioso protesto. Não conheço este homem, nem sei que infância teve, que sonhos lhe encheram a cabeça de rapaz. Talvez na adolescência ele sucumbisse a uma tristeza sem remédio se uma cigana cruel lhe mostrasse um retrato de sua velhice: gordo, manco, a parar de porta em porta um caminhão de lixo. Talvez ele estremecesse da mais alegre esperança se uma cigana generosa e imprecisa lhe contasse: "Vejo-o guiando um grande carro na Avenida Rio Branco; para diante de

um edifício de luxo; o carro é novo, muito polido, reluzente...”

É costume dizer que a esperança é a última que morre. Nisto está uma das crueldades da vida; a esperança sobrevive à custa de mutilações. Vai minguando e secando devagar, se despedindo dos pedaços de si mesma, se apequenando e empobrecendo, e no fim é tão mesquinha e despojada que se reduz ao mais elementar instinto de sobrevivência. O homem se revolta jogando sua esperança para além da barreira escura da morte, no reino luminoso que uma crença lhe promete, ou enfrenta, calado e só, a ruína de si mesmo, até o minuto em que deixa de esperar mais um instante de vida e espera como o bem supremo o sossego da morte. Depois de certas agonias a feição do morto parece dizer: “enfim veio; enfim, desta vez não me enganaram”.

Esse motorista, que limpa seu caminhão, não é um conformado, é o herói silencioso que lança um protesto superior. A vida o obrigou a catar lixo e imundície; ele aceita a sua missão, mas a supera com esse protesto de beleza e de dignidade. Muitos recebem com a mão suja os bens mais excitantes e tentadores da vida; e as flores que vão colhendo no jardim de uma existência fácil logo têm, presas em seus dedos frios, uma sutil tristeza e corrupção, que as desmerece e avilta. O motorista do caminhão 8-100 parece dizer aos homens da cidade: “O lixo é vosso; meus são estes metais que brilham, meus são estes vidros que esplendem, minha é esta consciência limpa”.

ANÁLISE

O texto “*O Motorista do 8-100*” caracteriza-se por ser um texto constituído pela combinação de narração e reflexão. Estes dois processos de construção - o mundo narrado e o mundo comentado - dialogam com maior densidade e riqueza, pois o cronista parte de um episódio rotineiro e aparentemente banal - a coleta de lixo - para um mergulho interior.

Há nessa parte, que ocupa o maior trecho da crônica (certa de 80 %) e supera os aspectos por assim dizer narrativos - que se limitam ao início da crônica - uma expressão de desencanto suavizado pelo retrato lírico da situação e pela reflexão sociológica e de denúncia ética, da qual se extrai uma bela lição: o lixo não é somente um produto do estilo burguês de vida dos ricos; de certo modo, o lixo é

um produto da riqueza, os ricos são os maiores produtores do lixo que degrada a vida; aquele servidor, um homem pobre e manco, se liga à vida por um comportamento que revela o quanto ele estima o asseio e a beleza, ainda que num gesto simples de fazer brilhar a lataria de um caminhão.

O texto é constituído de reflexões do cronista, que através de várias vozes expressa sentimentos de angústia, de denúncia, de tristeza devido aos atos que determinadas pessoas cometem ao longo de sua existência.

Vemos que no quarto parágrafo são expressas as formas verbais no presente do indicativo, que tem como ponto de referência o presente e cujo intervalo de tempo é contemporâneo à voz do cronista, que ao mesmo tempo em que denuncia, reflete sobre o que se leva na memória, ou seja, o peso da “bagagem” que cada pessoa carrega na memória ao longo de sua existência, tais como as mazelas, as tristezas, as decepções, frustrações, as desigualdades e injustiças sociais, as decepções que vão se acumulando na memória da vida, restando apenas uma palavra de consolo, de amizade, de uma palavra amiga de esperança de dias melhores para amenizar os sofrimentos que a vida prega. Vejamos o trecho abaixo:

Cada um de nós *tem*, na memória da vida que vai sobrando, seu caminhão de lixo que só um dia despejaremos na escuridão da morte. E Grande parte do que *vamos* coletando pelas ruas tão desiguais da existência é apenas lixo; dentro dele é que *levamos* a joia de uma palavra preciosa, o diamante de um gesto puro. (BRAGA, 1979, p.116).

No quinto parágrafo, o narrador imagina as profecias de duas ciganas e insere o contraponto de dois pontos de vista sobre o mesmo fato. Os tempos verbais (*sucumbisse, mostrasse, estremecesse, contasse*) no pretérito imperfeito do subjuntivo dão conta da visão pessimista da cigana má, que prediz para o motorista um futuro de desilusão e derrota. Porém, por meio do discurso indireto livre o cronista expressa a voz da *boa cigana* para predizer, de forma amena, o futuro do motorista, suavizando-o, deixando assim, pelo menos, com uma expectativa de dias melhores. Vejamos:

Talvez na adolescência ele sucumbisse a uma tristeza sem remédio se uma cigana cruel lhe mostrasse um retrato de sua velhice: gordo, manco, a parar de porta em porta um caminhão de lixo. Talvez ele estremecesse da mais alegre esperança se uma cigana generosa e imprecisa lhe contasse. “Vejo-o guiando um grande carro na Avenida Rio Branco; para diante de um

edifício de luxo; o carro é novo, muito polido, reluzente[...] (BRAGA, 1979, p.116-117).

No trecho abaixo, as formas verbais (*é, morre, está sobrevive, revolta, promete, deixa, espera e parece*), no presente do indicativo expressam ações no presente e as formas nominais (*minguando, secando, despedindo, apequenando e empobrecendo*) exprimem ações em curso. Ambos por meio do senso comum dão conta das reflexões, das ponderações expressas pelo cronista quando diz que muitas vezes a pessoa tem que se apegar a algo para amenizar o sofrimento, para poder sobreviver, mesmo sabendo que provavelmente não conseguirá realizar seus sonhos, seus anseios, suas esperanças, porém, não desiste, ilude-se até o último instante de sua vida que finda com a morte, que é a única certeza que se tem na vida, que não falha e não engana. Comprovamos com o seguinte trecho.

É costume dizer que a esperança é a última que morre. Nisto está uma das crueldades da vida; a esperança sobrevive à custa de mutilações. Vai minguando e secando devagar, se despedindo dos pedaços de si mesma, se apequenando e empobrecendo, e no fim é tão mesquinha e despojada que se reduz ao mais elementar instinto de sobrevivência. O homem se revolta jogando sua esperança para além da barreira escura da morte, no reino luminoso que uma crença lhe promete, ou enfrenta, calado e só, a ruína de si mesmo, até o minuto em que deixa de esperar mais um instante de vida e espera como o bem supremo o sossego da morte. Depois de certas agonias a feição do morto parece dizer: "enfim veio; enfim, desta vez não me enganaram". (BRAGA, 1979, p.117).

As formas verbais (*veio, enganaram*) no trecho acima, em "enfim *veio*; enfim, desta vez não me *enganaram*" expressam a voz do senso comum mesclada à do cronista: o sofrimento, a ilusão, a esperança se findam com a morte, dando uma sensação de alívio e de que não há nada mais para esperar.

Vejamos abaixo também que o enunciador emprega as formas verbais no presente do indicativo para emitir reflexões a respeito dos sentimentos do motorista, a quem o narrador simula dar voz para protestar sobre o que fazem certas pessoas que estão no poder, que ganham a vida de forma ilícita, levando dentro de si um caminhão de lixo, lixo da corrupção, lixo da enganação, lixo das falsas promessas, enfim, lixo de si próprias. Enfim, a pobreza e a simplicidade deixam aquele homem no anonimato, porque, para a burguesia que produz o lixo que ele remove, ele não passa de um serviçal sem individualidade, sem identidade. Outro é, porém, o ponto de vista do cronista, que flagra no ato aparentemente gratuito de lustrar o caminhão

de lixo um gesto de pureza de quem tem mãos e consciência limpas. O gesto do motorista é simples, mas exemplarmente singular graças ao contraste entre a aparência do carro e a carga que lhe compete transportar. Tais reflexões é que constituem, afinal, o foco da crônica e integram-se ao texto pelo expediente do comentário, expresso em formas de tempo presente.

Esse motorista, que *limpa* seu caminhão, não é um conformado, é o herói silencioso que *lança* um protesto superior. A vida o obrigou a catar lixo e imundície; ele *aceita* a sua missão, mas a *supera* com esse protesto de beleza e de dignidade. Muitos *recebem* com a mão suja os bens mais excitantes e tentadores da vida; e as flores que vão colhendo no jardim de uma existência fácil logo *têm*, presas em seus dedos frios, uma sutil tristeza e corrupção, que as *desmerece* e avilta. O motorista do caminhão 8-100 parece dizer aos homens da cidade: “O lixo é vosso; meus são estes metais que *brilham*, meus são estes vidros que *esplendem*, minha é esta consciência limpa.” (BRAGA, 1979, p.117).

Enfim, conforme já mencionado, o texto apresenta sua maior parte constituída por reflexões do narrador, que denuncia a futilidade de uma sociedade que faz da posse e do consumo de bens materiais o sentido da vida. Para o cronista, esses bens cedo ou tarde passarão a ser lixo, que um caminhão transportará e a que dará o destino de qualquer coisa sem valor. O contraponto ao lixo é a atitude de quem, levando uma vida simples, como um simples motorista de um caminhão de lixo, tem a consciência limpa, leva uma vida digna, em que a pureza do caráter prevalece sobre todos os outros valores.

3.8 Queda do Iguaçu

Queda do Iguaçu
<i>Rubem Braga</i>
<p>Chegamos, e então aquilo tudo está acontecendo de maneira urgente, o mato, a água, as pedras, o ar. Aquilo está havendo naquele momento, como o movimento de um grande animal bruto e branco morrendo, cheio, de uma espantosa vida desencadeada, numa agonia monstruosa, eterna, chorando, clamando. E até onde a vista alcança, num semicírculo imenso, há montes de água estrondando nesse cantochão, árvores tremendo, ilhas dependuradas, insanas, se tocando de arco-íris, nuvens voando para cima como o espírito das águas</p>

trucidadas remontando para o sol, fugindo à torrente estreita e funda onde todas essas cachoeiras juntam absurdamente suas águas esmagadas, ferventes, num atropelo de espumas entre dois muros altíssimos de rocha.

E na terra em que pisamos junto ao abismo, a cara molhada, os pequenos bichos-do-mato se movem num perpétuo susto como se nosso movimento fosse uma traição acobertada pelo estrondo dessa catedral caindo absurda para as nuvens de vapor e espuma com toda uma orquestra de órgãos estrondando. Um avião passeia sobre as cataratas, mas ele ronda alto, como se tivesse medo de ser tragado pela respiração do monstro de água vibrando no ar. Do lado argentino, uma longa ponte e um sábio caminho entre a floresta nos leva à intimidade de muitos saltos num passeio maravilhoso que é um equilíbrio entre o idílio e o trágico, entre o mais suave segredo do mato e da água, o mais tímido murmúrio nas pedras e o grande estrondo da massa se precipitando no ar.

Um bando de papagaios passa para um lado, gritando; como em resposta vem depois, da mata escura, um bando de tucanos que, ao pousar parecem estudar o equilíbrio entre o corpo e os grandes bicos coloridos. As borboletas invadem os caminhos e picadas, bandos e mais bandos, amarelas, vermelhas, azuis, com todos os caprichos do desenho e da cor avançando no seu voo desarrumado e trêmulo, como flores tontas caídas da floresta sobre os caminhos úmidos.

Não, não há o que escrever sobre as quedas do Iguaçu; seria preciso viver longamente aqui, nesse mato alto, entre cobras, veados, antas e onças, em volta desse estrondo - e vir, nas manhãs e nas noites, vagar entre as nuvens e a espuma, a um canto do abismo fundo, com terror, com unção.

ANÁLISE

A tradição gramatical distingue as formas finitas e as formas infinitas do verbo: as primeiras se flexionam para exprimir o presente, o passado e o futuro (ex.: nasce / nascia / nascerá); as últimas se chamam infinitas porque não expressam um tempo determinado. São elas o *infinitivo* – que representa o fato como algo virtual ou potencial (ex.: nascer) –, o *particípio* – que representa o fato expresso como concluído ou consumado (ex.: nascido) –, e o *gerúndio* – que expressa o fato já em

processo e ainda não consumado (ex.: nascendo). Estas três formas, também são conhecidas como “formas nominais do verbo”, devido à equivalência sintáticas delas com o substantivo, o adjetivo e o advérbio, respectivamente.

Por expressar o fato no seu desenrolar, independentemente da época em que acontece, o gerúndio é, antes de tudo, uma forma que capta o acontecimento na sua progressão. Podemos dizer que o gerúndio se opõe ao particípio da mesma forma que o pretérito imperfeito se opõe ao pretérito perfeito, isto é: ação incompleta (gerúndio / pret. imperfeito) versus ação completa (particípio / pret. perfeito). Esta diferença constitui a categoria do aspecto – que diz respeito à estrutura interna de um processo, seu desdobramento no tempo – naturalmente distinta da própria categoria do tempo – que serve para situar um processo em época anterior, simultânea ou posterior ao da fala ou da escrita.

O texto “*Queda do Iguaçu*” caracteriza-se pela recorrência da forma nominal do gerúndio, que expressa ações em curso. O emprego abundante de gerúndios no texto traduz três noções integradas: duração, continuidade e simultaneidade. Há um mundo de águas, de cores, de vegetação, de fauna que convivem e se misturam num espetáculo de sensações que parecem desafiar o poder de apreensão da linguagem em sua feição corrente e cobram do enunciador arranjos sintáticos improvisados, fruto da intuição mais que do raciocínio.

No último parágrafo, depois de ver toda a beleza e sentir todas as sensações, o enunciador expressa que “*não há o que escrever sobre as quedas do Iguaçu*”. É como se ele estivesse reconhecendo que a linguagem das palavras não é suficiente para retratar o que se passa e que só pode ser integralmente vivenciado, experimentado em toda a plenitude e profundidade, com o corpo: a pele, os ouvidos, os olhos e o coração. Ciente das limitações do uso convencional das palavras, o narrador busca uma expressão em que seus sons e formas, assim como suas combinações menos comuns e até surpreendentes, sejam capazes de sugerir as experiências sensoriais do corpo.

Isso significa que tudo o que vê, ouve e sente ainda é pouco para retratar tanta beleza, tanto prazer.

Ao chegar à cachoeira, o enunciador tem percepção de que tudo que está à sua volta acontece ao mesmo tempo e em um constante movimento, produzindo-lhe um efeito de deslumbramento e êxtase. Tudo isso é captado pelo narrador no exato instante em que chega à cachoeira e vê, escuta e sente todo o esplendor das

águas, do mato, das pedras, das ilhas dependuradas, das nuvens, os bichos-do-mato, avião, papagaios, tucanos, das borboletas e de tudo que acontece à sua volta; tudo naquele lugar passa com velocidade, tudo é rápido, tudo é efêmero, enfim, tudo é momentâneo, por isso a importância de não perder tempo, de estar atento a tudo que vê, sente e escuta. Vejamos o que segue:

“Não, não há o que escrever sobre as quedas do Iguaçu; seria preciso viver longamente aqui, nesse *mato alto, entre cobras, veados, antas e onças*, em volta desse *estrondo* - e vir, nas manhãs e nas noites, vagar entre as *nuvens* e a *espuma*, a um canto do abismo fundo, com terror, com unção”. “Chegamos e aquilo tudo está acontecendo de maneira urgente, *o mato, a água, as pedras, o ar (...)*, “E até onde a vista alcança, *num semicírculo imenso, há montes de água estrondando, árvores tremendo, ilhas dependuradas, insanas, se tocando de arco-íris, nuvens voando para cima(...)*”. “(...) *E na terra em que pisamos junto ao abismo, a cara molhada, os pequenos bichos-do-mato se movem num perpétuo susto como se nosso movimento fosse uma traição acobertada pelo estrondo dessa catedral caindo absurda para as nuvens de vapor e espuma com toda uma orquestra de órgãos estrondando*”. “*Um avião passeia sobre as cataratas. Um bando de papagaios passa para um lado, gritando; como em resposta vem depois, da mata escura, um bando de tucanos que, ao pousar parecem estudar o equilíbrio entre o corpo e os grandes bicos coloridos*”. “*As borboletas invadem os caminhos e picadas, bandos e mais bandos, amarelas, vermelhas, azuis, com todos os caprichos do desenho e da cor avançando no seu voo desarrumado e trêmulo, como flores tontas caídas da floresta sobre os caminhos úmidos*”. “Do lado argentino, uma longa ponte e um sábio caminho entre a floresta nos leva à intimidade de muitos saltos”. (BRAGA, 1979, p.141).

O narrador tem uma grande percepção visual e auditiva. Note-se que ao longo do texto o substantivo *estrondo*, o verbo *estrondar* e a forma nominal no gerúndio *estrondando* é uma constante. Isso ocorre para dar ideia de que ao mesmo tempo em que o narrador experimenta sensações, vê o que se passa ao seu redor e ouve com grande satisfação. Escuta o grande barulho das águas caindo com toda força, com toda violência, com todo o maravilhoso barulho que lhe convém. Percebe-se em estrondo e estrondando, a presença de movimento constante, de um barulho pairado no ar, da velocidade e voracidade com que as águas resvalam, do reboliço, do próprio estrondo das águas se movimentando fazendo espumas no ar. Vejamos:

E até onde a vista alcança, num semicírculo imenso, há montes de água *estrondando* nesse cantochão (...). E na terra em que pisamos junto ao abismo, a cara molhada, os pequenos bichos-do-mato se movem num perpétuo susto como se nosso movimento fosse uma traição acobertada pelo *estrondo* dessa catedral caindo absurda para as nuvens de vapor e

espuma com toda uma orquestra de órgãos *estrondando*. (...) entre o mais suave segredo do mato e da água, o mais tímido murmúrio nas pedras e o grande *estrondo* da massa se precipitando no ar. (BRAGA, 1979, p.141).

O texto é constituído predominantemente de formas expressivas. Vejamos o trecho que fala das borboletas, da variedade de suas cores, dos seus movimentos. Nesse caso, a visão tem que estar atenta para a rapidez com que elas passam; do constante movimento. Assim, os adjetivos 'trêmulo' e 'tontas' expressam estados efêmeros, passageiros de algo que está em movimento.

As borboletas invadem os caminhos e picadas, bandos e mais bandos, amarelas, vermelhas, azuis, com todos os caprichos do desenho e da cor, avançando no seu voo desarrumado e trêmulo, como flores tontas caídas da floresta sobre os caminhos úmidos (BRAGA, 1979, p.141).

O texto é constituído por uma variedade de elementos linguísticos terminados em *-nte*, que concerne ao movimento, ao dinamismo da cena representada no discurso e se liga diretamente ao fato de que o texto é tipicamente descritivo e construído no presente. Logo, não há sequência de ações entrosadas como causa e efeito, não há enredo, mas apenas uma atmosfera de sensações simultâneas que o narrador 'finge' receber quase perdendo o fôlego e a capacidade de raciocinar. Vejamos:

Chegamos, e então aquilo tudo está acontecendo de maneira *urgente*, o mato, a água, as pedras, o ar. o espírito das águas trucidadas remontando para o sol, fugindo à torrente estreita e funda onde todas essas cachoeiras juntam *absurdamente* suas águas esmagadas, *ferventes*, num atropelo de espumas entre dois muros altíssimos de rocha (BRAGA, 1979, p.141).

Enfim, percebemos que em todo o texto há uma grande quantidade de ocorrências da forma nominal no gerúndio e, conforme já foi mencionado, o gerúndio faz parte de um conjunto de recursos que traduzem o fato em movimento e assim captado no exato instante em que o narrador, presente na cena, interpreta e relata suas sensações.

3.9 Procura-se

Procura-se
<i>Rubem Braga</i>
<p>Procura-se aflitivamente pelas igrejas e botequins, e no recesso dos lares e nas gavetas dos escritórios, procura-se insistente e melancolicamente, procura-se comovida e desesperadamente, e de todos os modos e com muitos outros advérbios de modo, procura-se junto a amigos judeus e árabes, e senhoras suspeitas e insuspeitas, sem distinção de credo nem de plástica, procura-se junto às estátuas e na areia da praia, e na noite de chuva e na manhã encharcada de luz, procura-se com as mãos, os olhos e o coração um pobre caderninho azul que tem escrita na capa a palavra “endereços” e dentro está todo sujo, rabiscado e velho.</p> <p>Pondera-se que tal caderninho não tem valor para nenhuma outra pessoa de boa-fé, a não ser seu desgraçado autor. Tem este autor publicado vários livros e enchido ou bem ou mal centenas de quilômetros de colunas de jornal e revista, porém sua única obra sincera e sentida é esse caderninho azul, escrito através de longos anos de aflições e esperanças, negócios urgentes e amores contrariadíssimos, embora seja forçoso confessar que há ali números de telefone que foram escritos em momentos em que um pé do cidadão pisava uma nuvem e outro uma estrela e os outros dois... - sim, meus concidadãos, trata-se de um quadrúpede. Eu sou um velho quadrúpede e de quatro joelhos no chão eu peço que me ajudeis a encontrar esse objeto perdido.</p> <p>Pois eis que não perdi um simples caderno, mas um velho sobrado de Florença e um pobre mocambo do Recife, um arcanjo de cabelos castanhos residente em Botafogo em 1943, um doce remorso paulista e o endereço do único homem honrado que sabe consertar palhinha de cadeira no Distrito Federal.</p> <p>O caderno é reconhecível para os estranhos mediante o desenho feito na folha branca do fim, representando Vênus de Milo em birome azul, cujo desenho foi feito pelo abaixo assinado no próprio Museu do Louvre, e nesse momento a deusa estremeceu. Haverá talvez um número de telefone rabiscado no torso da deusa, assim como na letra K há trechos de um poema para sempre inacabado escrito com letra particularmente ruim.</p> <p>Na segunda página da letra D há notas sobre vencimentos de humildes,</p>

porém nefandas dívidas bancárias e com uma letra que eu não digo começa o nome de meu bem, que é todo o mal de minha vida.

Procura-se um caderninho azul escrito a lápis e tinta e sangue, suor lagrimas, com setenta por cento de endereços caducos e cancelados e telefones retirados e, portanto, absolutamente necessários e urgentes e irreconstituíveis. Procura-se, e talvez não se queira achar, um caderninho azul com um passado cinzento e confuso de um homem triste e vulgar. Procura-se, e talvez não se queira achar.

ANÁLISE

A crônica “*Procura-se*” apresenta a estrutura de um anúncio. Pode-se dizer que o anúncio é um gênero textual talhado para a função de levar ao conhecimento público um produto ou um fato. Pertence, portanto, à ampla categoria dos gêneros publicitários, que se caracterizam pelo empenho em despertar o interesse, a simpatia ou o desejo do destinatário. Todo anúncio revela alguma carência da fonte, que a motiva a proceder a uma oferta ou a um pedido, satisfeitos apenas quando o destinatário se dispõe a cooperar. Para alcançar essa cooperação, o enunciador procede de forma a sensibilizar o destinatário: se o objeto do anúncio é uma mercadoria, esta deve ter atrativos; se o objeto do anúncio é um favor, este deve implicar benefícios humanitários. É nesta segunda categoria que se enquadra o objeto do anúncio da crônica “*Procura-se*”.

A arquitetura geral deste texto revela traços típicos do discurso com que se argumenta em favor de um objetivo. O objetivo é recuperar um objeto perdido e o principal argumento é o valor sentimental que o liga a seu dono. Do ponto de vista por assim dizer pragmático, este texto integra o que Weinrich designa ‘mundo comentado’, haja vista seu compromisso com uma situação presente, na qual se expõe um problema presente, a ser resolvido a partir do presente: “*procura-se com as mãos, os olhos e o coração um pobre caderninho azul que tem escrita na capa a palavra “endereços”*”.

O primeiro parágrafo é montado para traduzir a aflição do sujeito enunciador e criar certo suspense a respeito do que ele procura. Primeiro ele dá pistas, sugestões dos lugares onde o objeto que procura talvez possa ser

encontrado, deixando dessa maneira, o leitor curioso e, somente no final do parágrafo, é que nomeia o motivo de sua carência e objeto de sua busca: um pobre *caderninho azul*, caracterizado como sujo, rabiscado e velho. Esta aparência desvaloriza materialmente o objeto, mas o empenho em recuperá-lo dá a medida de seu valor sentimental: vale pelo que nele são vestígios de esperanças, desenganos, temores, amores.

Note-se que no primeiro parágrafo, assim como nos subsequentes, a forma verbal que predomina na crônica é o *presente do indicativo*. Logo, o ponto de referência é o *presente* com o intervalo de tempo *contemporâneo* à fala do enunciador. Dados e informações relativas a coisas passadas pertencem a um plano de fundo do texto e têm a função de justificar o empenho da busca.

Vejamos o seguinte trecho do segundo parágrafo:

Tem este autor publicado vários livros e enchido ou bem ou mal centenas de quilômetros de colunas de jornal e revista, porém sua única obra sincera e sentida é esse caderninho azul, escrito através de longos anos de aflições e esperanças, negócios urgentes e amores contrariadíssimos, embora seja forçoso confessar que há ali números de telefone que foram escritos em momentos em que um pé do cidadão pisava uma nuvem e outro uma estrela e os outros dois... (BRAGA, 1979, p.99).

O cronista resume sua atividade profissional para, em seguida, subestimar sua importância em favor do caderninho. O que é subestimado é expresso no pretérito perfeito composto – “Tem este autor publicado (...) e enchido...” – enquanto o que ele estima conta com o verbo no presente: “sua única obra sincera e sentida é esse caderninho azul.” O advérbio em destaque indica que o caderninho está distante do enunciador, em um lugar qualquer. Esse parágrafo contém uma informação óbvia – ‘há ali números de telefones que foram escritos...’ – mas não é isso que importa. O uso do pretérito perfeito dá conta de uma ação necessária, mas banal – *foram escritos* -em contraponto com o inusitado da circunstância do fato, expressa no pretérito imperfeito: “*em momentos em que um pé do cidadão pisava uma nuvem e outro uma estrela*”. Valorizado pelo trato poético que lhe dá o enunciador, o pano de fundo, geralmente secundário em relação às ações, ganha relevo e o peso de um argumento que sensibiliza.

O autor vai tentando de forma gradativa envolver o leitor do anúncio, torná-lo confiante de um sofrimento insuportável, mas que pode ser curado com o gesto simples de devolver um objeto imprestável para quem o encontrar. Para tanto,

expressa comentários a seu próprio respeito, degrada-se numa comparação que funde a submissão humilde – *de joelhos* – e a falta de inteligência – *quadrúpede*, por não saber onde possa ter deixado o precioso caderninho azul. Na realidade esse enquadramento de quadrúpede é um artifício com a função de chamar a atenção do leitor na expectativa de que seja ajudado. Vejamos:

“Eu sou um velho quadrúpede e de quatro joelhos no chão eu peço que me *ajudeis a encontrar* esse objeto perdido” (BRAGA, 1979, p.).

A forma verbal “ajudeis a encontrar”, na segunda pessoa do plural, confere ao pedido um ar de súplica – tal como se encontra em orações religiosas. No terceiro parágrafo, a forma verbal passada no *pretérito perfeito* do *indicativo* “perdi” remete ao valor que a caderneta tem para o enunciador. Uma vez mais, os números de telefone se impregnam de valor simbólico e o passado se impõe como argumento sentimental.

Assim todo o texto expressa gradativamente todos os atributos possíveis com o fim de persuadir, comover o leitor a devolver o *caderninho azul* com o desenho na folha branca de Vênus de Milo. Observe-se que conforme o autor vai descrevendo o que tem no caderninho, vai descrevendo detalhadamente seus atributos, vai fazendo reflexões de coisas que talvez não quisesse lembrar como “*trechos de poema para sempre inacabado escrito com letra particularmente ruim*” “(...) e há notas sobre vencimentos de humildes, porém nefandas dívidas bancárias e, (...) com uma letra que eu não digo começa o nome de meu bem, que é todo o mal de minha vida”.

Vemos que no último parágrafo há um reforço das reflexões feitas pelo enunciador sobre o que tem dentro do caderninho. Note-se que logo no início desse mesmo parágrafo o autor ainda diz “procura-se”, porém, conforme vai recordando o que nele há, atribui-se uma dúvida “(...) *Procura-se e talvez não se queira achar*”. Procura-se, e talvez não se queira achar. O autor do anúncio na realidade em nenhum momento se identificou, é um ‘sujeito indeterminado’, depois de tanta reflexão, percebe que o *caderninho azul* já não tem tanto valor como ele imaginava, por isso talvez nem queira encontrá-lo mais.

3.10 Receita de Casa

Receita de Casa

Rubem Braga

Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernani, pobres arquitetos profissionais, achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável, porém, inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.

Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e outras coisas instrutivas que são um pouco tristes mas hão de restaurar, a seus olhos, a dignidade corrompida s pessoas adultas.

Convém que, as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas caranguejeiras, será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira; seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria, criança.

O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido, o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente

tijolos, por exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que transformará hienas em ratos e cadafalsos em guarda-louças.

Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das entradas seja bem fácil de arrombar, porque um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas búlgaros de passagem por esta cidade.

Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que fique exposto ao sol ao menos duas horas por dia, de tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja no interior da casa.

Não preciso fazer referência à varanda, nem ao caramanchão, nem à horta e jardim; mas se não houver ao menos um cajueiro, como poderá a família viver com decência? Que fará a família no verão, e que hão de fazer os sanhaços, e as crianças que matam os sanhaços, e as mulheres de casa que precisam ralhar com as crianças devido às nódoas de caju na roupa? Imaginem um menino de 9 anos que não tem uma só mancha de caju em sua camisinha branca. Que honras poderá esperar essa criança na vida, se a inicia assim sem a menor dignidade?

Mas voltemos à casa. Ela deve ter janela para vários lados e se o arquiteto não providenciar para que na rua defronte passem bois para o matadouro municipal ele é um perfeito fracasso. E o piso deve ser de tábuas largas, jamais enceradas, de maneira que lavar a casa seja uma com das alegrias domésticas. Depois de lavado o assoalho, são abertas as portas e janelas, para secar. E quando a madeira ainda estiver um pouco úmida, nas tardes de verão, ali se devem deitar as crianças, pois eis que isso é doce.

O que é essencial em uma casa - e entretanto quantos arquitetos modernos negligenciam isso, influenciadas por ideias exóticas! - é a sala de visitas. Seu lugar natural é ao lado da sala de jantar. Ela deve ter móveis incômodos e bem envernizados, e deve permanecer rigorosamente fechada através das semanas e dos meses. Naturalmente se abre para receber visitas, mas as visitas dessa categoria devem ser rigorosamente selecionadas em conselho de família.

As crianças jamais devem entrar nessa sala, a não ser quando

chamadas expressamente para cumprimentar as visitas. Depois de apertar a mão da visita, e de ouvir uma pequena referência ao fato de que estão crescidas (pois em uma família honrada as crianças estão sempre muito crescidas), devem esperar ainda cerca de dois minutos até que a visita lhes dirija uma pilhéria em forma de pergunta, por exemplo, se é verdade que já tem namorada. Devem então sorrir com condescendência (podem utilizar um pequeno ar entre a modéstia e o desprezo) e se retirar da sala.

Não desejo me alongar, mas não posso deixar de corrigir uma omissão grave.

Trata-se de uma gravura, devidamente emoldurada, com o retrato do Marechal Floriano Peixoto. Essa gravura deve estar no porão, não pregada na parede, mas em todo caso visível mediante a lanterna elétrica, em cima de um guarda-comida empoeirado, apoiada à parede. Pois é bem inseguro o destino de uma família que não tem no porão, empoeirado, mas vigilante, um retrato do Marechal de Ferro, impertérito, frio, a manter na treva e ao caos, entre baratas, ratos e aranhas, a dura ordem republicana.

ANÁLISE

Ao produzir um enunciado, o enunciador inscreve nele algumas marcas que servem para orientar a compreensão do interlocutor. Para tanto, na sua construção a expressão de *modus* é realizada pelo locutor por meio de várias formas, como a variação da entoação da frase, que serve para exprimir certeza, admiração, dúvida entre outros sentimentos. Pode também nessa construção o enunciador empregar verbos que exprimem atitudes, como *saber*, *duvidar*, *supor*, e advérbios como *talvez*, *sinceramente*, *obviamente*. Essas formas fazem parte do sistema de recursos de modalidade ou modalização.

Assim, pode-se dizer que a modalização é um componente dos enunciados por meio do qual o enunciador expressa padrões e graus de adesão às informações veiculadas no texto. isto é, é um processo decorrente, segundo PINTO (1994), dos dispositivos enunciativos pelos quais o locutor cria, de acordo com seus interesses, universos de referência.

Como se verá, a crônica “Receita de Casa”, tendo em conta a pista de sentido aberta pelo título, é perpassada por atos discursivos que se enquadram no processo de modalização.

O título, conforme já dissemos, é a primeira pista para o nosso posicionamento analítico e interpretativo. Quando se fala em ‘receita’, de imediato presume-se que há uma fórmula com uma sequência de passos a serem seguidos. É comum em receitas utilizar-se formulações verbais injuntivas, principalmente formas verbais escolhidas de acordo com a função interacional de sugerir condutas, recomendar ações, emitir ordens, explicitar obrigações. Logo, “receita” prenuncia um discurso marcado pela modalidade deôntica.

Isso se dá pela presença constante de flexões do verbo ‘dever’ em todo o texto, como por exemplo, “o que a casa deve ter”, “o que determinados compartimentos da casa devem ter”, “como as crianças devem se comportar diante de uma visita”, “como o porão deve ser e o que deve ter”, como o piso da sala deve ser, exprimindo, dessa forma, obrigações a serem cumpridas, requisitos a serem satisfeitos em nome de um desejo ou de um resultado ideal. Todos os aspectos selecionados pelo enunciador expressam uma imagem ideal de casa, que a despoja da serventia prática da modernidade, mas lhe devolve a atmosfera de mistério só pode ser recuperada pela magia do lirismo. Vejamos:

[...] uma casa é que **deve ter um porão**, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. “Esse porão **deve ser** habitável, porém, inabitado; e **ter** alguns quartos sem iluminação alguma, onde se **devem amontoar** móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos”. “Ao construir o porão **deve** o arquiteta **obter** certo grau de umidade...”, “Sobre a tampa desse alçapão **deve estar** um móvel pesado”; “Mas voltemos à casa. “Ela **deve ter** janela para vários lados...”; . Seu lugar natural é ao lado da sala de jantar. Ela **deve ter** móveis incômodos e bem envernizados, e **deve permanecer** rigorosamente fechada através das semanas e dos meses. “Naturalmente se abre para receber visitas, mas as visitas dessa categoria **devem ser** rigorosamente selecionadas em conselho de família”. “As crianças **já** **devem entrar** nessa sala, a não ser quando chamadas expressamente para cumprimentar as visitas.”; “**devem esperar** ainda cerca de dois minutos até que a visita lhes dirija uma pilhéria em forma de pergunta, por exemplo, se é verdade que já tem namorada”.; “**Devem** então **sorrir** com condescendência (**podem** utilizar um pequeno ar entre a modéstia e o desprezo) e se retirar da sala...”; “Essa gravura de Marechal Floriano Peixoto **deve estar** no porão, não pregada na parede, mas em todo caso visível mediante a lanterna elétrica, em cima de um guarda-comida empoeirado, apoiada à parede. (BRAGA, 1979, p.73).

Em todo o texto há a ocorrência das formas verbais no futuro do indicativo e no futuro do subjuntivo, os quais indicam situações ou comportamentos

‘desejáveis’ para o locutor. Nos trechos abaixo, o locutor apresenta desejos em relação a tudo que está relacionado à casa, desde o comportamento dos adultos, das crianças, até como devem estar os objetos, os compartimentos, enfim, tudo que está relacionado à casa. Nesse caso, portanto, o tempo futuro está intimamente ligado à modalidade deôntica e aos atos injuntivos, já que são desejos de comportamentos e de determinadas situações. Vejamos:

Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, *jazerão* os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe”. “Quando acaso *descerem* ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas”; “mas se não houver ao menos um cajueiro, como *poderá* a família viver com decência? Que *fará* a família no verão, e que hão de fazer os sanhaços, e as crianças que matam os sanhaços, e as mulheres de casa que precisam ralhar com as crianças devido às nódoas de caju na roupa.’ Imaginem um menino de 9 anos que não tem uma só mancha de com caju em sua camisinha branca. Que honras *poderá* esperar essa criança na vida, se a inicia assim sem a menor dignidade? “E quando a madeira ainda *estiver* um pouco úmida, nas tardes de verão, ali se devem deitar as crianças, pois eis que isso é doce. (BRAGA, 1979, p.72)

O texto é constituído também pelas formas verbais no presente do subjuntivo, que exprimem desejo, vontade do enunciador em relação a todas as coisas que provavelmente devem acontecer, assim como o provável comportamento das pessoas que vivem na casa imaginada.

(...) e como crianças são animais levianos, é preciso que se *intriguem* um pouca, *tenham* uma certa perspectiva histórica, *meditem* que”, “Convém que, as crianças *sintam* um certo medo do porão; e embora *pensem* que é medo do escuro, ou de aranhas caranguejeiras”; “Ao construir o porão deve o arquiteta obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das entradas *seja* bem fácil de arrombar”; “Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que *fique* exposto ao sol ao menos duas horas por dia. (BRAGA, 1979, p.72).

No início do segundo parágrafo: “Assim vos *direi*...”. o enunciador assume um tom solene, como a conferir ‘autoridade’ ao que é dito. Isso ocorre porque os arquitetos profissionais não acreditam que ele entenda de arquitetura urbana e ele precisa mostrar que, diferentemente do que eles pensam, tem autoridade. Porém, evidentemente que o que se segue é um retrato eminentemente lírico da casa, e nada tem de prático, como querem os profissionais. Essa maneira formal de se expressar (“vos *direi*...”) remete à modalidade epistêmica do eixo do saber.

Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernani, pobres arquitetos profissionais, achem que não.

Assim *vos direi* que a primeira coisa a respeito de uma casa é que deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. (BRAGA, 1979, p.71).

Vejamos que no trecho abaixo, o enunciador ao expressar o medo do porão que as crianças deverão sentir, faz comentários a respeito do medo do Tempo, não o tempo daquele momento, mas o tempo que passa rápido, a efemeridade da vida. Assim, ao comentar sobre o tipo de *tempo*, há a presença da modalidade epistêmica correspondente ao eixo do saber.

Convém que, as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas caranguejeiras, *será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira; seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria criança.*(BRAGA, 1979, p.71-72).

Outro trecho diz respeito ao comentário que o enunciador faz quando expressa que uma criança não terá dignidade se não comete travessuras na infância, não terá no futuro o que recordar. Vejamos: “Imaginem um menino de 9 anos que não tem uma só mancha de caju em sua camisinha branca. *Que honras poderá esperar essa criança na vida, se a inicia assim sem a menor dignidade?*”

Ao descrever sobre a casa, o enunciador recorda a infância, e tenta persuadir o interlocutor de como ‘deve ter’ e ‘deve ser’ uma casa idealizada. Para tanto, utiliza funções verbais voltadas para o futuro. Expressa também uma linguagem que está a serviço especialmente da modalidade, entendida como a componente do enunciado em que se manifesta o ponto de vista do enunciador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de toda a pesquisa e das análises dos textos, podemos dizer que este trabalho foi de suma importância para ampliar os conhecimentos da pesquisadora, haja vista que foi possível ver a evolução do conceito de verbo e da análise de suas categorias de tempo e modo. Passamos em revista algumas obras representativas da contribuição tradicional, como a Gramática Normativa, de Rocha Lima, e a Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha. Embora tenha surgido no início dos anos 1960, a Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara, sofreu modificações e sua 37ª edição traz novidades para o tema de nossa dissertação. Por fim, fechamos nossa resenha dos estudos gramaticais brasileiros com a Gramática Houaiss (2010) de José Carlos de Azeredo.

Ao apresentar o conceito de verbo, percebemos assim, que tanto Lima como Bechara expressam uma visão estrutural do verbo, considerando-o em uma dimensão tripartida (presente, passado e futuro) e que Bechara ao dizer que o verbo é a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza no falar seu significado lexical, diferencia-se daqueles ao afirmar que é o verbo que organiza o significado lexical na enunciação.

Em relação ao modo, vimos que comparando as três formas de conceituação dos gramáticos em relação ao modo, percebe-se que Lima (2000), limita-se a dizer que o modo refere-se às formas segundo as quais a pessoa compreende a significação no verbo; enquanto Cunha (2001), o conceitua como a atitude que a pessoa toma em relação ao fato que enuncia e Bechara (2009), contribui mais um pouco ao afirmar que o modo assinala que o falante é visto como um sujeito ativo.

Em se tratando de tempo percebemos que tanto Lima (2000) quanto Cunha (2001), consideram o tempo de forma menos dinâmica porque ambos centram a relação verbal na palavra e não nos falantes, podendo estar no presente, passado ou futuro, sem que isso, haja modificação no posicionamento dos interlocutores; enquanto Bechara dá importância ao momento em que a enunciação é pronunciada para, por fim, estabelecer a fala enunciada, se está no presente, passado ou futuro.

Em uma visão mais atualizada, vimos que Azeredo (2010) apresenta o verbo como um determinado vocábulo que ocorre nos enunciados sob diferentes

formas para exprimir as categorias de tempo, modo, aspecto, número e pessoa e que a categoria de tempo é, porém, a que mais o caracteriza, devido à associação que ordinariamente se faz das suas formas com as noções cronológicas de presente, passado e futuro.

E que o tempo gramatical se organiza em base três variáveis: o momento da enunciação (ME), constituído pelo *aqui/agora*, assinalado pelo presente, imprescindível a todos os enunciados, o ponto de referência (PR) que pode ser presente, passado e futuro e o intervalo de tempo (IT) que se classifica como momentâneo, anterior e posterior em relação ao PR.

Dessa maneira, o autor caracteriza o aspecto pela extensão do acontecimento na linha do tempo. O aspecto conceptualiza a estrutura interna do acontecimento: visto como um processo consumado/concluído, ou como um processo em fluxo/contínuo.

Assim, temos o modo indicativo, subjuntivo e imperativo e que para cada modo, há a presença dos tempos verbais em presente, passado e futuro. Cada um com suas características próprias. Dessa maneira, vimos a importância desses tempos verbais para a compreensão processual do aspecto.

Percebemos que nos tempos verbais também estão presentes a teoria de Weinrich (mundo narrado e mundo comentado) e a de Benveniste (tempo da narração e tempo do discurso). Assim, de acordo com Weinrich (1968), a função dos tempos verbais não é a de marcar o tempo (cronológico), mas a de cientificar o ouvinte (ou leitor) quanto à *situação comunicativa* em que a linguagem se atualiza.

Dessa maneira, pertencem ao mundo narrado todos os tipos de relatos, sejam literários ou não. Já que, reforçando ao que Weinrich (1964) disse, narrar é relatar acontecimentos, reais ou fictícios.

Assim, nas situações comunicativas de *um relato*, ou de *uma novela*, ao passarem pelo filtro de relato, perdem muito de sua força, permitindo aos interlocutores uma atitude passiva de puro relaxamento (KOCH, 2011, p.35-37).

Quanto ao mundo comentado segundo Weinrich (1968), é quando o enunciador se compromete com o que expressa, ou seja, há uma sinalização de que o enunciador está em uma tensão, haja vista que trata de assuntos que o afetam diretamente, haja dessa maneira, conduzem ao interlocutor uma atitude receptiva tensa, engajada, atenta. Assim, por outra, adverte-o ouvinte de que ele tem de reagir, exigindo-lhe uma resposta, verbal ou não.

Quanto à teoria de Benveniste (, vimos que no enunciado há uma distinção entre plano da narração e plano do discurso. O plano da história está ligado à história, aos relatos de eventos passados sem que haja intervenção do locutor. Os tempos verbais pertencentes a este plano são o *perfeito*, o *imperfeito* e o *mais-que-perfeito*. No plano do discurso há envolvimento do locutor, instaurando-se como um *eu* e um *tu* articulado em *aqui/agora*. Entre seus tempos verbais característicos estão o imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do indicativo, na 3ª pessoa (plural e singular). Os discursos pertencentes a este plano estão as correspondências, as memórias, teatro, obras didáticas, enfim, todos os demais gêneros, nos quais alguém se dirige a outrem e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa.

Quanto ao aspecto, vimos de acordo com Azeredo (2010), que se refere à duração do processo verbal, independente da época em que esse processo se dá. Assim, essa duração pode ser momentânea ou contínua, eventual ou habitual, completa ou incompleta.

Seu intervalo de tempo é chamado tempo semântico ou perspectiva temporal. A essa perspectiva podemos dizer que existe segundo Pinto (1994), a experiencial, a narrativa e a relatada.

A perspectiva a experiencial caracteriza o uso do tempo nas suas interações verbais cotidianas, em que o emissor fixa, numa primeira operação enunciativa.

Já na perspectiva narrativa, os intervalos de tempo são ordenados conforme o eixo cronológico, a partir de um estado de coisas escolhidos convencionalmente.

A perspectiva relatada é o modo que uma língua dispõe para o emissor reproduzir enunciados já proferidos por outros enunciadores como parte do seu próprio enunciado.

Quanto à modalidade, vimos que são marcas linguísticas que consiste em variar a entoação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo. Pode também recorrer a verbos que expressam atitudes como saber, duvidar e supor, e a advérbios como talvez, sinceramente, obviamente entre outros.

Já modalização é o que Pinto (1994) é um processo decorrente do momento, do espaço e das relações intersubjetivas presentes na enunciação. Segundo Pinto (1994), essa modalização trata-se de uma relação da ordem do

fazer, isto é, de um tipo de ação (“ato), que se exerce em nível comunicacional (“fala”) que corresponde também à realização de um fazer de natureza cognitiva- operações mentais postas em jogo na atividade social em curso – e, frequentemente ainda, persuasiva.

Pode ser classificada em modalidade declarativa, representativa, declarativa- representativa, expressiva, compromissiva e diretiva.

Em relação à modalidade declarativa pode-se dizer que consiste em assumir, diante do interlocutor, a responsabilidade sobre a provável verdade dos estados de coisas descritos no enunciado.

Quanto à modalidade declarativa-representativa o emissor tem a intenção de que seja reconhecido como detentores de fé pública, de que por isso seus enunciados sejam considerados verdadeiros.

Na modalidade compromissiva, o emissor assume perante o receptor o papel de quem se obriga, em algum momento no futuro, a tornar verdadeiro(s), por sua iniciativa o(s) estado(s) de coisa(s) ali expresso(s).

A modalidade diretiva tem por objetivo tentar que o receptor tenha no futuro, o comportamento expresso pelo estado de coisas ao qual nele se faz alusão.

Em relação à modalidade do enunciado, temos as *ônticas*, *aléticas*, *epistêmicas*, *deônticas*, entre outras. Aqui, iremos nos deter só às modalidades epistêmicas e deônticas.

A modalidade epistêmica está ligada segundo Pinto (1994) ao conhecimento, indicando necessidade *dever* e a possibilidade por meio do verbo *poder*.

A modalidade deôntica se dá pela função interacional de sugerir condutas, recomendar ações, emitir ordens, explicitar obrigações.

Assim, por meio dessa teoria pudemos analisar as crônicas de Rubem Braga que conforme já dissemos, o que um enunciador tem para dizer ao seu interlocutor, seja de forma oral ou escrita pode ser entendido pelas vias dos sentidos, da memória, e da imaginação.

Os sentidos expressam um contato imediato com o ‘aqui e agora’ que estão relacionados à forma verbal do *presente*; a memória, por sua vez, exprime experiências relacionadas ao passado; já a imaginação é o campo do que não é ou não há, mas pode vir a ser e a existir, que se refere ao tempo verbal *futuro*.

Ao final, fizemos breves análises baseadas nas crônicas de Rubem Braga, cujas análises estabelecem categorias temporais apontadas por Weinrinch (1964), Benveniste (1976), Pinto (1994) e Azeredo (2010).

Assim, vimos que as crônicas analisadas, apresentam formas diferentes de serem analisadas. Dentre elas, como “Quem Sabe Deus Está Ouvindo”, “A Que Partiu”; e “Aula de Inglês”, são narrativas, cujas formas verbais estão predominantemente no passado, por isso, pertencem ao mundo narrado de Weinrinch (1964) e ao plano da narrativa de Benveniste. Outras, como “O Homem no Mar”, “O Afogado” predominam o tempo verbal no presente, logo, pertencem ao mundo comentado de Weinrinch (1989).

É importante salientar que, conforme expressado na teoria, que não existe exclusivamente uma narrativa somente no passado, ou seja, somente no mundo narrado ou somente no mundo comentado. Sabemos que há uma mescla desses mundos, porém com a diferença que um predomina sobre o outro.

Vimos também que há narrativas que se caracteriza pela sua modalidade, no caso, a modalidade deôntica, cuja função é a utilização de formulações verbais injuntivas, e de formulações para sugerir condutas, recomendar ações, emitir ordens, explicitar obrigações. Para tanto, analisamos “Receita de Casa”.

Outra crônica que teve sua importância foi “*Procura-se*”, que expressa estrutura de um anúncio, cuja forma nominal predominante encontra-se na *terceira pessoa do singular* + a partícula *se*. Dessa maneira, percebemos que o anunciador até determinado momento, não tinha a preocupação de identificar-se, porém, foi-lhe atribuindo características que no final, podia-se saber a quem pertencia o caderninho. Analisamos crônicas também como, “A Secretária” e “O Motorista 8-100” que são textos cujos teores estão constituídos por comentários ao longo de todo o texto.

E por fim, vimos também a crônica “Queda do Iguaçu” que está predominantemente no gerúndio, ou seja, uma forma que capta o acontecimento na sua progressão.

Por fim, é importante salientar que este estudo não se esgota nessa pesquisa, pelo contrário, abre um horizonte para a compreensão do estudo do verbo, que até então no conhecimento da autora dessa dissertação, foi um grande passo, haja vista que se limitava no estudo do verbo apenas na perspectiva formal, sem, no entanto, compreendê-la dentro do discurso. Por vezes, ao ensinar os

tempos compostos, não conseguia tirar as dúvidas dos seus discentes, pois não tinha conhecimento do estudo do verbo na perspectiva aspectual, assim como na teoria de Weinrinch (1964) e Benveniste (1989).

Fazer essa pesquisa foi de suma importância para a pesquisadora, pois os conhecimentos adquiridos serão repassados em sala de aula de forma prazerosa.

REFERÊNCIAS

- ALI, Manuel Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Émile. As relações de tempo no verbo francês. In: _____. **Problemas da linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005. p. 260-276.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas da linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 81-90.
- BORBA, Francisco S. **Dicionário UNESP**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- CÂMARA Jr, J. Mattoso. O verbo em português. In _____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A língua portuguesa no Brasil. **ALFA**, São José do Rio Preto, v.1, p. 9-24, 1962.
- COSTA, Sonia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 2003.
- COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y linguística general**. Madrid: Gredos, 1973.
- CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FIORÍN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.
- GONÇALVES FILHO, Antonio. **Além do efêmero**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,paginas-impresas_além-do-efemero,983309,0.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

GONÇALVES FILHO, Antonio. **Rubem Braga, 100 anos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://advivo.com.br/categoria/autor/antonio_goncalves-filho>. Acesso em: 23 set. 2013.

HENRIQUES, Cláudio César; SIMÕES, Darcília (Org.). **Redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez,

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LIMA, Rocha Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de usos do português**. Confrontando regras e usos. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

PINTO, Milton J. **As marcas linguísticas da enunciação**. Rio de Janeiro: Numem, 1994.

O SÉCULO do velho Rubem Braga. O Globo, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/casa-rubembraga/>>. Acesso em: 04 out. 2013.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos em el lenguaje**. Madrid: Gredos, 1964.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Anúncio de jornal**. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anúncio_de_jornal>. Acesso em: 04 jul. 2013.